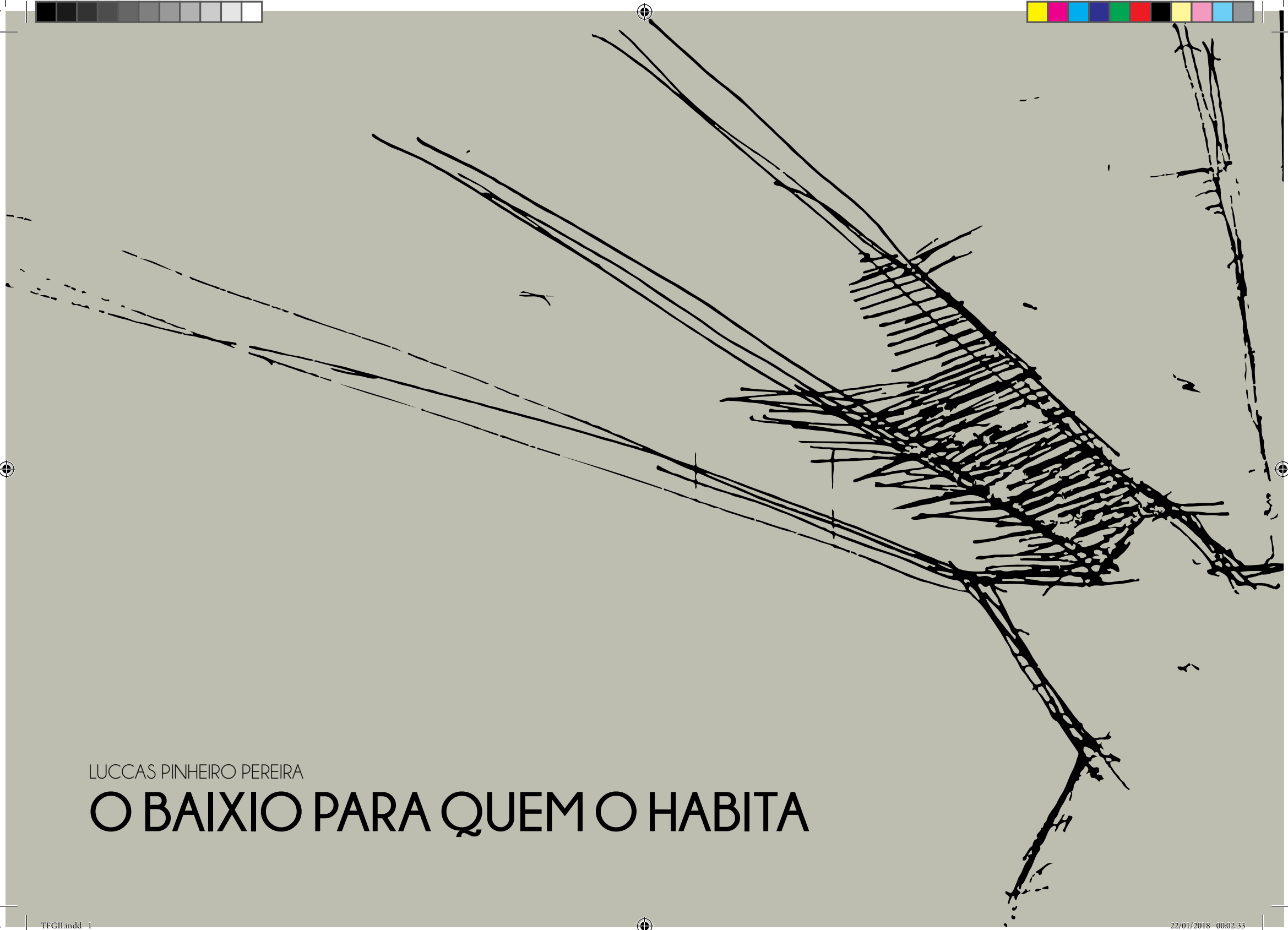




LUCCAS PINHEIRO PEREIRA

O BAIXIO PARA QUEM O HABITA



Luccas Pinheiro Pereira

Monografia apresentada ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Universidade Estadual Paulista - FCT - Unesp, Campus de Presidente Prudente.

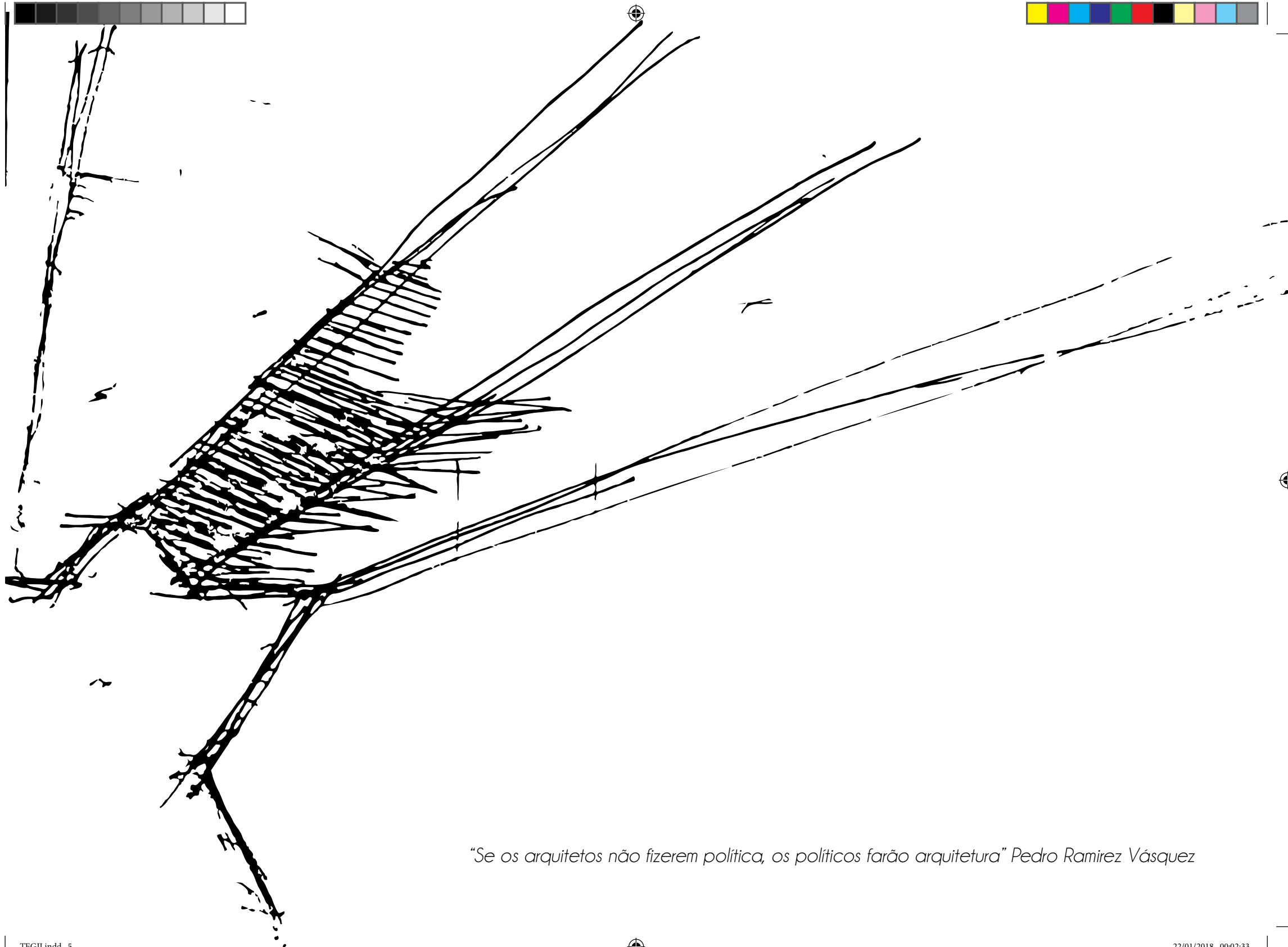
Orientadora: Prof. Dr^a. Cristina Maria Perissinotto Baron

Presidente Prudente, 2018



Agradeço à minha mãe, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida principalmente nas decisões mais difíceis, muitas delas que me levaram até aqui. Ao meu irmão, relação em quem poucas palavras são necessárias, apenas sabemos. Agradeço à Gianna e ao Cookie por colorirem meus dias. Minha avó, que também foi peça fundamental. A orientação da professora Cristina e, especialmente, pela atenção dedicada a projetos pessoais futuros. Aos meus amigos que marcaram minha vida na graduação, aos “Leks” por serem “parças” desde o começo, ao Maurício, cujos trabalhos e ideias sempre admirei, à Yanne pelos ensinamentos, ao Foca, Alison e Thiago pelas “bombotecas”. Ao Caio, Léo e Luísa, amigos antigos que continuam importantes. Por último, agradeço ao CACAU por ter contribuído com minha formação pessoal.





“Se os arquitetos não fizerem política, os políticos farão arquitetura” Pedro Ramirez Vásquez



RESUMO

Questionada a atuação da arquitetura e do urbanismo no espaço urbano, é preocupante que a busca incessante pela qualificação dos lugares exclua antigos usuários, que os utilizavam para outros fins não mais possíveis após a intervenção. Muitas atividades que acontecem na cidade não são bem vistas pela sociedade formal, e tanto elas, quanto os espaços onde são praticadas, acabam sendo categorizados como marginais. É o caso da maioria dos baixios de viadutos nas cidades brasileiras que se encontram degradados e desqualificados, tornando-se espaços convidativos para as atividades categorizadas como marginais – entre elas, a ocupação dos moradores de rua. É justo manter essa predefinição de marginalização? Em

uma época em que tanto a arquitetura como o urbanismo (explícito nas políticas públicas) tendem a qualificar cada vez mais os espaços da cidade para usuários de classes socioeconômicas altas, seria possível qualificar um baixio do viaduto para a classe dos moradores de rua que já o ocupa? Para isso é preciso entender a população de rua como uma classe que possui necessidades e vontades diferentes dos padrões, mas em momento algum pode perder sua qualidade de cidadão e habitante do espaço urbano. Dessa maneira, entender os diferentes meios de ocupação e atuação da população de rua é crucial para o desenvolvimento do projeto, assim como a compreensão do espaço (público) urbano, pois com as atribuições de arquiteto e urbanista, a maneira de atingir as pessoas e melhorar suas condições (ou piorar) é através da

alteração dos espaços que fazem parte de suas vidas.

PALAVRAS CHAVE:

Baixio; Morador de rua; Espaço urbano; Arquitetura política; Espaço Público.



ABSTRACT

Questioned the performance of architecture and urbanism in urban space, it is worrying that the incessant search for the qualification of the places ends up expelling or excluding old users, who used them for other purposes that are no longer possible after the intervention. Many activities that happen in the city are not welcome by society in general, and both they and the spaces where they are practiced end up being categorized as marginal. This is the case of most of the low-lying viaducts in Brazilian cities that are degraded and disqualified, becoming inviting spaces for activities categorized as marginal, among them, the occupation of the homeless. Is it fair to maintain this pre-definition of marginalization? At a time when both architecture and urbanism (explicit in

public policy) tend to increasingly qualify city spaces for users of high socioeconomic classes, would be possible to qualify the basement of the viaduct for the class of homeless who already stays there? Thereunto we must understand the street population as a class that has needs and wants different from the standards, but at any moment can lose its quality of citizen and inhabitant of urban space. In this way, understanding the different means of occupation and action of the homeless is crucial for the development of the project, as well as the understanding of urban (public) space, because with the attributions of architect and urbanist, the way to reach people and improving their conditions (or worsening) is by changing the spaces that are part of their lives.

KEY WORDS

Low-lying viaducts; Homeless; Urban space; Political architecture; Public space



O capítulo

1 DA INTRODUÇÃO

P. 11

2 DOS ESPAÇOS A QUE SE TRATA

P. 19

3 DOS QUE HABITAM O BAIXIO

P. 31



4

DA
RESPONSABILIDADE
POLÍTICA DOS
ARQUITETOS

P. 37

5

DA ATUAÇÃO

P. 43

6

DAS CONSIDERAÇÕES
FINAIS

P. 89



1 0





1 DA INTRODUÇÃO



FIGURA 1

Contradições da cidade contemporânea.

INTRODUÇÃO

A cidade é marcada pela grande variedade de espaços disponíveis para seus habitantes realizarem as infinitas atividades possíveis, portanto, nenhuma prática fica sem ter um local para acontecer. Por outro lado, a cidade também é marcada por fortes contradições: algumas classes sociais buscam, cada vez mais, homogeneizar os espaços urbanos e definir, por meio da segregação, quem é merecedor de ocupar determinado espaço e quem não é (CALDEIRA, 2003). Portanto, surge uma questão de hierarquia quanto aos espaços e seus respectivos usos. Tal como as dinâmicas marginais e os indivíduos de classes baixas, existem os espaços onde essas atividades e sujeitos se concentram, e em sua maioria, são lugares deteriorados e desqualificados





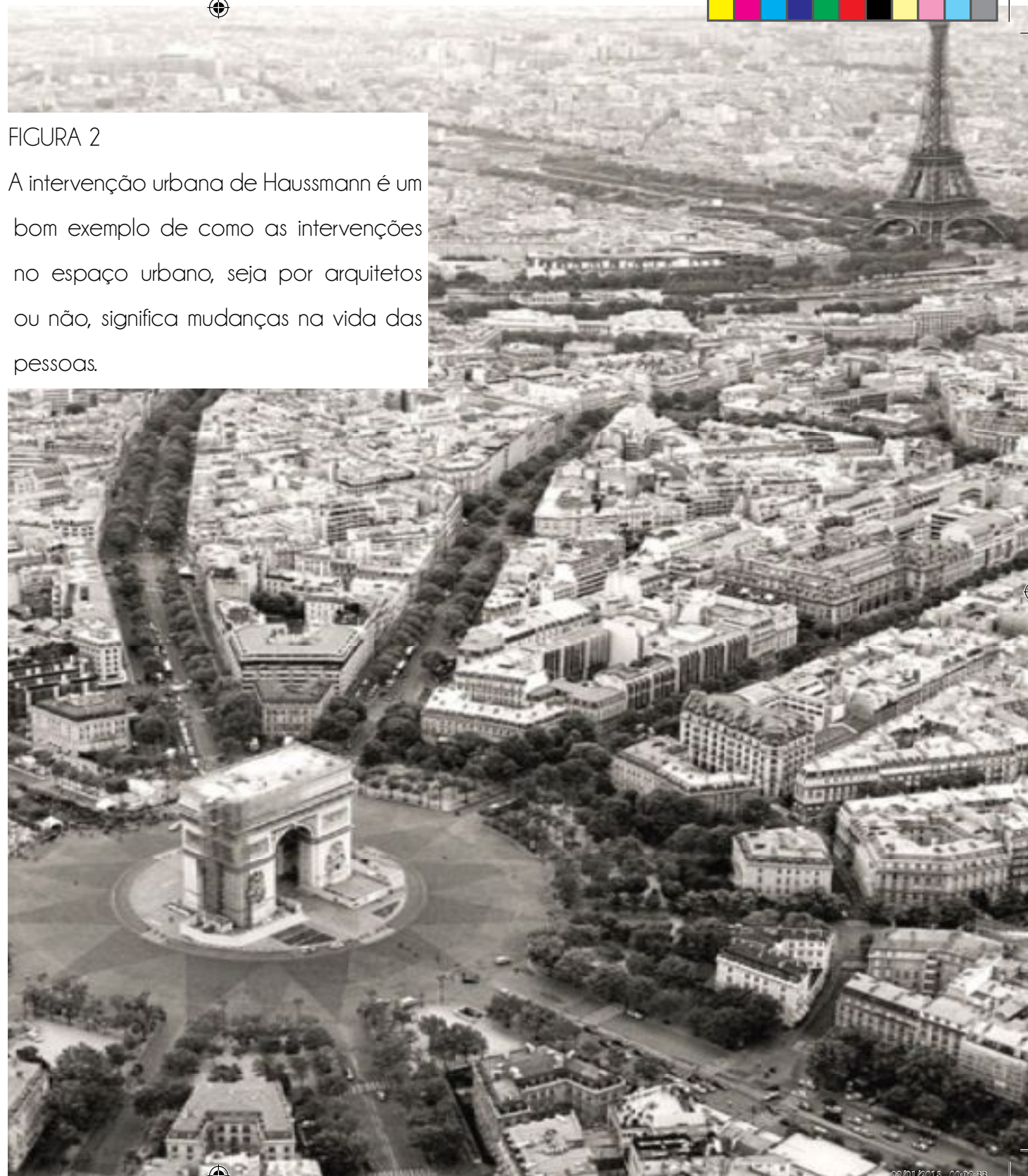
como espaços urbanos, o exemplo que será explorado, é o do Baixo Viaduto.

O conjunto apresentado – indivíduos, espaços e atividades indesejadas – incomoda parte da população e, sob o pretexto da segurança, higiene e prestígio, são cobradas do poder público alternativas de intervenção no local. Portanto, a intervenção no espaço urbano, promovida por políticas públicas ou não, faz desse tema interesse da área da arquitetura e do urbanismo, principalmente quando há alterações no espaço físico urbano. Qual seria, portanto, o papel da arquitetura e do urbanismo na questão dos espaços e dos usos marginalizados?

A disciplina da arquitetura e urbanismo vive uma fase em que possui um grande poder na estruturação e dinâmica

FIGURA 2

A intervenção urbana de Haussmann é um bom exemplo de como as intervenções no espaço urbano, seja por arquitetos ou não, significa mudanças na vida das pessoas.





da cidade, que pode ser utilizado para a elaboração de projetos inclusivos, que geram mobilidade urbana e qualidade de vida, mas também para concepção de enclaves fortificados, especulação imobiliária, segregação socioespacial e perpetuação da condição degradada de indivíduos. A prática deste tipo de arquitetura que almeja a valorização, muitas vezes expulsa antigos moradores, definindo que apenas uma determinada classe social ocupe o espaço, homogeneizando-o e contribuindo para o processo de segregação. No caso dos espaços marginalizados, a tendência da intervenção é, genericamente, expulsar os usos e usuários indesejados, essa forma de intervir se demonstra muito injusta, pois claramente determina que um grupo social ou uma prática social é inadequada perante outras.

A situação fica ainda mais delicada quando os usuários indesejados são os moradores de rua, uma vez que “o morador de rua tem como espaço de sobrevivência o espaço público” (QUINTÃO, 2012, p. 74), como pode ser negado um espaço a ele, para onde ele vai quando é expulso? Para outro espaço público de menor interesse. A arquitetura “antimendigo” demonstra que mais importante do que dar ao espaço uma nova utilização, é impedir que aquelas julgadas como marginais não sejam praticadas. O local passa de um espaço com utilizações indesejáveis para um espaço sem utilização nenhuma, sem acesso e sem identidade para ninguém.

Por mais que possam não ser intervenções realizadas por arquitetos, fica claro que a área da arquitetura e do urbanismo – responsável por atuar concretamente

no espaço urbano – possui uma grande capacidade em alterar as condições de vida dos usuários do espaço urbano, das altas classes sociais até as mais vulneráveis. Tendo isso claro, o profissional da arquitetura está fadado a uma participação exclusiva à construção civil de alto nível, dos condomínios fechados, shoppingcenters e guggenheins (ARANTES, 2008)? Ou teríamos a responsabilidade de, no domínio da aplicação técnica/construtiva e entendimento da ciência social e dinâmicas do espaço da cidade, buscar uma cidade mais democrática (LEFEBVRE, 1968) para todos que a habitam?

No espaço urbano, dentre os diversos lugares que são caracterizados como marginais, um dos mais intrigantes são os baixios viadutos. São espaços





FIGURA 3

Frank Gehry é um arquiteto cujas obras se encaixam naquilo que Arantes (2008) considera como arquitetura do capital.





que precisam ser qualificados. Mas não é o caso de, neste trabalho, ter a visão da sociedade em geral e nem do poder público que tenderiam a “higienizar” esse espaço de maneira a retirar os usuários que já o ocupam. Não, a prioridade será estudar a qualificação de um baixo, tendo em mente que considerar as pré-existências na atuação da arquitetura e urbanismo é um ato político e social, portanto, desconsiderar a arquitetura “antimendigo” e excludente dos gradis e muros como possível partido de intervenção.

Desta forma, esse trabalho busca discutir as possibilidades projetuais em um baixo viaduto que considere as pré-existências do espaço, principalmente os moradores de rua. Para isso será necessário discutir a questão do baixo viaduto perante a cidade,

a organização e necessidades dos moradores de rua e a responsabilidade da arquitetura perante esse tema. O desafio de um projeto assim, será conciliar os diferentes usos e usuários que existem e passam dia a dia por esse espaço, além de inserir o lugar na cidade, entendendo que a população que já o ocupa não pode ser ignorada e possui necessidades e vontades que devem ser ouvidas.



FIGURA 4

Estratégias de sobrevivência nas ruas, esse modelo de “cabana” será um importante norteador do projeto.



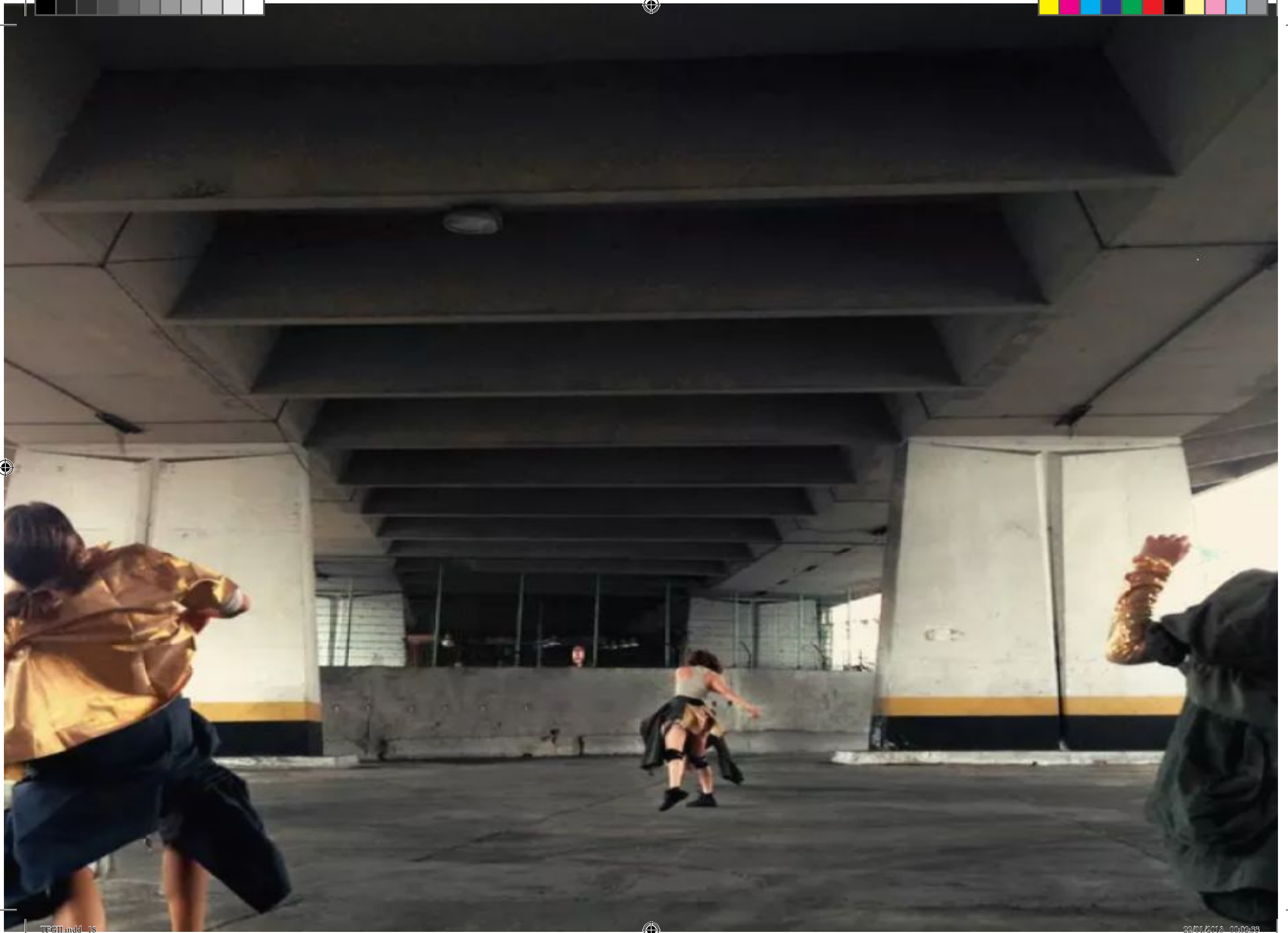




FIGURA 5

O baixo, mesmo sendo historicamente um espaço ignorado, possui suas potencialidades.

DOS ESPAÇOS A QUE SE TRATA

URBANISMO “TARDO RACIONALISTA DE SOBREPOSIÇÃO”

BAIXIO VIADUTO

ARQUITETOS SOBRE O BAIXIO



FIGURA 6

A arte urbana explica muito bem a lógica das intervenções urbanas do período “tardo-racionalista”.

A complexidade do baixo viaduto não se dá apenas pela sua categoria de marginalização, o processo histórico de formação da malha urbana de São Paulo, e o surgimento das sobras ou resíduos espaciais são de extrema importância para entender o estigma do baixo viaduto. Por outro lado, essa definição não pode ser aplicada em todos os casos, são espaços que possuem potencialidades pouco exploradas, porém a sua utilização não é novidade e pode ser observada tanto pelas pré-existências dele como pela luta de algumas pessoas pela sua utilização como espaço público e de lazer. E o arquiteto e urbanista, como responsável pela atuação no espaço urbano, considera os baixos viadutos como espaços de grande capacidade, ou prefere vê-los como perdidos?



URBANISMO “TARDO RACIONALISTA” DE SOBREPOSIÇÃO

São Paulo tem se mostrado um grande “emaranhado” de projetos e planos arquitetônico-urbanísticos. Quando surge uma nova necessidade social, surge também a necessidade de se mudar os espaços e adequá-los aos novos usos e assim os projetos vão se sobrepondo uns nos outros, o novo surge e passa por cima daquilo que já estava consolidado. O resultado é um território urbano com uma mistura de projetos de diferentes épocas e ideologias.

O urbanismo modernista veio para questionar a irregularidade do traçado urbano, prezando pelo ortogonal, ordenado, selecionado para cada tipo de locomoção. O traçado de São Paulo

no início do século XX era justamente aquilo que o modernismo combatia, um traçado irregular, cheio de cruzamentos, usos múltiplos nas mesmas vias (bicicletas, pedestres, veículos) e a presente marca colonial (TORRES, 2015). Em Paris, no fim do século XIX, nos primórdios da ideologia modernista que nascia com a revolução industrial, Hausmann aplicou suas diretrizes de forma icônica: destruiu o antigo e o histórico, e implantou sobre ele o novo. Essa forma de intervir na cidade não foi executada no caso de São Paulo, talvez pela dificuldade financeira ou burocrática de se destruir aquilo que já está posto, sendo assim, o “emaranhado” de usos, de épocas e de ideologias se torna presente.

Um bom exemplo dessa prática é a presença do urbanismo “tardo-racionalista” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p.

115) de São Paulo. Um breve passeio pelas ruas da cidade é o bastante para ter noção da presença de um urbanismo voltado ao automóvel. Estimulado pelo ascendente viés modernista da época, Francisco Prestes Maia, então prefeito da cidade, em 1938 criou a Comissão de Plano da Cidade e executou diversas obras já planejadas pelo seu Plano de Avenidas (1930), surgindo no território paulistano diversas avenidas, novas e reformadas (TORRES, 2015). Desde então, o urbanismo voltado ao automóvel continuou presente com outras intervenções de grande ou pequena escala. As novas avenidas, novos meios de transporte e novas passarelas surgem, e precisam competir o espaço com aquilo que já estava presente. Buscando solucionar esse problema, e evitando demolir ou reformar o que já estava ali, é utilizado o espaço aéreo, surgindo, assim, os viadutos e os “metrôdutos”.



FIGURA 7

As possibilidades de utilização do baixio são inúmeras: desde academias de boxe e quadras de esporte até acomodação para peças de dança, teatro e cinema.



BAIXIO VIADUTO

Um dos resultados da utilização do espaço aéreo, é sua projeção terrestre, ou seja, o espaço abaixo de onde passa o viaduto tem sua concepção e identidade alterada. Alguns entendem-no como sobra, restos de planejamento (GATTI, 2013). Estes espaços recebem o nome de “Baixo”. Os baixios são tratados pela literatura e estudos como “espaços ‘residuais’ ou ‘marginais’. Lugares onde a exclusão se expressa e onde se tornam visíveis as contradições sociais não resolvidas da metrópole”. (AGUIAR, 2017, p. 17).

Em consequência da sua situação no imaginário da cidade e de como são consumidos, se tornam locais marginalizados, onde são feitas atividades indesejada pelos “padrões” sociais como o uso de drogas, prostituição e o morar na rua, que não

podem, ou pelo menos não se quer que sejam praticadas explicitamente. De certa forma, existe uma relação de mutualismo entre os usos e os espaços informais, reafirmando e consolidando essa característica em ambos. Enquanto os usos marginais só podem existir nestes espaços, uma vez que, são barrados e proibidos em outros lugares, o espaço, ao sediar um uso informal, também se consolida como marginal. Assim, um contribui para a perpetuação da condição do outro, o uso marginal acontece no espaço residual, e o espaço residual é aquele onde acontecem usos marginais. Consolidando a característica um do outro que ambos (espaços e indivíduos) tendem a ser negligenciados pela sociedade e pelo poder público.

Quando existe uma intervenção do poder público no baixo, o que é implantado não busca uma qualificação,

ou adequação do lugar. Majoritariamente, transformam-se em pontos de coleta de reciclagem (já considerando a população de rua e os carroceiros), depósitos, pátios de veículos, bases da CET, bases policiais e estacionamentos (AGUIAR, 2017). Fora essas intervenções pontuais e escassas, com pouco conteúdo social ou pouca vontade de transformar o espaço de fato, os baixios são deixados à toa pelo poder público, cabendo, muitas vezes, à população dar um novo destino a ele, seja na forma da ocupação marginal, ou com uma tentativa de criar um espaço público de cunho social. Por exemplo, as academias de boxe idealizadas por Nilson Garrido e a área poliesportiva gerida por Fátima no baixo do Viaduto Alcântara Machado (AGUIAR, 2017), nota-se que existe uma potencialidade do espaço em conjunto com uma necessidade da população de usufruir de espaços para lazer e esporte.



FIGURA 8

Baixios são espaços historicamente abandonados e ignorados pelas políticas públicas. Como consequência disso, são ocupados para fins marginais ou informais, indesejados pela sociedade “formal”.

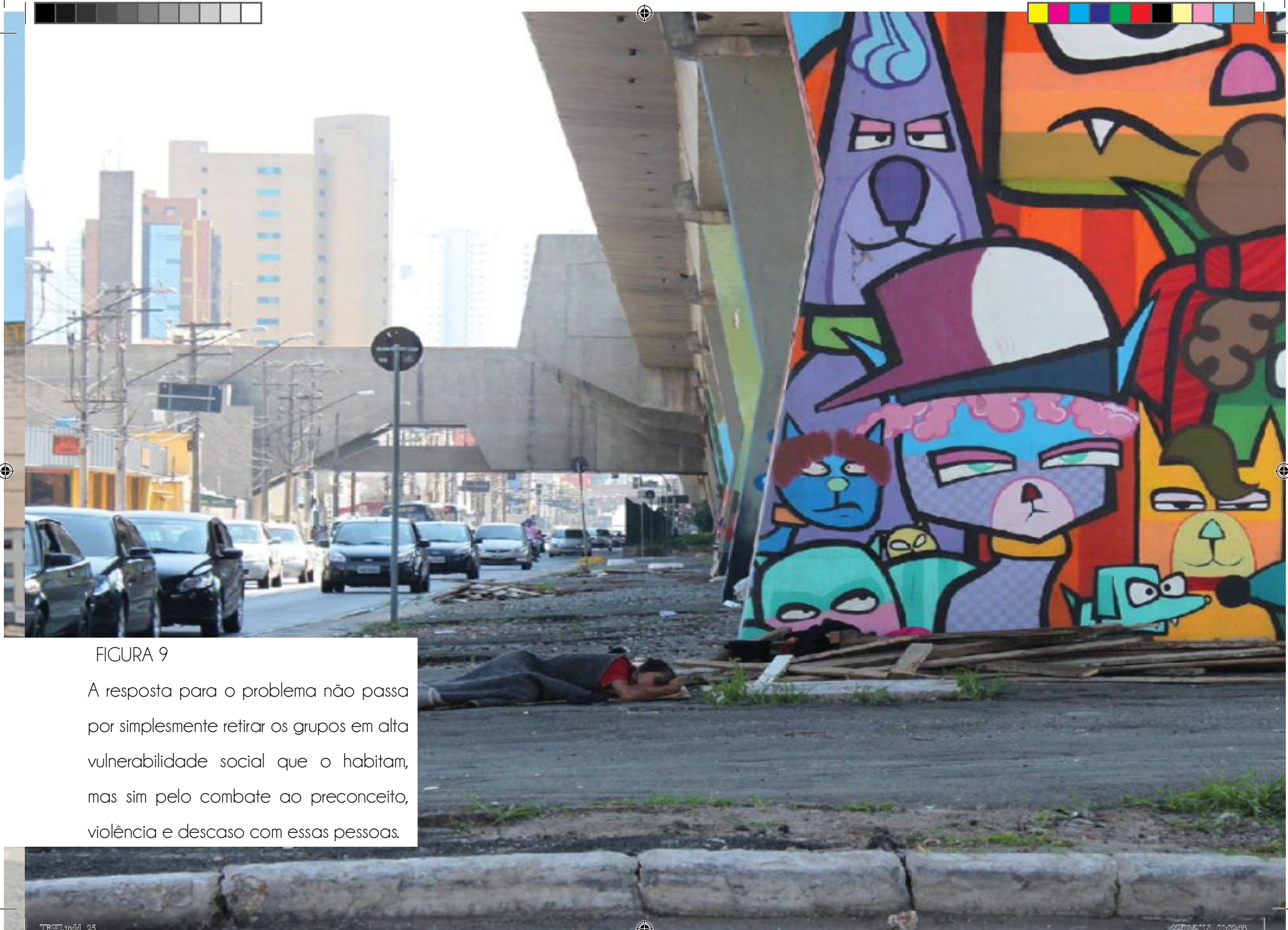


FIGURA 9

A resposta para o problema não passa por simplesmente retirar os grupos em alta vulnerabilidade social que o habitam, mas sim pelo combate ao preconceito, violência e descaso com essas pessoas.



ARQUITETOS SOBRE O BAIXIO

No que cabe aos arquitetos, a atuação nos baixios pode ser averiguada em alguns pontos. A prefeitura de Belo Horizonte, numa tentativa de solucionar os problemas dos baixios, lançou em 2013 um “Concurso Público Nacional de Projetos de Arquitetura Para Requalificação Urbana de Baixios de Viadutos em Belo Horizonte” (FIGURA 1), onde foram propostas intervenções urbanas em quatro viadutos da cidade. Essa ação da prefeitura demonstra a possibilidade de existir uma preocupação do poder público quanto a estes espaços, mas segue sendo uma exceção.

São Paulo é outra cidade cujos viadutos já foram alvos de intervenção para reinserção urbana ou reaproveitamento

do espaço pelos arquitetos. Entre outros, cabem de exemplos os próprio Viaduto do Café onde se instala a academia de boxe, e o viaduto João Coullart, conhecido como “Minhocão”.

Como já era esperado, os projetos do concurso de Belo Horizonte consideraram uma “reabilitação” do lugar, implementando espaços de lazer como parques, pistas de skate, cinemas, e comércio como revistarias/bancas de jornal e cafeterias. Os acessos, a mobilidade e a ciclovia são valorizadas ao mesmo tempo em que são propostos estacionamentos tanto carros, além de bancos e espaços de encontro, com o intuito de o transeunte parar e ficar no espaço. Estas propostas caracterizariam a intervenção no baixio como um “parque urbano” e, aliadas, tenderiam a aumentar

a valorização de sua identidade urbana. Desta maneira a população que até então habitava o espaço seria expulsa pela incompatibilidade dos usos – a presença de moradores de rua remete à insegurança, violência, e roubo –, e também pelos interesses econômicos e imobiliários. Sua expulsão se daria de forma voluntária, os próprios moradores de rua se sentiriam inseguros ou indesejados naquela posição e buscariam outro espaço informal para se assentar; ou por intermédio de intervenções construtivas, como a “arquitetura antimendigo”; ou ainda, a partir da violência e expulsão forçada. Qualquer uma destas formas resultaria na expulsão do morador de rua que, não vai receber o atendimento necessário e apenas mudará para outro espaço residual, mantendo sua classe, sua miséria e suas necessidades.



“Pode-se embelezar a parte de cima com o parque, mas a parte de baixo dele continua em eterna sombra, mantendo o lugar escuro e barulhento. Como solução não cria uma cidade agradável no nível térreo. (GIMENES, 2014)”



FIGURA 12

Para o caso do Minhocão, considerando a vertente que pensa no viaduto como um mal urbanístico que deve ser eliminado, se destaca o projeto do escritório de arquitetura FGMF, premiado pelo Prêmio Prestes Maia de Urbanismo, em 2006

– cujo objetivo era colher alternativas de desativação do Minhocão. Nele, os arquitetos entenderam que não existia a possibilidade de manter os diferentes usos do viaduto, os usos de praça e pista de automóveis com aqueles marginais

presentes, em sua maioria, no baixo do viaduto.

Por outro lado, o trabalho de Yanne Nigro Torres (2015) é marcante no sentido em que considera o maior



número possível de pré-existências para então propor uma intervenção no viaduto inteiro, incluindo seu baixo e os carros. A relação entre o viaduto e os apartamentos que muitas vezes ficam a poucos metros de distância, os usos marginais do baixo, os usos para lazer e entretenimento aos finais de semana, e muitas outras formas de se consumir o espaço do viaduto são pontuadas e levadas em consideração quando o projeto foi idealizado. Mais que isso, ela conseguiu pontuar a identidade que o então “erro urbanístico” foi capaz de criar nos moradores dos bairros e também nos moradores da cidade (TORRES, 2015). A intervenção se instiga a entender o viaduto como: “oportunidade, uma grande possibilidade de alavancar as atividades diversas que já se desenvolvem ali, além de fomentar usos que ainda estão por vir,

que podem, e devem, aparecer; espaço este que não espera um programa (pré) determinado, mas múltiplo, aberto, flexível, que dê suporte, liberdade aos desejos e vontades dos cidadãos” (TORRES, 2015, p. 81).

Quanto o baixo do Viaduto do Café, o projeto de Igor Guatelli é emblemático no sentido em que caracteriza as infinitas possibilidades de utilização do lugar e, ao mesmo tempo, não esquece daquilo que já existia antes.

FIGURA 10





Guatelli (2008) objetiva uma intervenção que dá suporte à academia de boxe e, ainda, cria espaços de incertezas e possibilidades, onde se permite agir conforme a vontade do indivíduo e não de acordo com as intencionalidades do projeto. Dessa forma, a intervenção conta com ringues de boxe deslizantes, equipamentos específicos (banheiros, vestiários, cozinha, biblioteca e escola infantil) e, “espaços entre” – onde as possibilidades são exploradas (FIGURA 4).

A partir de todos os exemplos citados, é impossível não considerar os baixios dos viadutos como uma questão a ser discutida nas cidades. É unânime que, como estão, estes espaços trazem identidades e interpretações negativas para o bairro e a cidade, além de

consolidar a situação marginal de quem os ocupam. A questão está na intencionalidade buscada ao espaço por meio do projeto, almejando locais de inclusão ou exclusão, democracia ou autoritarismo, possibilidades ou imposições.

FIGURA 11



FIGURA 12

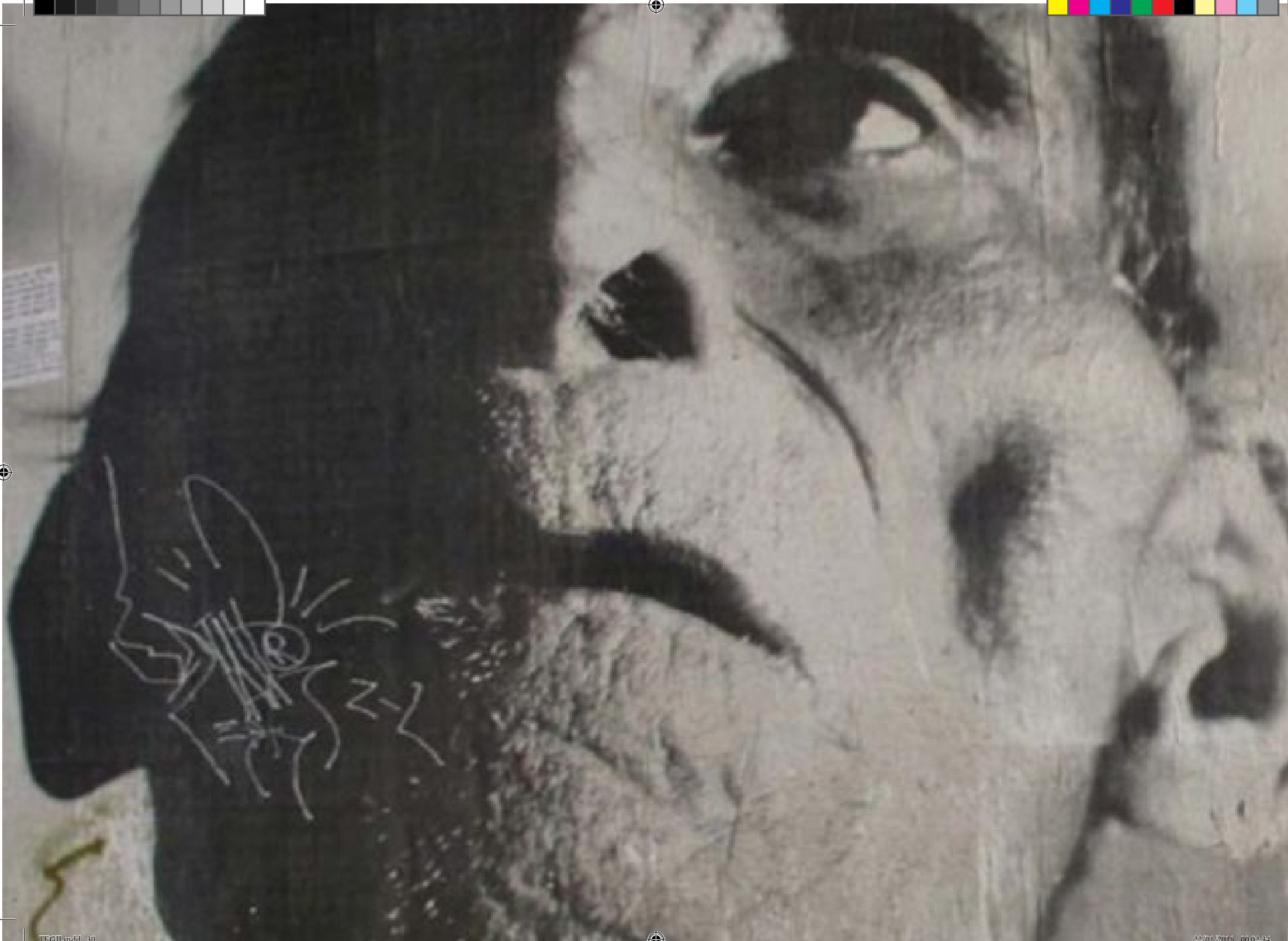




FIGURA 13

Atuar no espaço urbano significa influenciar a vida de muitas pessoas, atuar no baixo não é diferente. Existem os que vêem o viaduto como teto e essa pré-existência deve ser considerada nos projetos.

DOS QUE HABITAM O BAIXO



Ao analisar o impacto e potencialidades do baixio perante a cidade, frequentemente foi pontuado que os espaços de intervenção não são abandonados por completo, uma visita ao local é o bastante para se averiguar que há usos e ocupações, por mais ocultos que possam ser.

Os projetos arquitetônicos de maior relevância são aqueles que consideram o sítio e tiram partido daquilo que existe ou existiu para a concepção de algo novo. Da mesma forma, um projeto

para o baixio viaduto não pode entender o lugar de intervenção como um terreno plano e desabitado, fazer isso, além de se iludir; é propagar a percepção de que os usos marginais são “invisíveis” perante a cidade e, “invisíveis” também são suas reivindicações (SOUZA FILHO, 1997).

Partindo da premissa de que para atuar nos baixios viadutos é preciso conhecer o que existe ali, o próximo passo é pontuar as pré-existências do espaço: quem o habita, o que fazem e quando estão no lugar. A partir de uma breve observação



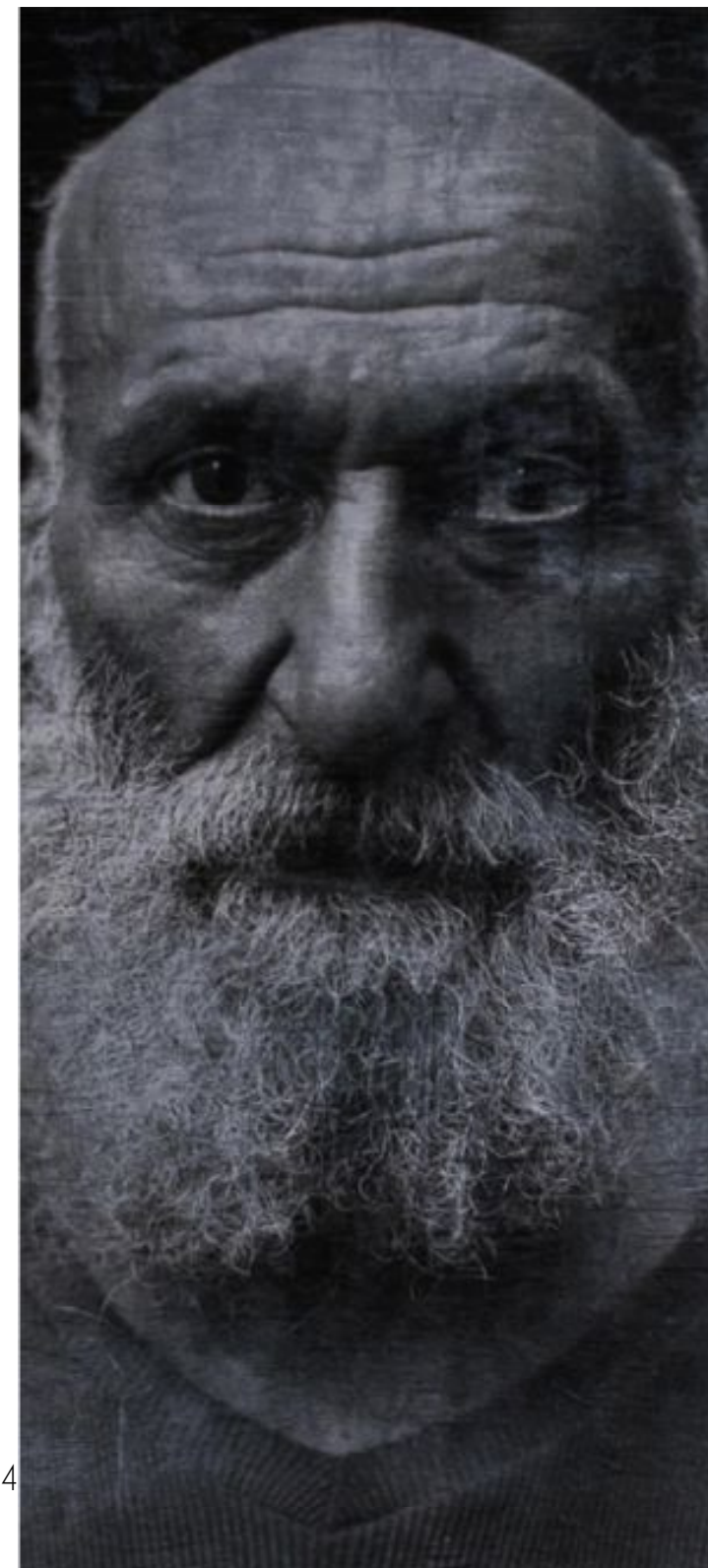
do baixo, os usos predominantes podem ser: passagem de pedestres e bicicletas que atravessam de um lado para o outro da avenida – esse tipo de travessia é predominante, se evita percorrer pelo canteiro central das avenidas onde fica o baixo, justamente pelo imaginário de medo e insegurança que ele passa para a sociedade, assim, as pessoas preferem andar do outro lado da avenida e quando precisam, atravessam-na passando pelo baixo cortando-o perpendicularmente e ficando o menor tempo possível exposto aos seus “perigos”; passagem de pedestres e bicicletas pelo baixo – e os usos informais (fianelinhas, pedintes, moradores de rua, prostitutas, drogados, etc.).

Dentre a gama dos usos pré-existentes, os moradores de rua é a mais presente na maioria dos baixos viadutos da cidade

A existência de uma cobertura aliada com paredes improvisadas (pilares do viaduto), transforma o baixo em um potencial espaço para se armar uma barraca, estender uma lona ou construir uma maloca, ou então simplesmente se proteger da chuva e do frio somente com cobertores e papelão.

A ocupação dos baixos viadutos por essa parcela da população é histórica (AGUIAR, 2017), a falta de unidades de moradia aliada a uma má distribuição de renda do país (BOLAFFI, 1976) configuram um déficit habitacional alarmante em todo o Brasil. Muitos destes que compõem as estatísticas acabam por perder suas moradias de forma definitiva, seja por desastres ou por não conseguir pagar o aluguel, e ficam sem um lugar para morar. Levando em consideração os moradores de rua, dados de 2015,

FIGURA 14





mostram que são quase 16 mil pessoas que habitam as ruas de forma provisória ou definitiva (os albergados também são contados). O resultado disso é que existe uma parcela da população que não tem um espaço adequado para ficar, e passam a habitar lugares degradados e esquecidos, como o baixio viaduto, uma vez que sua presença não é permitida em locais “qualificados” da cidade.

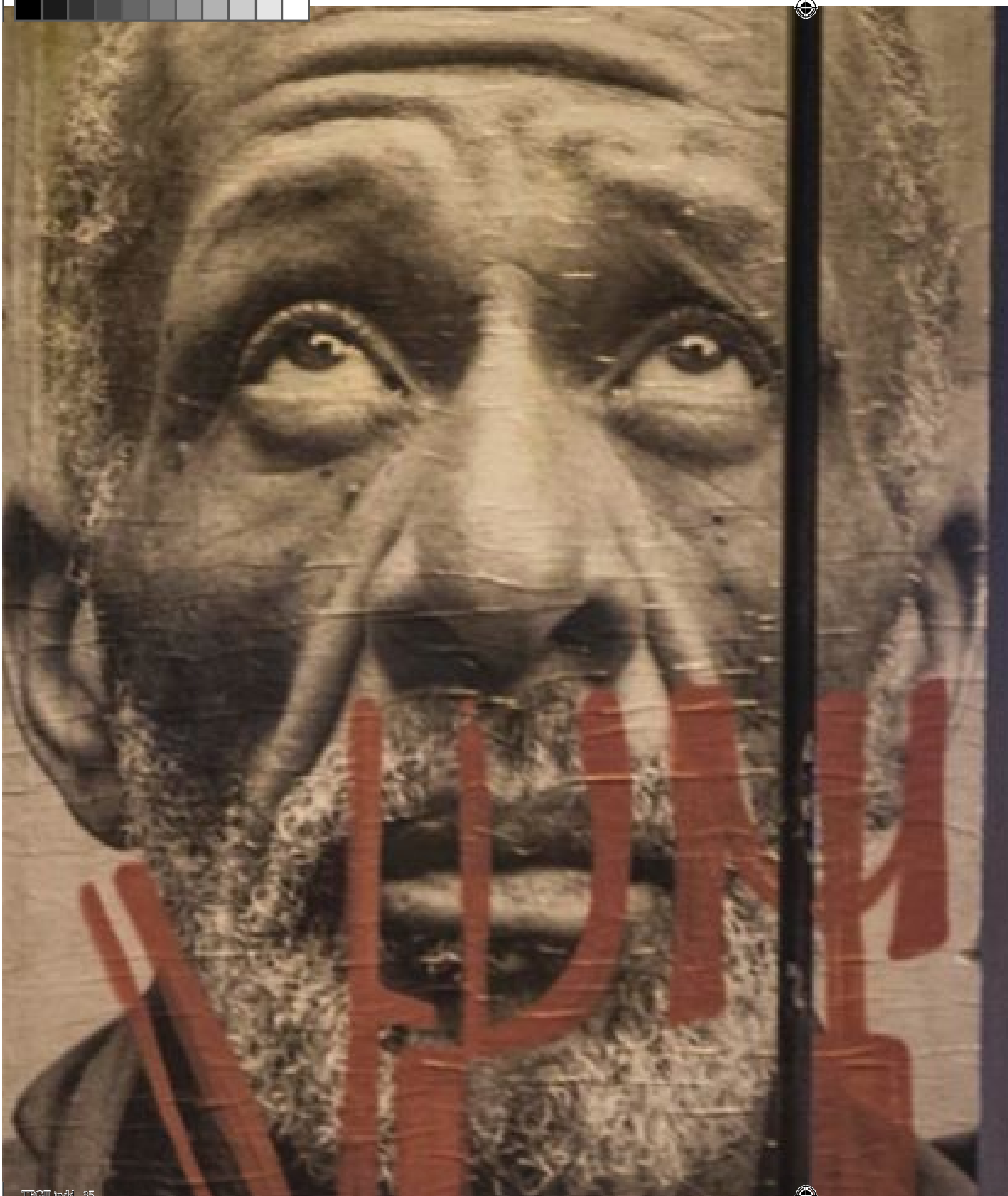
A presença dos moradores de rua é emblemática tanto pelos números como pela heterogeneidade que apresentam. Existem moradores de rua empregados e desempregados, drogados e conscientes, homens e mulheres, adultos e crianças, portanto, pôr em questão o morador de rua como o principal sujeito “marginal” que habita o baixio é um esforço para levar em consideração, ao máximo, as pré-existências

desse espaço, não se esquecendo daqueles usos que não são desqualificados. Por isso, o morador de rua recebe uma atenção especial neste trabalho, no intuito de entendê-lo como um usuário que estava habitando aquele espaço antes de se pensar em qualquer projeto ou intervenção, e por isso, deve ser considerado.

De fato, o tema tem ganhado certa relevância nos estudos e levantamentos teóricos, como a defesa de mestrado em arquitetura e urbanismo de Paula Quintão (2012) – onde foram pontuados, além da característica espacial do “morar na rua”, sua questão social/ ideológica, e meios de intervenção pelo poder público –, demonstrando que este assunto pode sim ser debatido no universo da arquitetura e do urbanismo, assim como Victor Aguiar (2017) fez com os baixios. Outro exemplo é

o Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo (2015) elaborado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS da prefeitura de São Paulo na gestão do ex-prefeito Fernando Haddad (2012 – 2016), esse estudo mapeou didaticamente todas as formas de vulnerabilidade social na cidade de São Paulo, incluindo explicações sobre as maneiras de intervenção e os postos de acolhida.

A principal característica da classe da população de rua é justamente com relação ao seu assentamento. Desinserida da lógica imobiliária da sociedade padrão, as pessoas que moram nas ruas não possuem uma localização na cidade, sendo desprovidas de um espaço para realizarem suas atividades particulares e, portanto, utilizando os espaços públicos para estes fins. “O morador de rua tem



como espaço de sobrevivência o espaço público” (QUINTÃO, 2012, p. 74).

A partir disso, surge o seguinte conflito: para o morador de rua, o público e o privado se confundem, pois é no espaço público que ele depende para fazer suas atividades privadas. Porém, paradoxalmente, mais do que a qualquer outra pessoa, o espaço público a ele é negado, por meio de intervenções ‘brandas’ como expulsões e realocações e também por intervenções bruscas no espaço, como bancos “antimendigos” e pedregulhos sub os baixios. Entende-se, portanto, que atuar no baixo sem considerar quem já o ocupa pode ser considerada falta de responsabilidade ética do arquiteto, a situação de vulnerabilidade dessas pessoas não pode ser ampliada.

FIGURA 15





FIGURA 16

Enquanto os problemas sociais urbanos acontecem, os arquitetos estão preocupados em desenvolver projetos futurísticos que beneficiam o mercado imobiliário, em detrimento dos mais necessitados.

DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA DOS ARQUITETOS





FIGURA 17

A arquitetura, muitas vezes assume um papel tão importante no imaginário das pessoas que pode tomar significados políticos que representem regimes, governos e sistemas. Que imagem nossa arquitetura passa?



Diante desta eminente problemática que o fenômeno de morar na rua está inserido, e da pouca eficácia da maior parte das intervenções do poder público, qual seria a responsabilidade do arquiteto e urbanista para com eles? Uma vez que essas pessoas habitam os espaços urbanos, e o arquiteto é aquele que projeta nesses espaços, seria prudente desconsiderar essa classe na elaboração dos planos e projetos? Até que ponto a profissão é responsável pela perpetuação da segregação e marginalização dessa classe social?

O principal elemento que difere a arquitetura e o urbanismo das demais ciências sociais é que ela aplica concretamente aquilo que estuda – a arquitetura é uma arte útil. Em outras palavras, os arquitetos e urbanistas não se esforçam somente para entender as problemáticas sociais urbanas, mas também se dedicam a solucionar os problemas levantados a partir da construção e definição de espaços na cidade. Desta forma, é uma profissão que carrega consigo uma alta carga de responsabilidade perante os problemas urbanos, é a profissão responsável por saná-los da melhor forma possível.





Uma vez que atua concretamente no espaço urbano, a profissão também possui uma responsabilidade social em sua concepção. Ao determinar onde cada setor da cidade vai ficar, qual área vai receber infraestrutura, quais usuários a obra contempla, o arquiteto e urbanista está tomando decisões políticas para a cidade. Principalmente quando a categoria é responsável por pensar o espaço público que é um espaço político na sua essência de significar encontros entre diferentes grupos socioculturais (CALDEIRA, 2003).

“No início do século XXI, nesse contexto de monopólio de poder econômico, a função do arquiteto tornou mais ambígua e equivalente. Ele tendeu a se transformar em um servente dos interesses do poder privado e da ideologia do poder público, o que anula

intrinsecamente as possibilidades de desenvolvimento de uma cultura crítica, pois, se o faz no contexto da sociedade neoliberal, arrisca-se a ficar sem sua fonte de trabalho. Embora o arquiteto continue a defender seu papel cultural e social, há, na verdade, certo tipo de prática da profissão que se tornou incompatível com o exercício da crítica. Até mesmo a informação sobre arquitetura passou a ser dominada por lobbies de pressão e de interesses. (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 38)

Tudo depende da abordagem do projeto e o quão consciente dos problemas sociais o arquiteto é. Onde se encaixam os projetos arquitetônicos na problemática dos espaços marginais? São projetos que vão intensificar a degradação do usuário e do bairro em prol da qualificação de um espaço para o bairro? Quem se beneficiaria com essa intervenção?



“Ação política a partir da
Arquitetura sempre existiu,
apesar de haver profissionais que
negam essa relação e que fazem
política por omissão. Se a política é a
organização social de um grupo que
se desenvolve em um espaço, o lugar
no qual esse espaço é criado será
integrador ou segregador, inclusivo
ou excludente, estará orientado
de acordo com a aspiração à
redistribuição da qualidade de vida
ou com a perpetuação da exclusão
e do domínio dos poderes. É por isso
que a arquitetura é sempre política.
(MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 65 – 66).

Nesse contexto em que o arquiteto
não tem mais do que uma mera
participação na produção de cidades
pelos interesses do capital financeiro, cujas

atividades de especulação e incorporação
trazem grandes malefícios para as cidades:
Qual será o papel ético do arquiteto?
Consegue ele trabalhar de forma crítica
ao invés de impulsionar as imagens de suas
obras ignorando os malefícios sociais que
isso traz? (MONTANER; MUXÍ, 2014). Qual
a responsabilidade que os arquiteto e
urbanista tem perante os problemas sociais
como a segregação, a fragmentação, a
gentrificação e as vulnerabilidades sociais,
tal como o fenômeno de morar na rua
presente tão firmemente nos baixios viadutos?





FIGURA 18

Avenida Cruzeiro do Sul, é possível ver o baixio formado pela linha suspensa do metrô. O respiro verde é o Parque da Juventude e o mar de prédios ao fundo é o Bairro de Santana.

5 DA ATUAÇÃO

APRESENTAÇÃO E LEITURAS

MORADORES DE RUA NO BAIXIO CRUZEIRO DO SUL

DEFINIÇÃO DAS REGIÕES

EQUIPAMENTOS

POSICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS NO BAIXIO



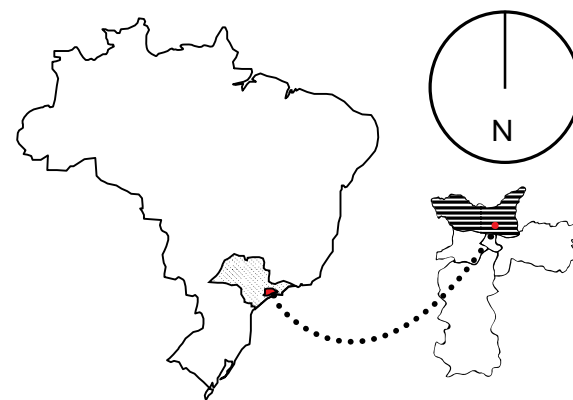
APRESENTAÇÃO E LEITURAS

A té agora foi apresentada a importância dos baixios como espaços públicos que, por mais abandonados que estejam na identidade da cidade formal, são de extrema importância para determinados grupos que o ocupam, entre eles, destacam-se os moradores de rua. Dessa maneira, a discussão apresentada acerca da responsabilidade política do arquiteto foi importante para mostrar que a profissão não pode simplesmente virar de costas para situações como essa na cidade, e simplesmente direcionar sua atuação para o mercado imobiliário.

S erá apresentado a seguir uma tentativa de qualificar um espaço público historicamente ignorado, um baixio, considerando que ele continuou a ser de extrema importância para algumas pessoas, principalmente aquelas que

FIGURA 19

Localização da **Avenida Cruzeiro do Sul** em São Paulo. Uma das avenidas mais importantes da Zona Norte.





nele vêem um teto, e que não podem ser simplesmente ignoradas por aqueles que vão intervir no espaço. O local de intervenção será o baixio da Avenida Cruzeiro do Sul, em São Paulo (SP), mais precisamente na Zona Norte, bairro de Santana (FIGURA 19).

Os principais motivos da escolha pela área são:

A escolha desse lugar se dá por: i) em primeiro lugar é uma via de acesso ao centro (FIGURA 22), portanto consiste

em elevado fluxo de pessoas e diferentes meios de transporte (bicicleta, ônibus, metrô, automóvel, etc.); ii) existem três estações de metrô no percurso da avenida, incrementando sua complexidade como espaço urbano de grande importância.

FIGURA 20

O baixio da avenida é presente quase por sua total extensão, graças ao metrô que divide os dois lados pelo alto.



(FIGURA 21); iii) a presença, claro, de um baixo, situado debaixo do caminho do metrô; iv) nesse baixo, de grande comprimento, há locais de intervenção e apropriação (FIGURA 20); v) há uma concentração de moradores de rua nesse espaço como um todo (FIGURA 25).

Justamente por ser uma avenida de grande importância e de acesso ao centro, como se pode observar nas imagens a seguir (FIGURAS 21 e 22), o percorrer de seu caminho é munido com diversos

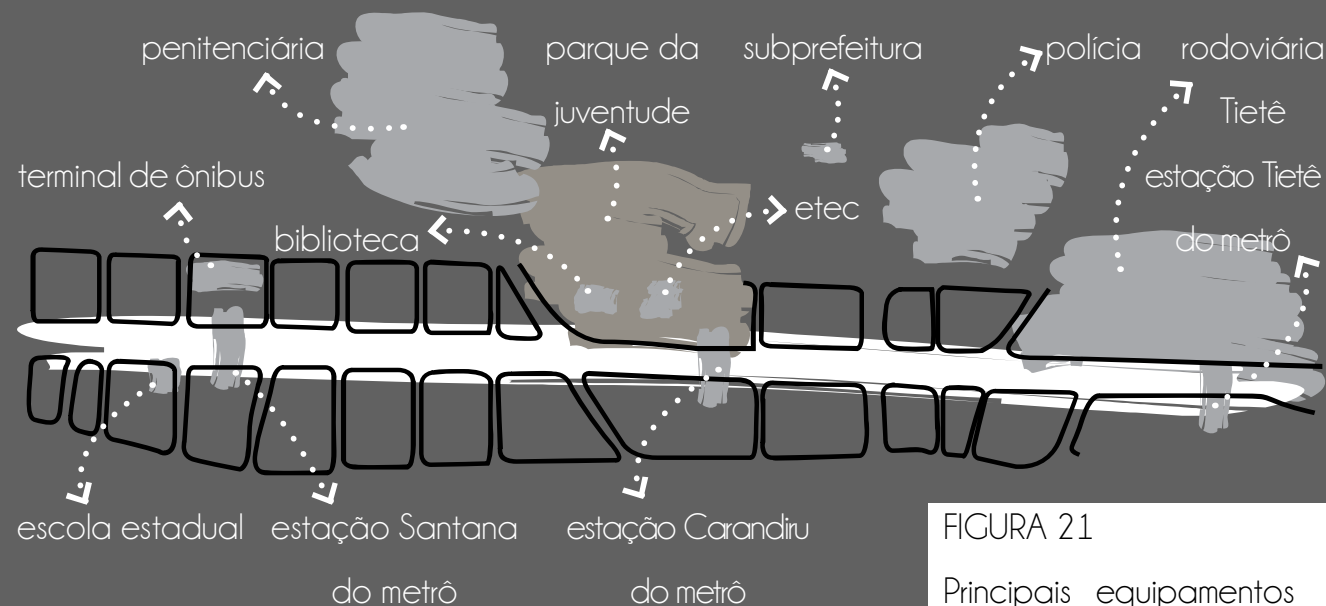
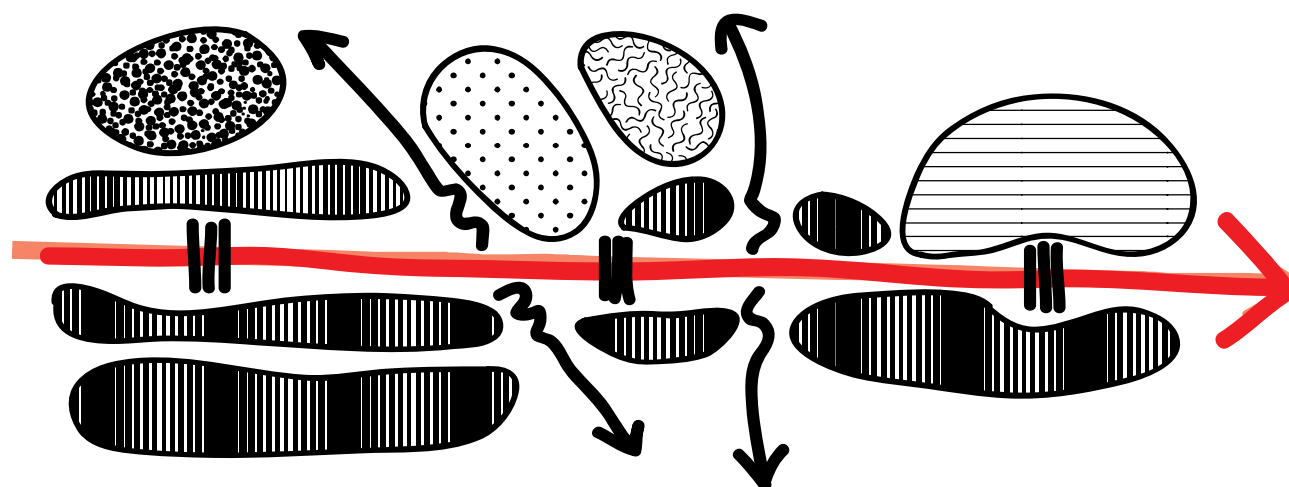


FIGURA 21
Principais equipamentos do entorno.

FIGURA 22
Principais vias do entorno e direcionamento da avenida.





-  Comércios e Serviços
-  Cruzamentos Tensos
-  Usos Mistos
-  Residencial
-  Baixio Cruzeiro do Sul
-  Travessias
-  Parque Urbano
-  Serviços e Comércios Grandes

FIGURA 23: Estudo de usos

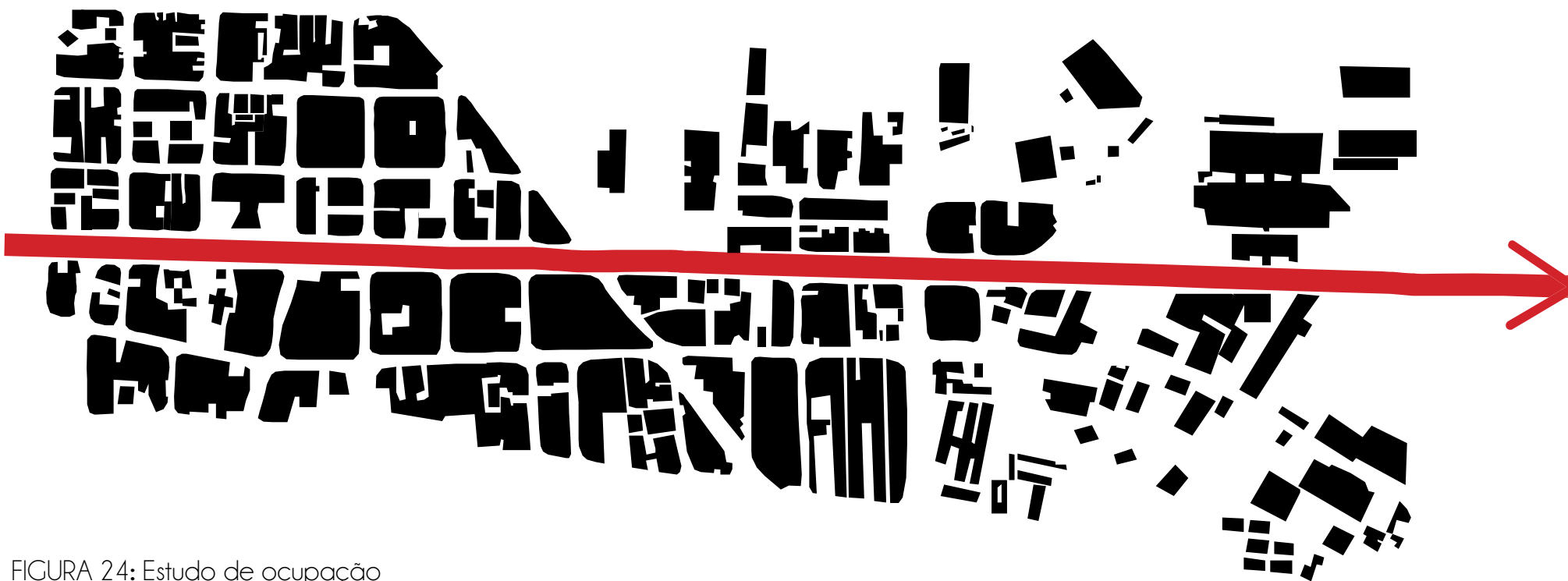


FIGURA 24: Estudo de ocupação





MORADORES DE RUA NO BAIXIO CRUZEIRO DO SUL

A ocupação do baixio viaduto é frequente, talvez até definitiva, e o grupo dos moradores de rua é o principal consumidor do espaço. Por mais que exista um grupo predominante, não é possível afirmar que as atividades no baixio são previsíveis ou definidas e isso pôde ser observado nas visitas ao local.

Nessas visitas, houveram momentos em que, de dia, haviam moradores de rua trabalhando, caminhando, comendo; mas também haviam outros dormindo, conversando, ou simplesmente observando o passar dos carros. De noite, a mesma constatação pode ser observada, enquanto muitos dormiam, outros trabalhavam, conversavam, cozinhavam.

Porém, um elemento que chamou muito a atenção foi a vida noturna de quem estava no baixio, pelo menos naqueles dias em que o trabalho de campo foi feito. Nas altas horas da madrugada, pareceu que, finalmente, eles eram a atração principal da cidade. Estavam tão confortáveis com a falta de automóveis e de pessoas que dançavam e brincavam com seus cachorros sobre onde, horas antes e horas depois, passam infinitos carros, motos e ônibus, ofuscando a presença deles, permitindo apenas que ocupem o baixio, retirando o protagonismo que possuem durante a noite.

A ocupação no baixio nunca dorme, e as atividades que são realizadas sob a cobertura de concreto não podem ser medidas ou premeditadas, portanto a intervenção se preocupou em não limitar as possibilidades, pelo contrário, incentivá-las.

Outro esforço do trabalho para com os moradores de rua foi confirmar e concretizar atividades que já aconteciam lá, porém de forma subjetiva e informal, como por exemplo, o dormir na rua, tomar banho, lavar roupa, comer e acender uma fogueira para se esquentar. São atividades que costumam ser feitos em casa e mesmo nela possuem um espaço restrito para acontecer, porém, como visto, para o morador de rua o espaço público é sua casa e é onde ele realiza suas tarefas particulares.

A presença dos moradores de rua pela Avenida é constante, inclusive havendo a presença de pequenos agrupamentos de 5 a 10 pessoas (FIGURA 25), são amigos que dividem a mesma experiência de viver nessa situação e, compartilhando os aprendizados, aumentam suas possibilidades de sobrevivência e segurança.



Também existe, no que consiste à lógica espacial dos moradores de rua, um padrão de ocupação (FIGURA 26) pela avenida e pelo baixo. Observa-se que, genericamente, da estação Santana (onde começa o baixo) até o começo do Parque da Juventude é o trecho em que há a maior concentração, em barracas, cobertores ou sem nada disso. Por outro lado, o segmento que começa no Parque da Juventude e vai até a Avenida Zaki Narchi contempla a menor frequência de ocupação dos moradores de rua. Em seguida, o último trecho do baixo vai da Zaki Narchi até o fim da estação Tietê do metrô, onde o baixo acaba.

Essa lógica espacial não é aleatória. A presença de mais moradores de rua nas proximidades do metrô Santana (trecho AB) é muito devida à proximidade da área

com os comércios e serviços da região (FIGURA 23), além de ser uma área com constante fluxo de pessoas, acessando esses comércios e as modalidades do transporte público - terminal de ônibus urbano e metrô (FIGURA 21). Da mesma maneira, a queda na frequência da ocupação no trecho em que está o Parque da Juventude, se dá graças a intervenções pontuais no baixo, como a retirada da pavimentação - substituída pela grama - e a presença de pedras nos pilares (FIGURA 27), constituindo um verdadeiro design “antimentigo” para um trecho em que se deseja embelezar ou higienizar, que é o Parque da Juventude, portanto a presença dos moradores deixa de ser aceita nessa região (trecho BC).

Por fim, no último trajeto (trecho CD) a presença dos moradores de rua volta, mesmo que não seja tão grande como

no primeiro trecho, sua presença ainda é relevante, e a rodoviária do Tietê é um atrativo por trabalho e comida.



FIGURA 25

Presença dos moradores de rua nas proximidades da Av. Cruzeiro do Sul.

- 1 pessoa
- 2 a 20 pessoas





A análise da espacialidade dos moradores de rua feita anteriormente foi importante para a futura divisão do baixo viaduto em regiões, e as intervenções propostas variam de acordo com as possibilidades e necessidades específicas

de cada trecho. Mesmo que o usuário alvo seja o morador de rua, o objetivo principal é qualificar o baixo e incluir esse grupo social nessa qualificação, ou seja, permitir que o morador de rua desfrute dos equipamentos propostos para o baixo.

Portanto, como veremos a seguir, cada região recebeu equipamentos específicos que exaltam as pré-existências do espaço - usuários e atividades - e as possibilidades, almejando tornar o local o mais democrático e humano possível.

FIGURA 26

Frequência dos moradores de rua em diferentes trechos do baixo.

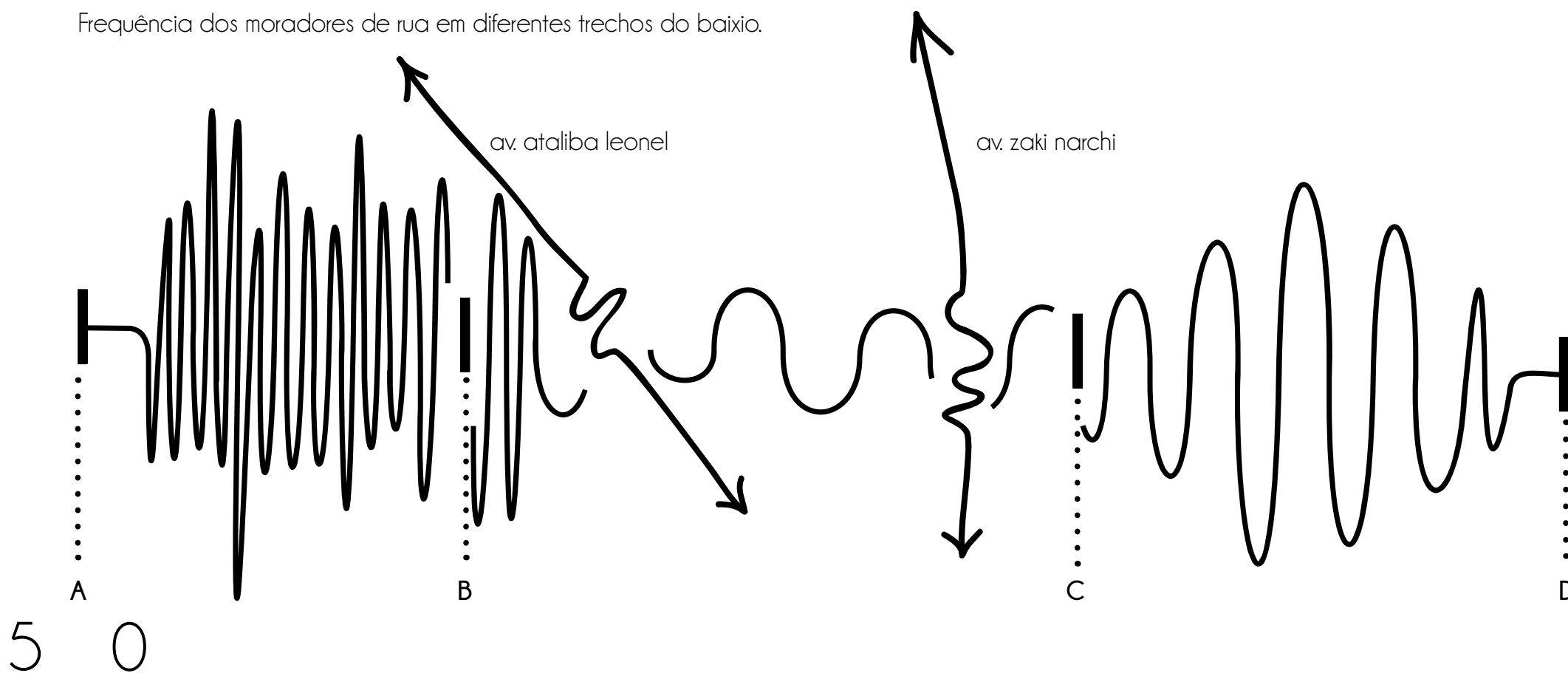




FIGURA 27

A substituição da pavimentação do canteiro central de concreto para grama, e os paralelepípedos sub os pilares são exemplos da conhecida “arquitetura antimendigo”.



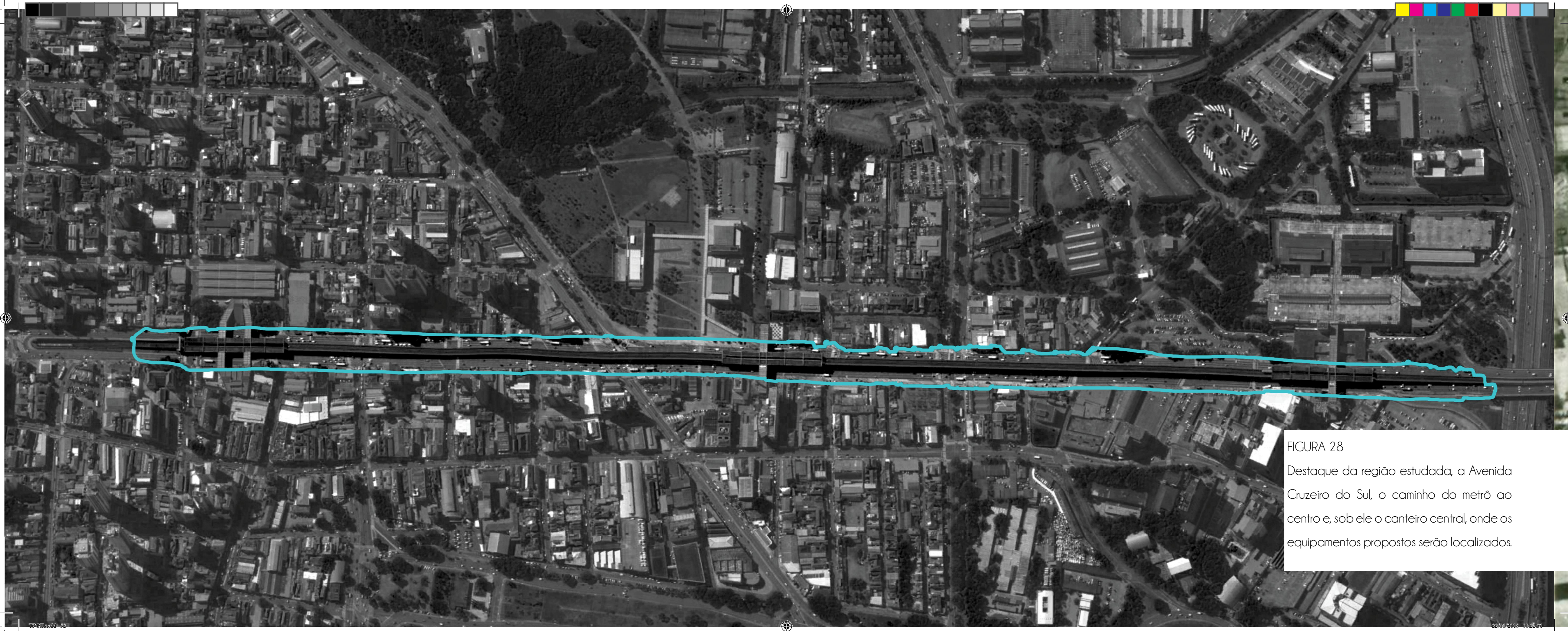


FIGURA 28

Destaque da região estudada, a Avenida Cruzeiro do Sul, o caminho do metrô ao centro e, sob ele o canteiro central, onde os equipamentos propostos serão localizados.



FIGURA 29

Foto de 1970, é possível observar a construção do metrô e da estação às margens da Avenida Cruzeiro do Sul.



DEFINIÇÃO DAS REGIÕES

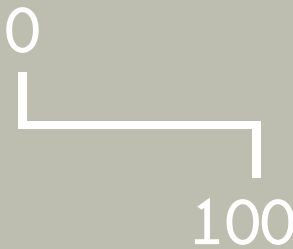
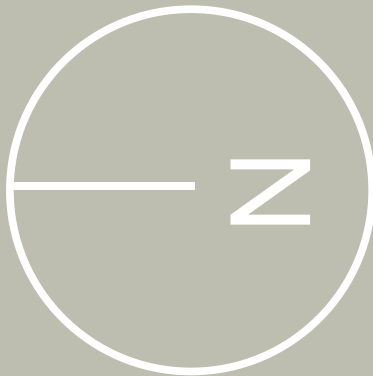
A partir das análises apresentadas anteriormente, foi possível dividir o Baixo Viaduto da Avenida Cruzeiro do Sul em quatro regiões, sendo que a primeira consiste em uma área onde ainda não existe o baixo, é de onde o metrô começa a sair do subsolo até finalmente o Baixo começar, após a estação Santana do Metrô. Essa é a única parcela da avenida desconsiderada no projeto, principalmente por não haver nenhum tipo de permanência ou passagem pelo canteiro central durante esse trecho.

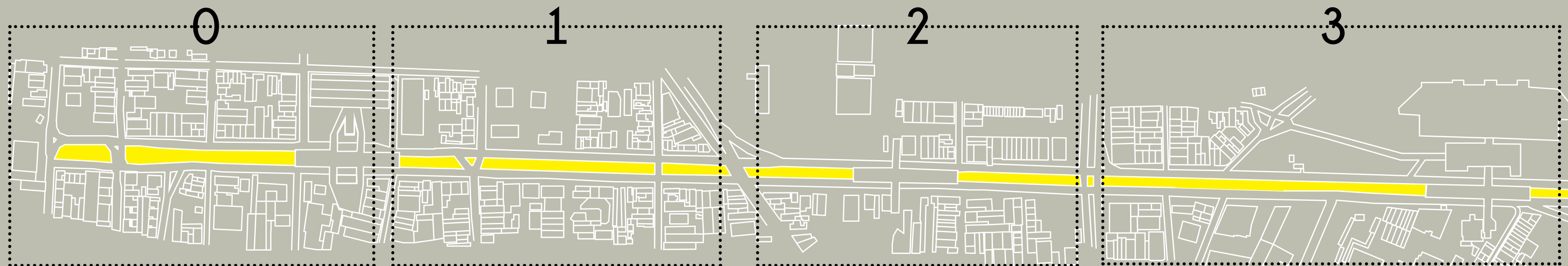
Os demais trechos foram definidos de acordo com as leituras espaciais de cada região e, para elas, foram propostos equipamentos específicos que visam contribuir para aumentar as potencialidades e permitir diferentes usos para os espaços que ocupam. As regiões em questão serão melhor detalhadas com o decorrer do trabalho, assim como os equipamentos elaborados.

Dessa maneira, as regiões foram definidas em: **(0)** Região sem baixo; **(1)** Baixo do Morador de Rua, onde os esforços de qualificação para o espaço foram voltados a melhorar as condições de conforto para aqueles que vão dormir na rua, no baixo, ou permanecer durante algum tempo nele; **(2)** Baixo do Lazer, cuja proximidade com o Parque da Juventude incentivou a elaboração de equipamentos de lazer e esporte que poderiam servir de suporte ou alternativa àqueles já presentes no parque; o **(3)** Baixo Socioassistencial é voltado aos interessados pela reinserção na sociedade “formal”.

EQUIPAMENTOS

Para entender os equipamentos e como influenciam em cada região, a melhor maneira é detalhar cada um em separado e, em seguida, localizá-los no decorrer da avenida.





0 ÁREA SEM BAIXIO

1 BAIXIO DO MORADOR DE
RUA

2 BAIXIO DO LAZER

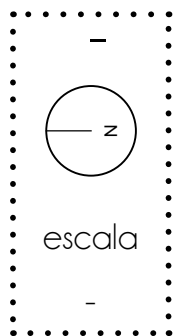
3 BAIXIO SOCIOASSISTENCIAL



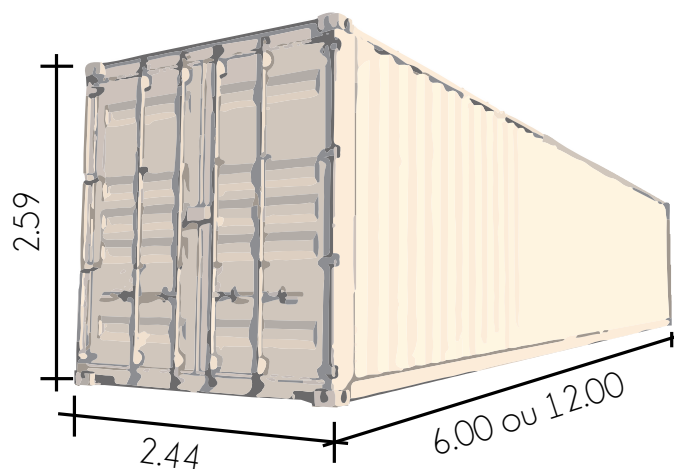


EQUIPAMENTOS

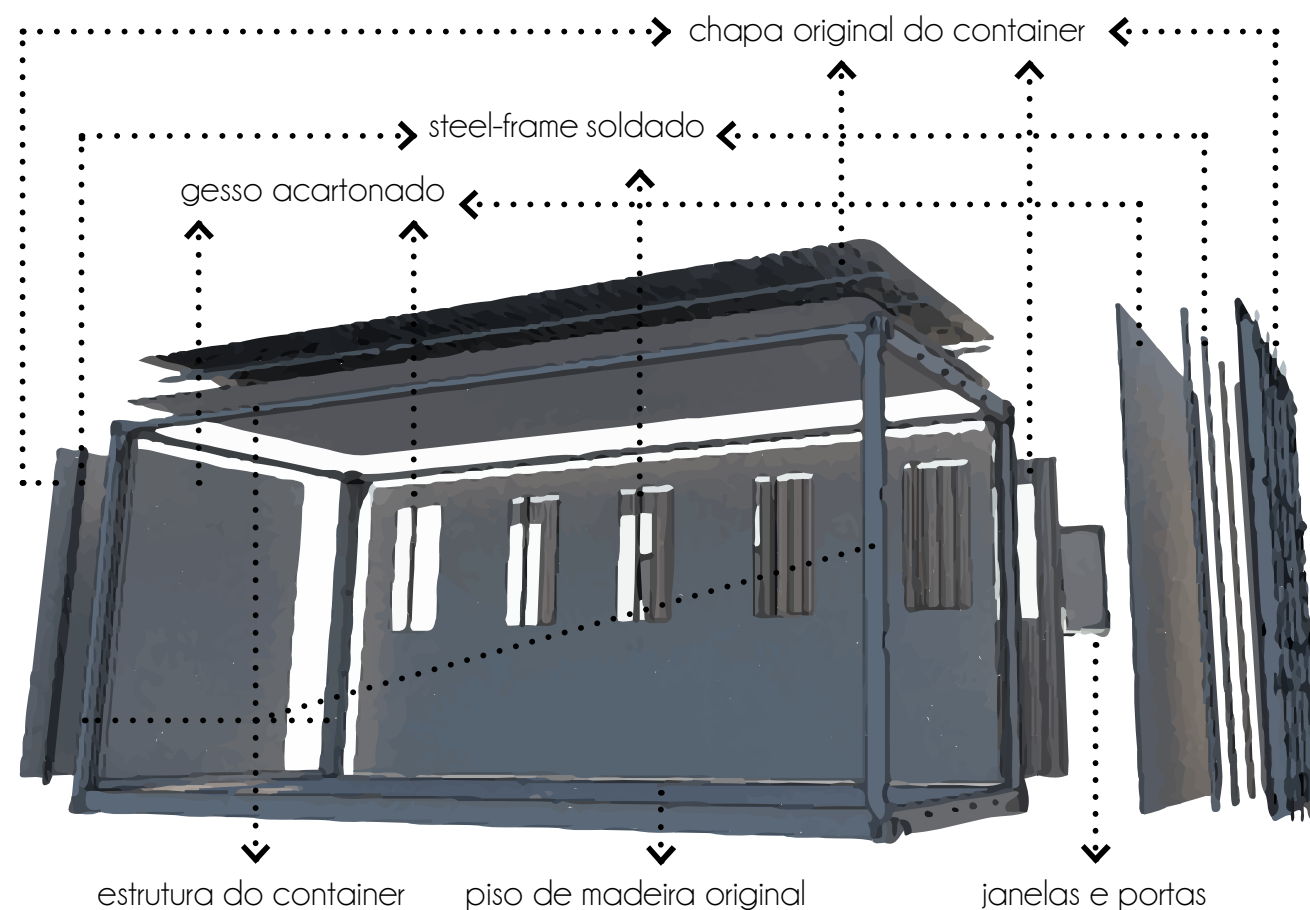
CONTAINER



No projeto, o container será utilizado em diversos equipamentos. Abrigará os diversos usos que necessitam de um local mais restrito que o próprio baixo para acontecer, como os atendimentos socioassistenciais e médicos.

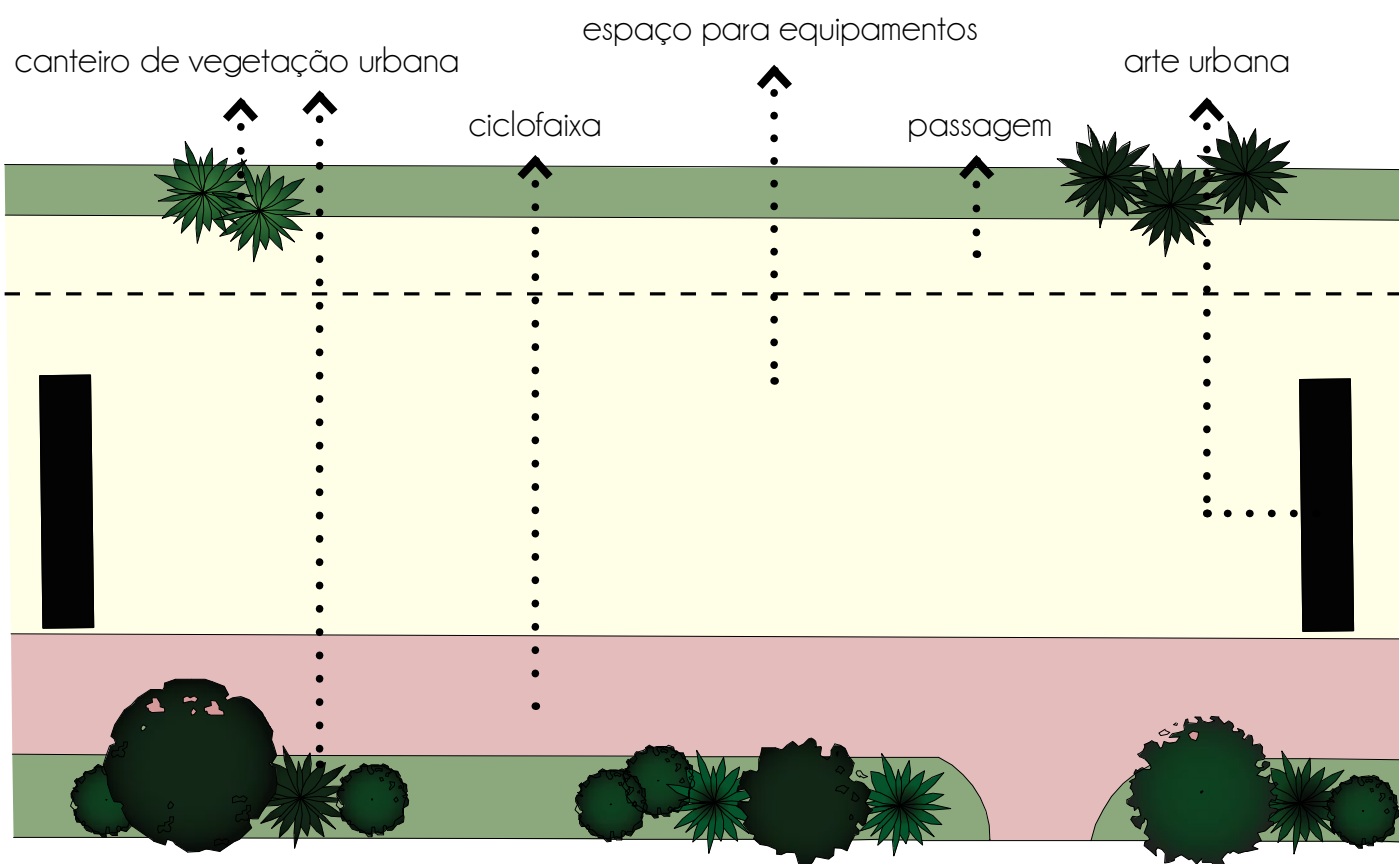
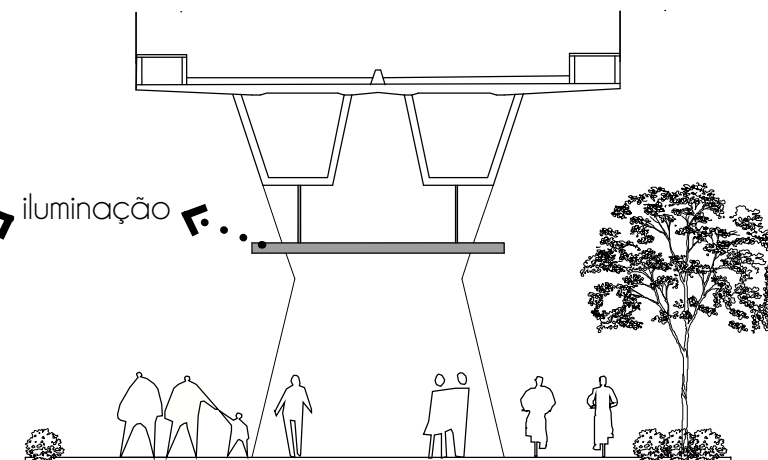
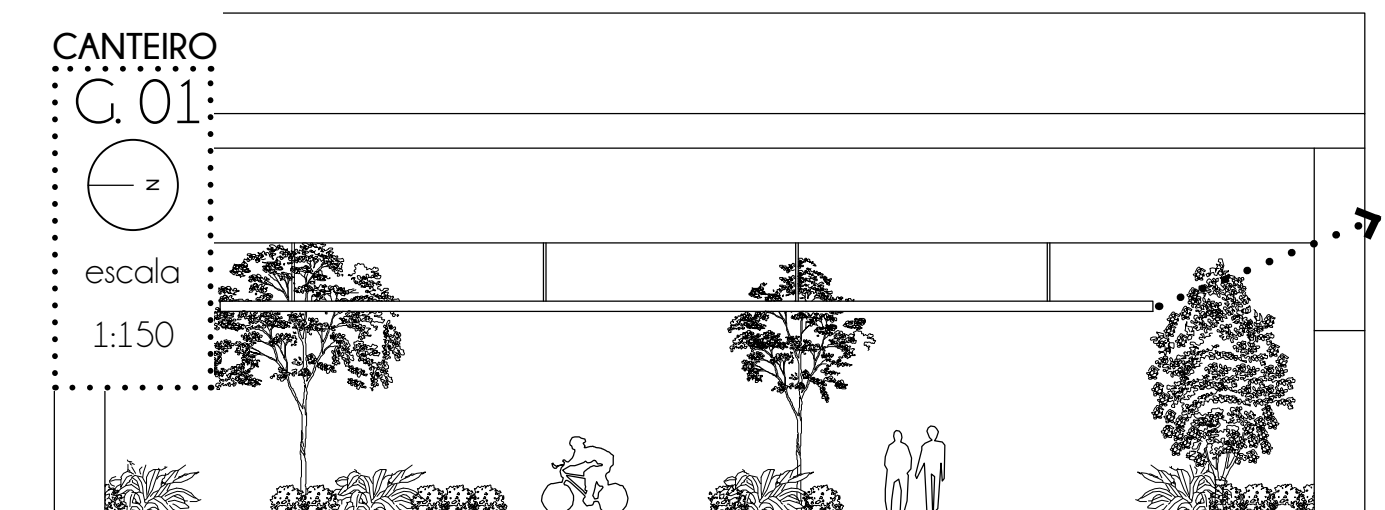


5 6



A opção pelo container passou pela busca por uma materialidade que fosse de fácil acesso, baixo custo e baixa mão de obra, de forma a viabilizar a intervenção. Apesar de todas essas vantagens, o container carece de um

tratamento termo-acústico entre o steel-frame e o gesso acartonado, a lã de pet é um boa solução isolante. Outra vantagem adquirida foi a linguagem e identidade trazidas pelo container, graças à sua textura e dimensões.

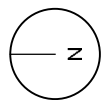


As propostas de mudança para o canteiro são simples. Decidiu-se que em primeiro lugar o canteiro deveria acomodar os usos da ciclovia, dos canteiros de vegetação urbana e a iluminação suspensa do baixo. Em seguida os equipamentos serão dispostos de maneira a encaixar nessa pré-definição do canteiro, garantindo que haja espaço o suficiente para a passagem de pedestres e ciclistas, além dos equipamentos de permanência e de atividades específicas, que devem ficar afastados dos pilares, para não ocultar a galeria de arte urbana.



BANHEIROS

G. 02

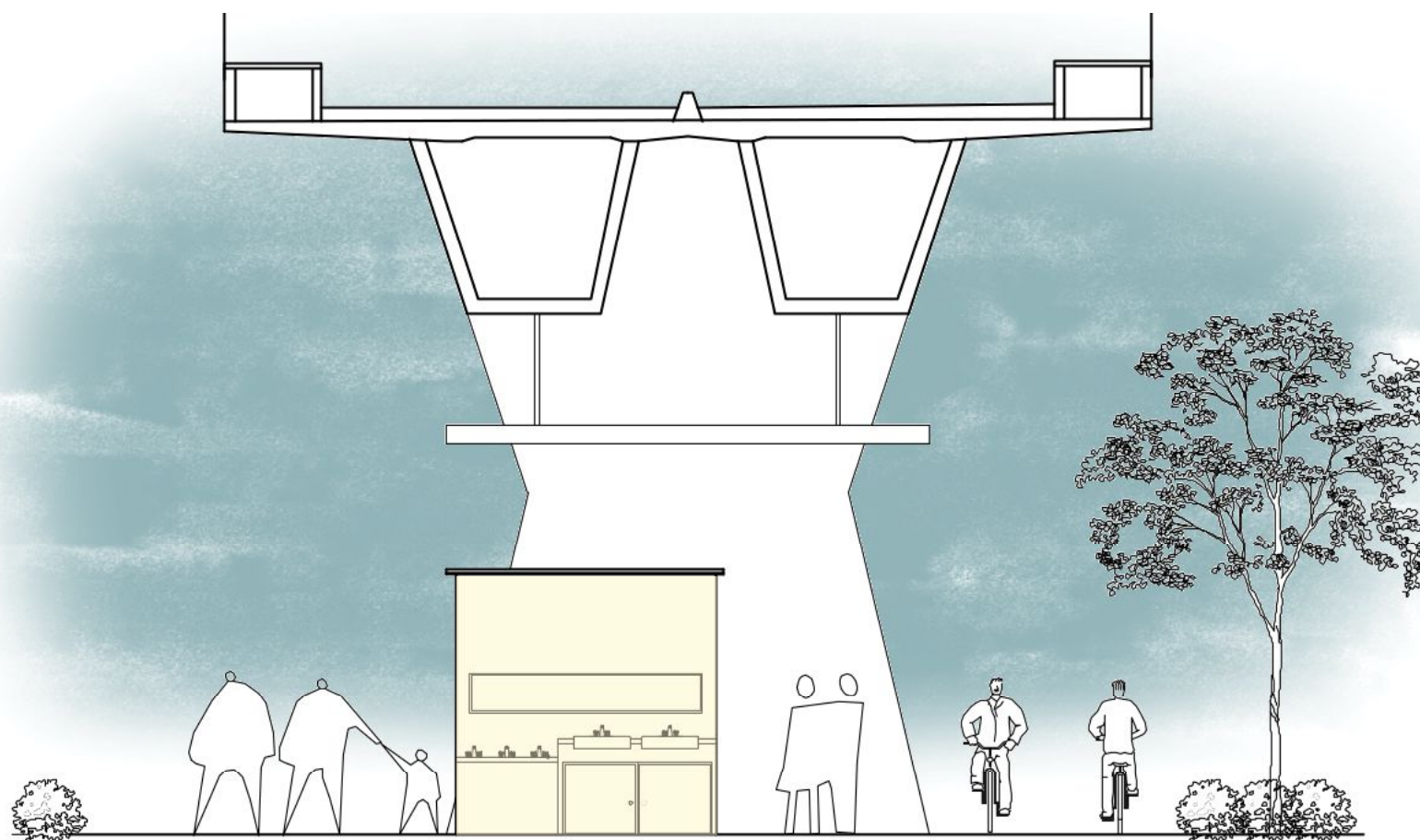


escala

1:75

Os banheiros são padronizados e se estendem por todo o baixo, dando suporte para as atividades previstas e outras que poderão surgir. Para esse equipamento, optou-se por utilizar o sistema construtivo convencional do

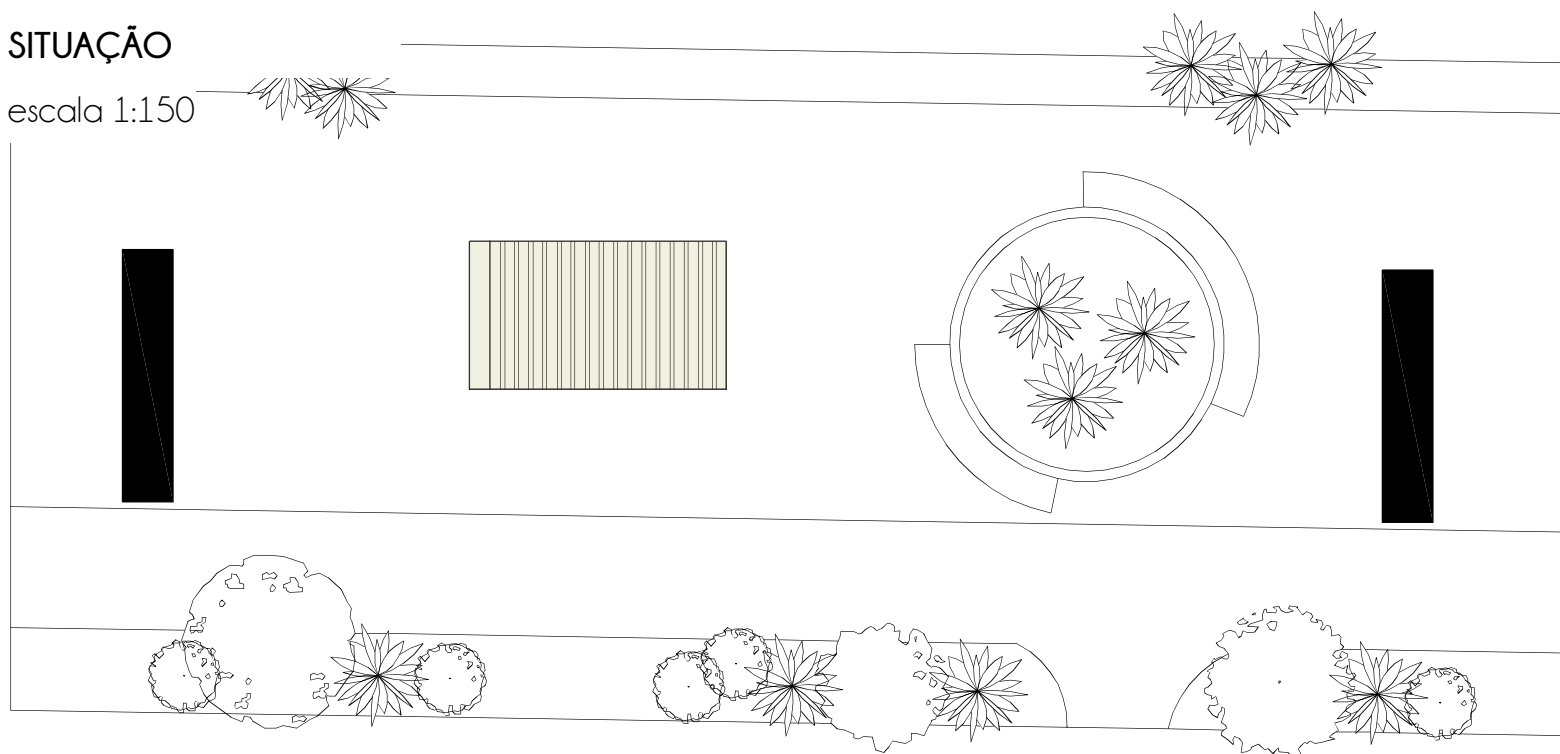
concreto armado ao invés do container, isso porque não é aconselhável que haja muitos cortes na chapa do container, dificultando a passagem da instalação hidráulica. O banheiro é munido com cabines de ducha e sanitários, e uma cabine acessível com os dois. Por fora, temos duas pias para higiene, bebedouro e um espelho.



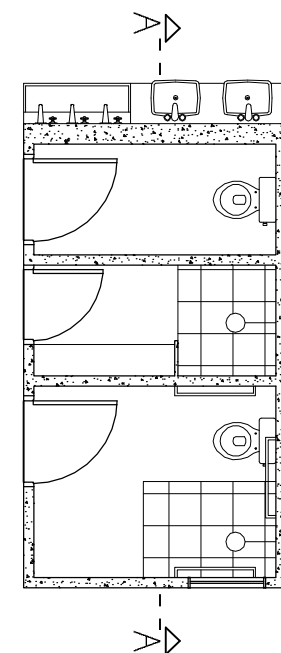


SITUAÇÃO

escala 1:150

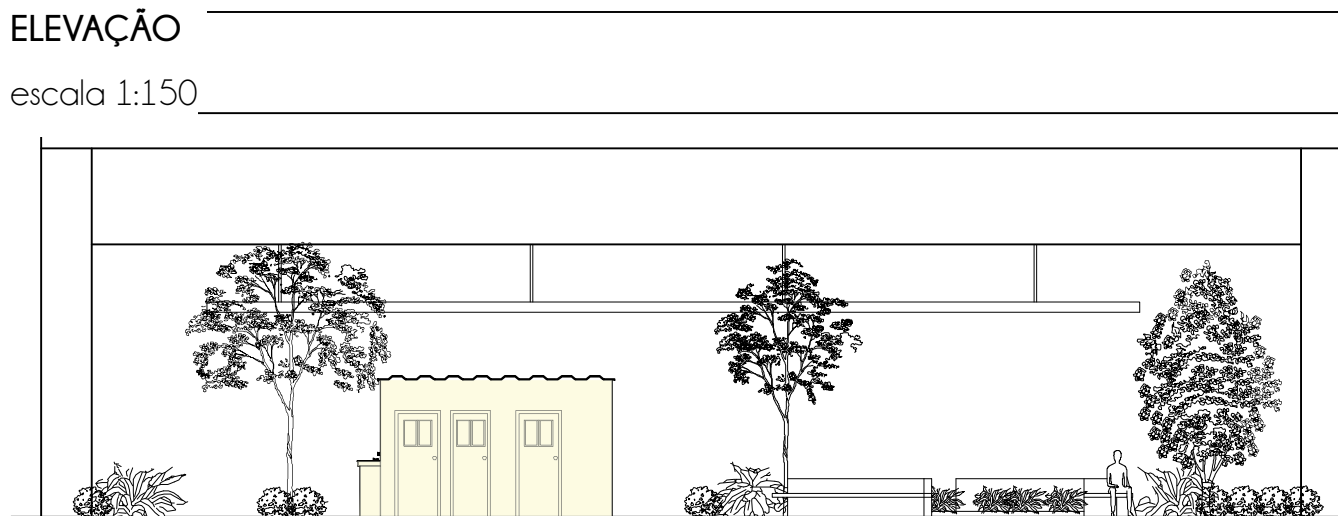


PLANTA

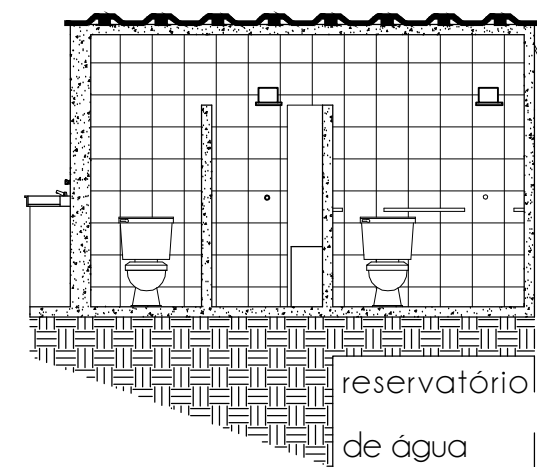


ELEVAÇÃO

escala 1:150



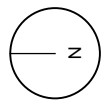
CORTE AA





BANCOS E PERMANÊNCIA

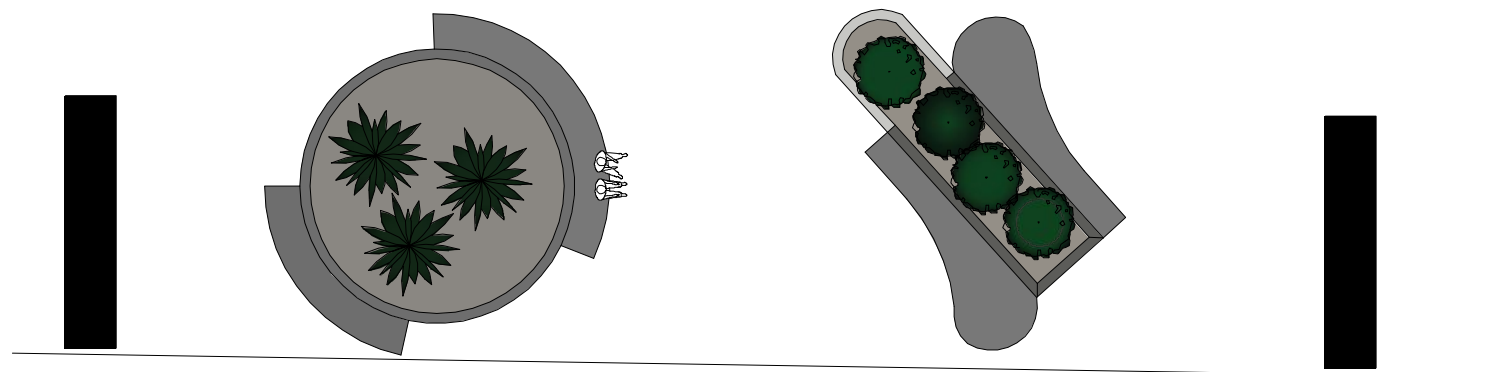
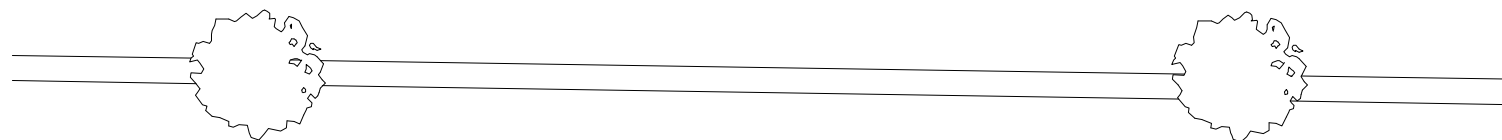
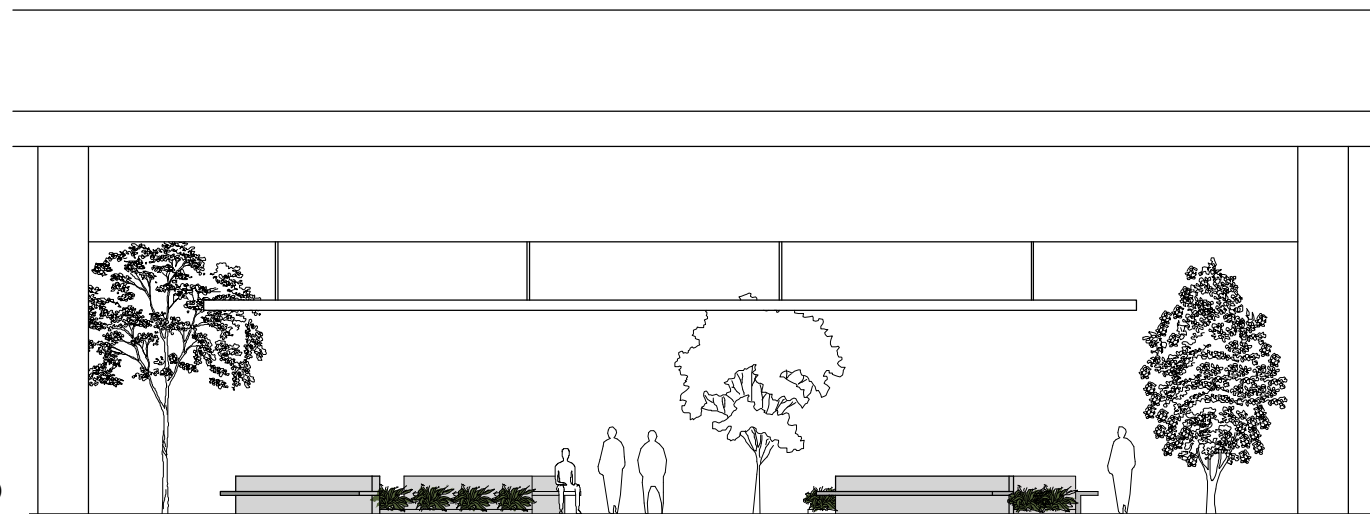
G. 03



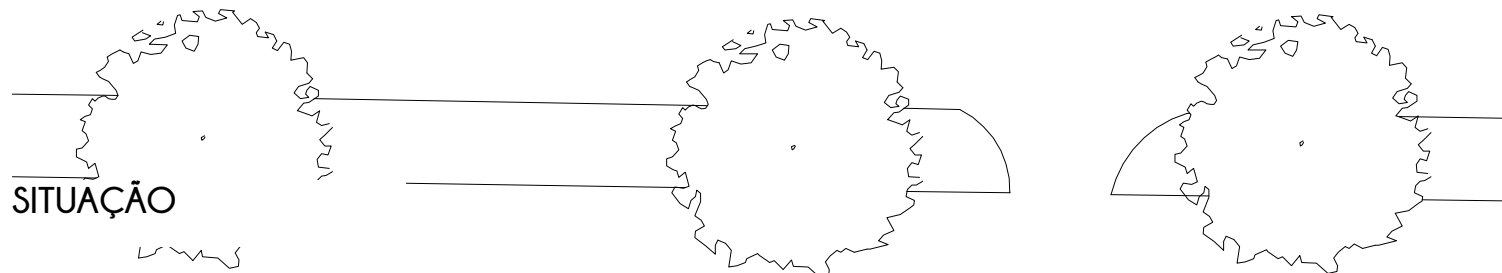
escala

1:150

ELEVAÇÃO



SITUAÇÃO



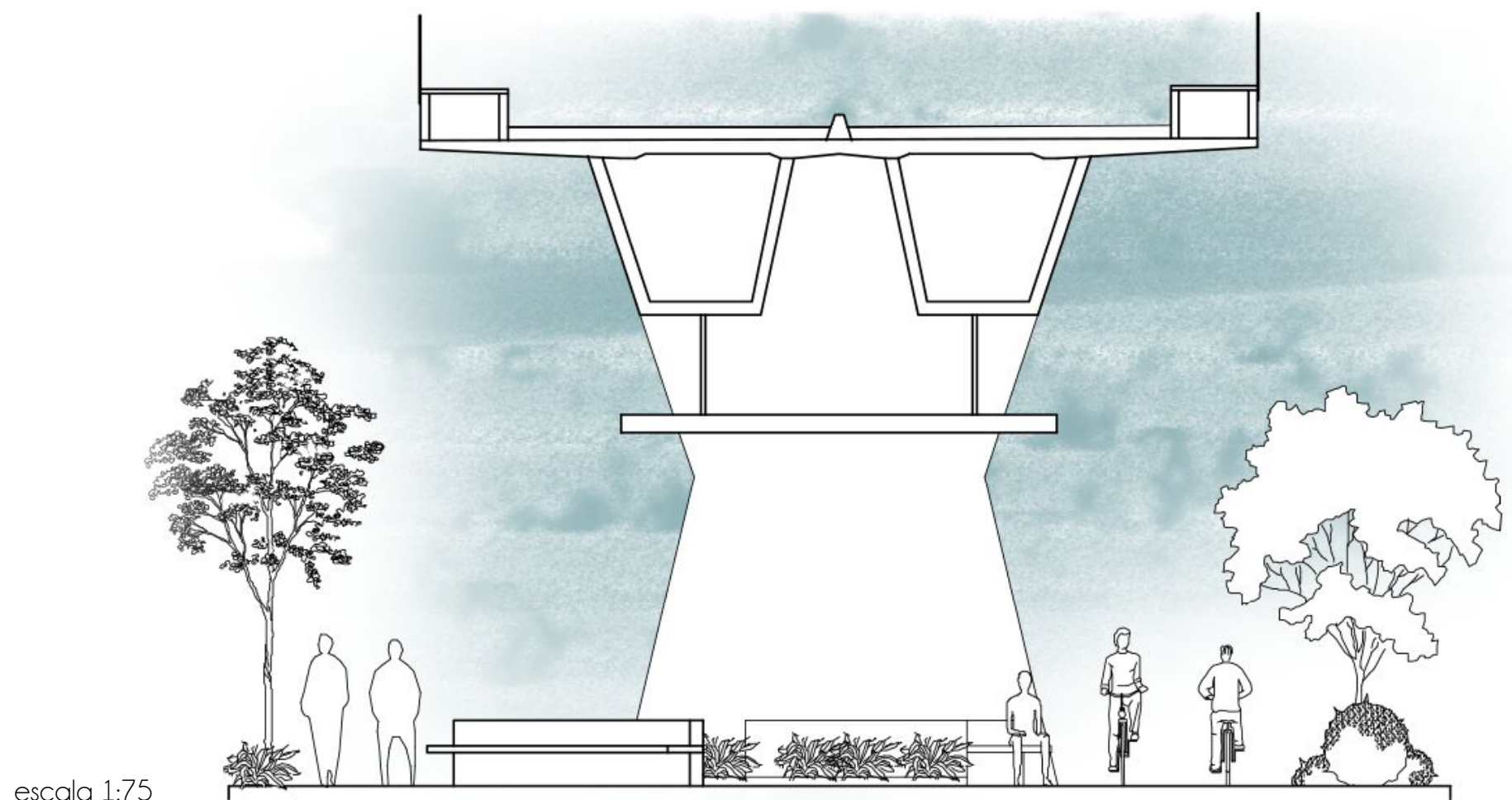
6 0



A proposta é ter, por todo o baixo, equipamentos de permanência como bancos e canteiros, dando apoio aos demais usos e buscando permitir a interação entre os diferentes grupos sociais.

Quanto ao morador de rua, os bancos foram pensados com dimensões suficientes para deitar e dormir, caso haja interesse, assim, pretende-se dar uma alternativa ao design “antimendigo” comumente observado nos locais onde

não se deseja que um sujeito de uma classe social diferente ocupe.



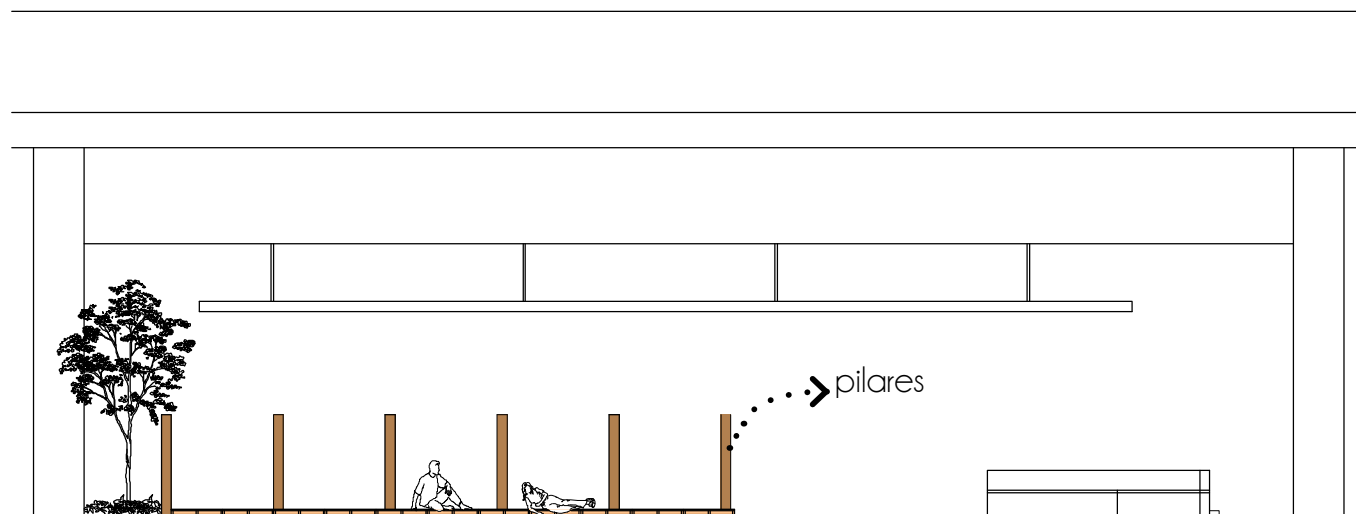
escala 1:75



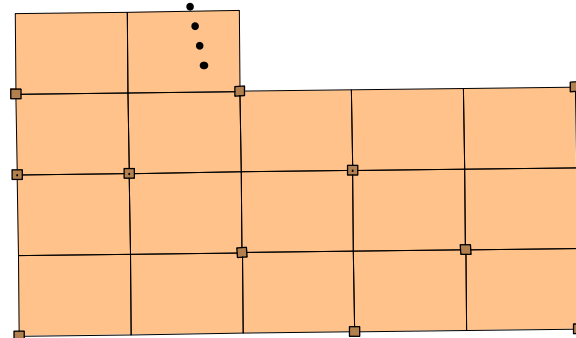
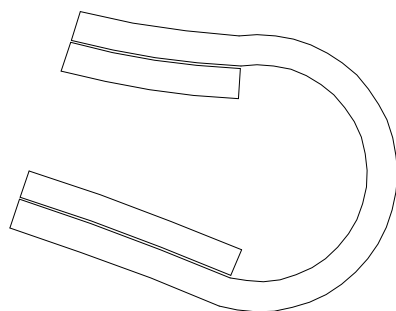


BASE PARA DORMIR

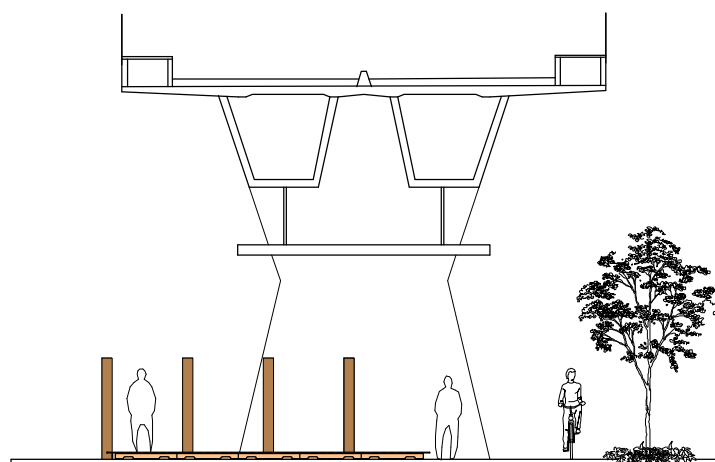
1.01
— z
escala
1:150



base elevada de pallet e compensado

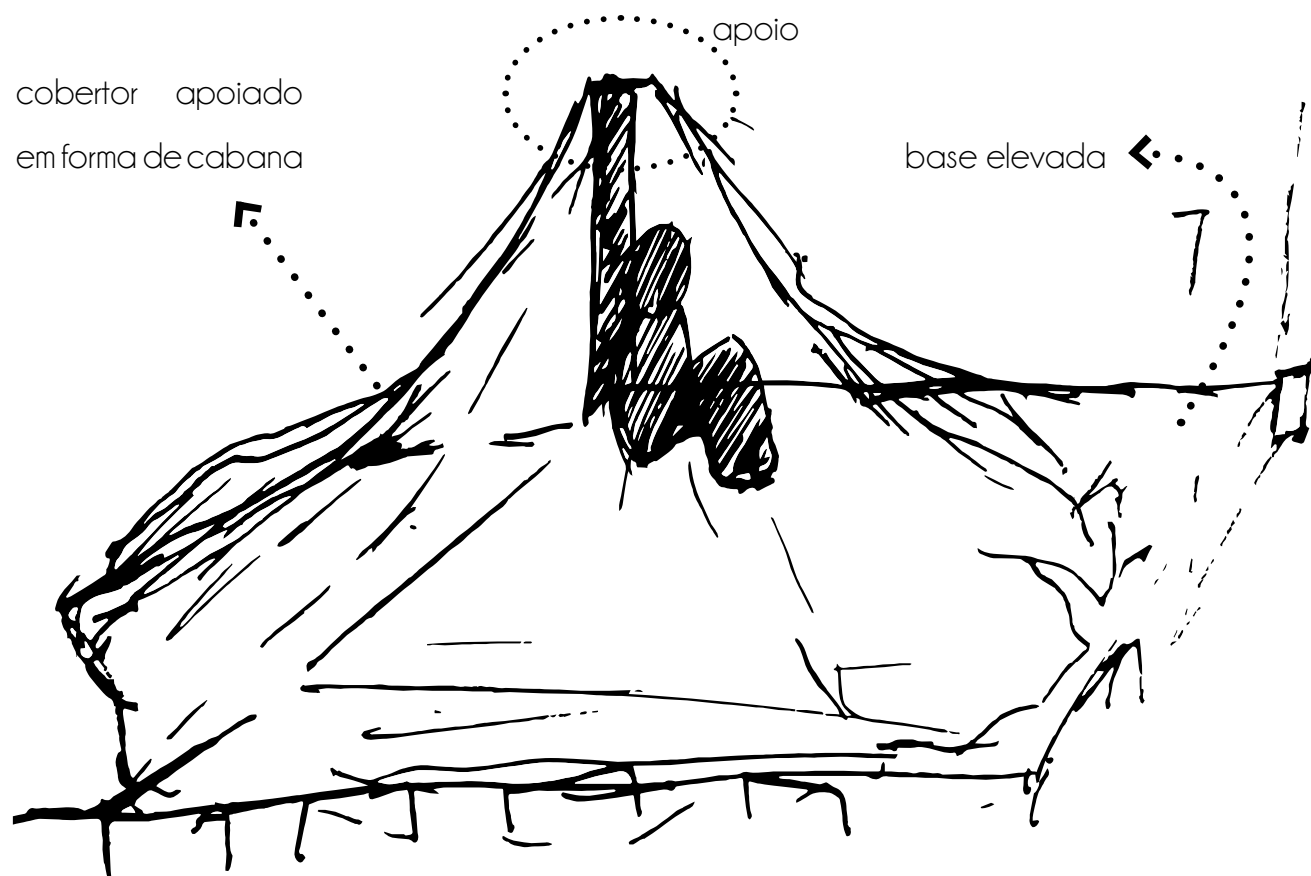


Um dos equipamentos mais importantes, por mais simples que seja. A concepção surgiu a partir da observação das estratégias dos moradores de rua para aproveitar qualquer tipo de situação que possam tirar vantagem. O conceito é o da cabana, observou-se que uma maneira muito utilizada para criar um abrigo é utilizar alguma estrutura alta, como uma grade ou pilar para prender uma ponta do cobertor e a outra prender nos próprios pertences, que ficam para dentro da cabana por segurança. Inspirado por



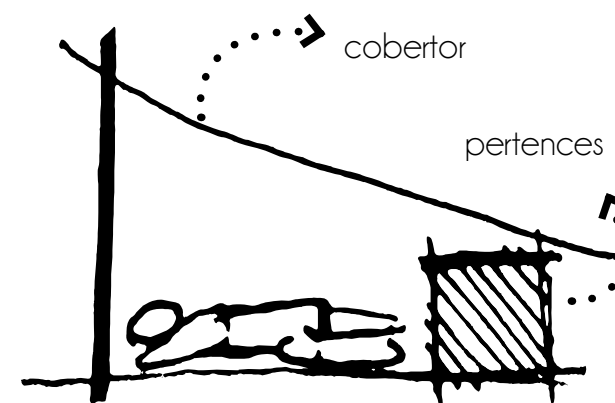
essa estratégia, surge a proposta de dispor pilares pelo canteiro, e deixar que aqueles que queriam dormir naquele espaço tenham uma estrutura para prender seus cobertores. A única diferença é a presença de uma base de *pallet* com placas de compensado em

cobertor apoiado
em forma de cabana



cima. A base de madeira eleva a “cama” do chão para prevenir que molhe caso chova e proteger de animais e insetos; além disso também serve como um isolante térmico, impedindo que o calor ou o frio do concreto afete quem está dormindo.

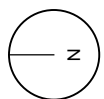
Acredita-se que essa intervenção, por mais simples que seja, atenda às necessidades daqueles que optam por dormir na rua, é algo que fornecerá mais conforto do que o chão de concreto e não carece de nenhuma formalidade como os equipamentos da região 3.





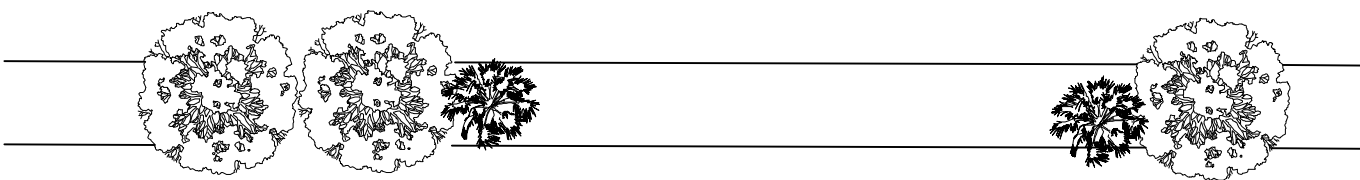
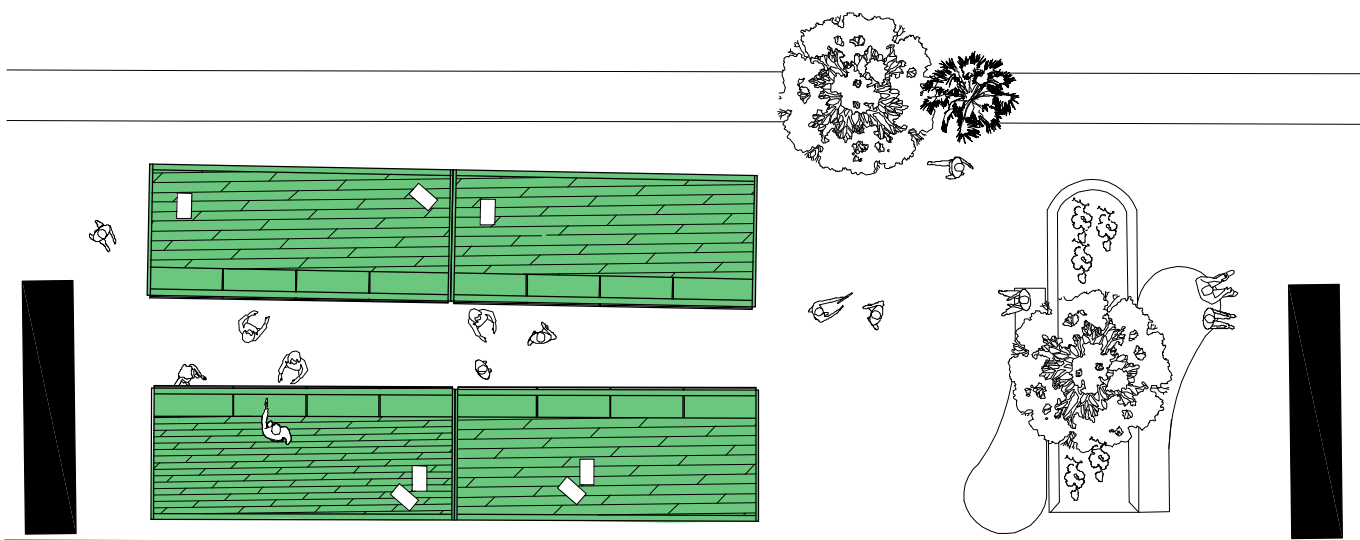
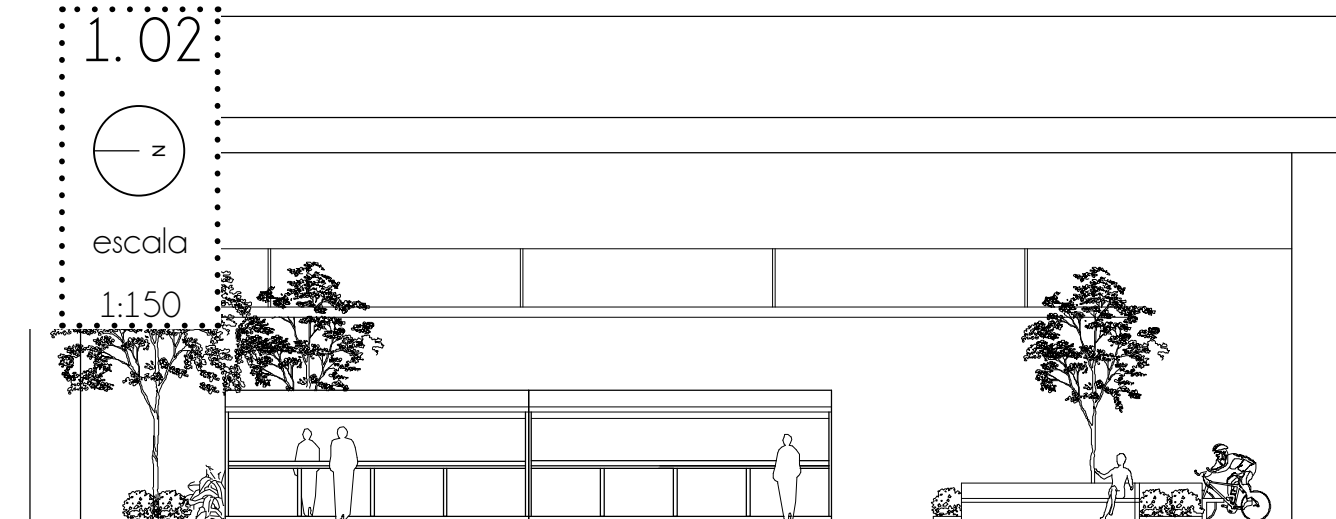
MÓDULO DE FEIRA

1.02



escala

1:150



6 4

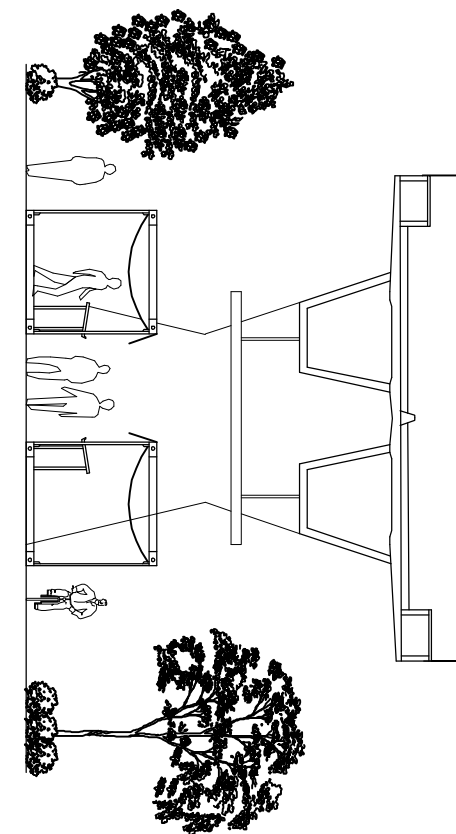


FIGURA 30

Feira pré existente sob o baixio, a feira se localiza próxima da estação Santana, se aproveitando do grande fluxo de pessoas.



O módulo de feira surge para concretizar a feira que já acontece sob o baixio durante a semana. O equipamento conta com a estrutura do container, sem os revestimentos e retiradas as chamas dos quatro lados, sobra a

estrutura principal e o piso de madeira. Nesse esqueleto é que a feira se forma, como uma feira comum, os comerciantes podem apoiar suas bancadas na estrutura e no piso, além de poder estender a lona por cima da estrutura. Ressalta-se novamente

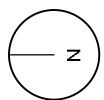
que o projeto buscou contemplar todas as pré existências possíveis, não somente o morador de rua.





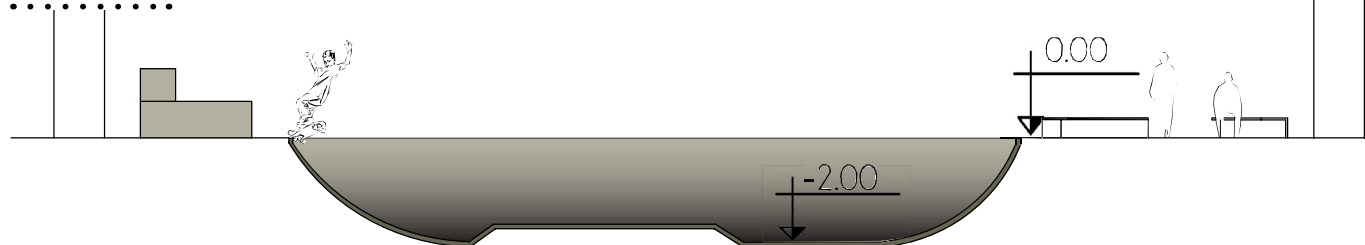
PISTA DE SKATE

2.01

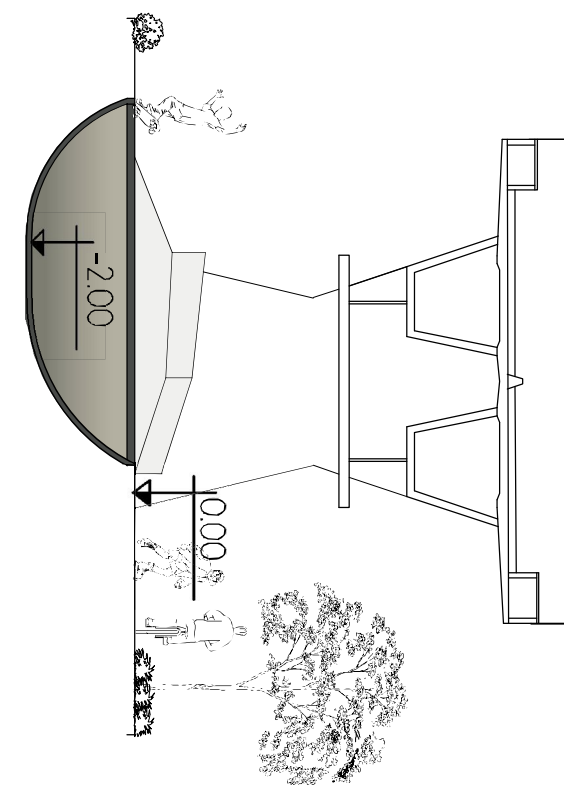
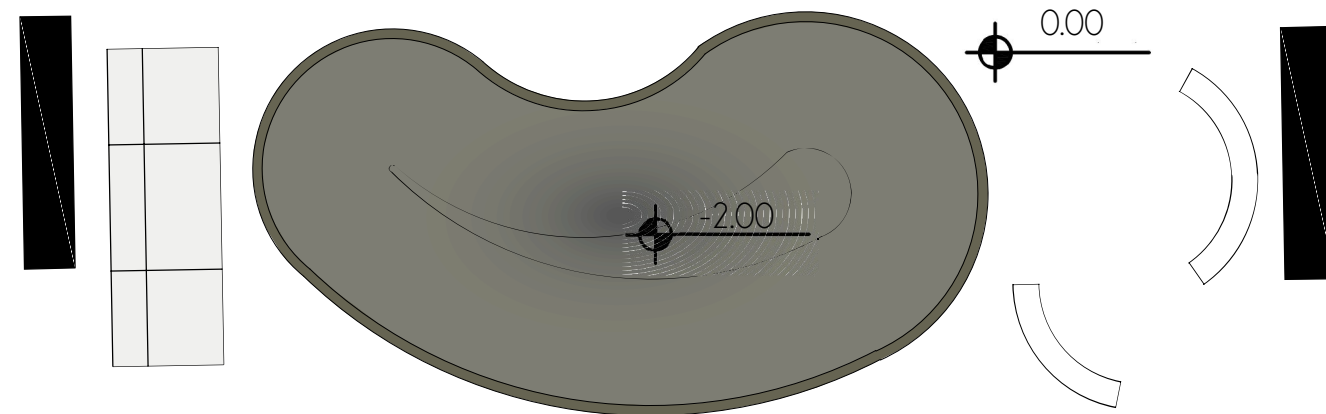


escala

1:150

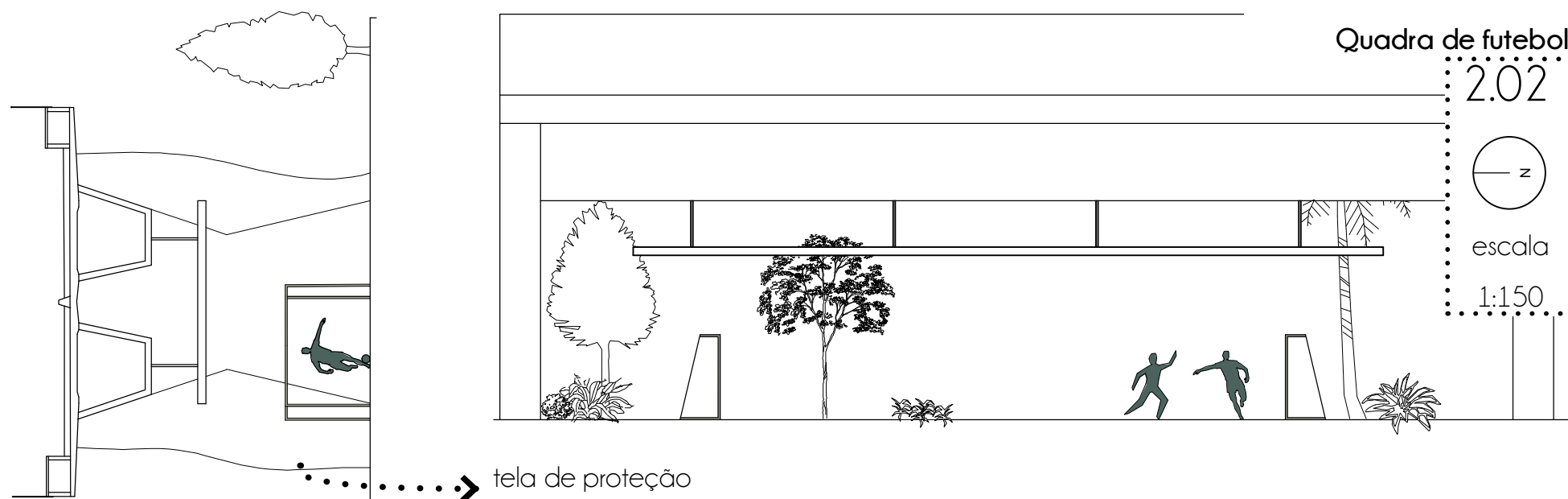


A pista de skate serve de suporte para o Parque da Juventude, a cobertura do baixo permite que o esporte seja praticado em dias de chuva. Esse motivo se repete para a quadra de basquete e de futebol que virão a seguir.

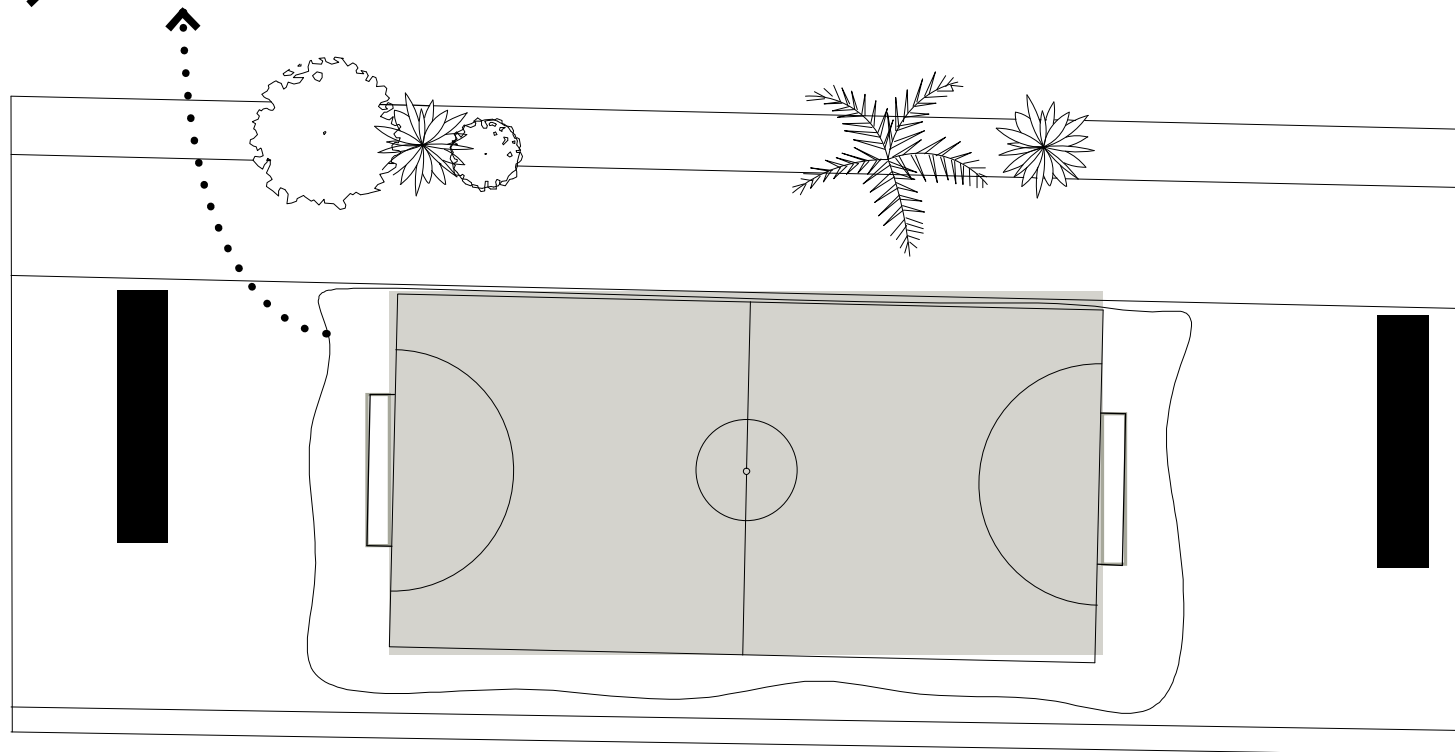


6 6





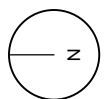
A quadra de futebol também pode ser utilizada quando estiver chovendo e as do Parque da Juventude estiverem molhada. Para impedir que a bola vá para a avenida, uma tela de proteção envolve a quadra.





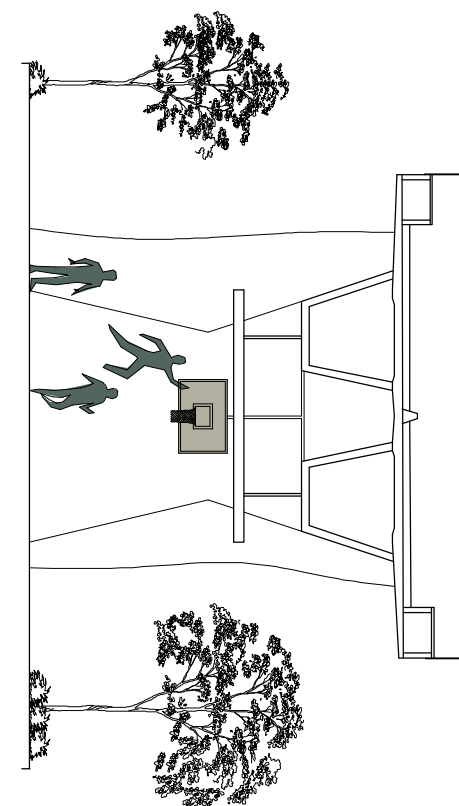
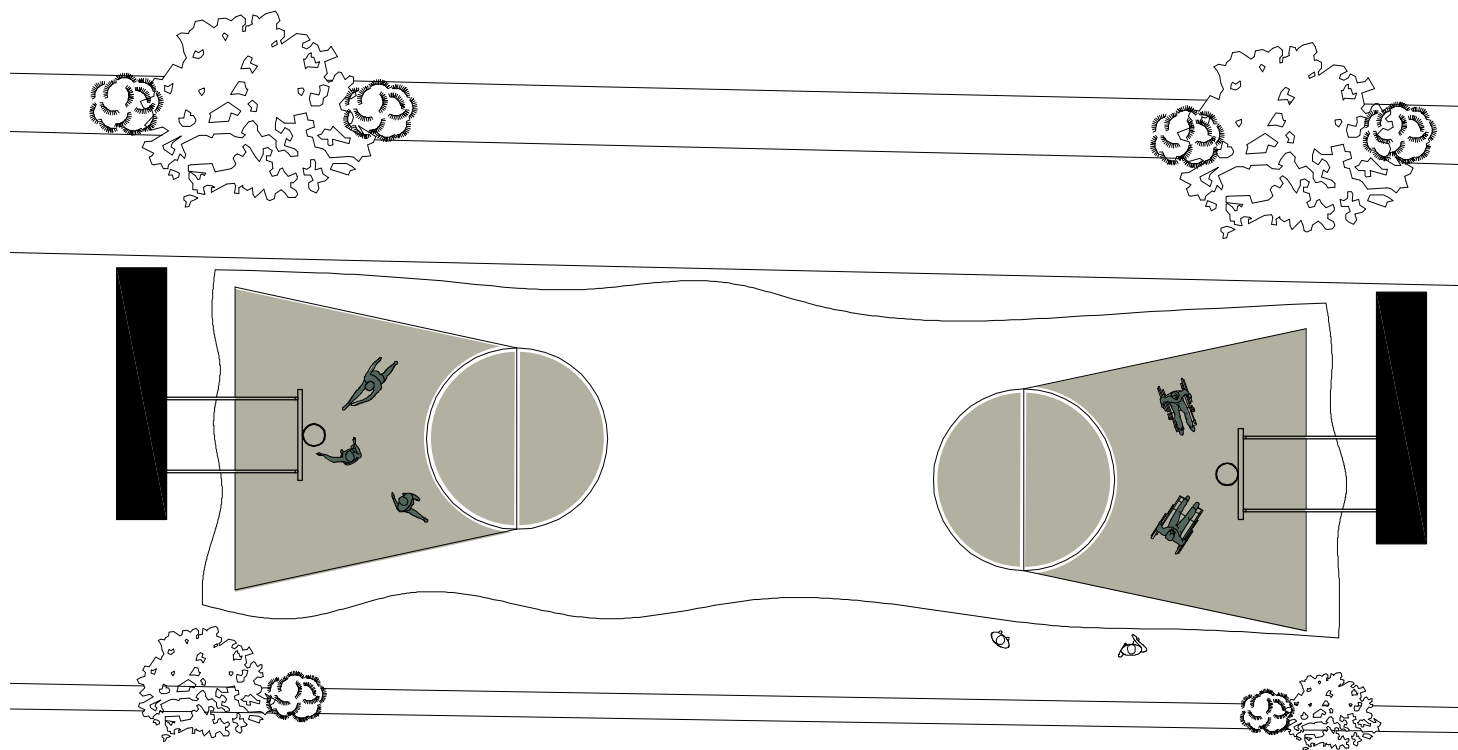
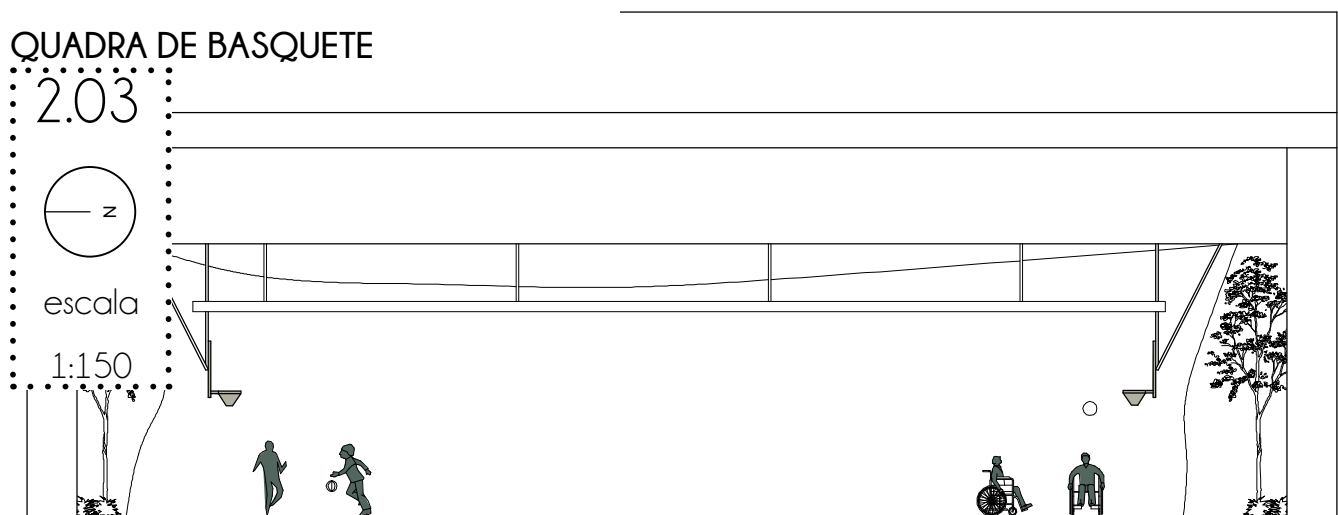
QUADRA DE BASQUETE

2.03

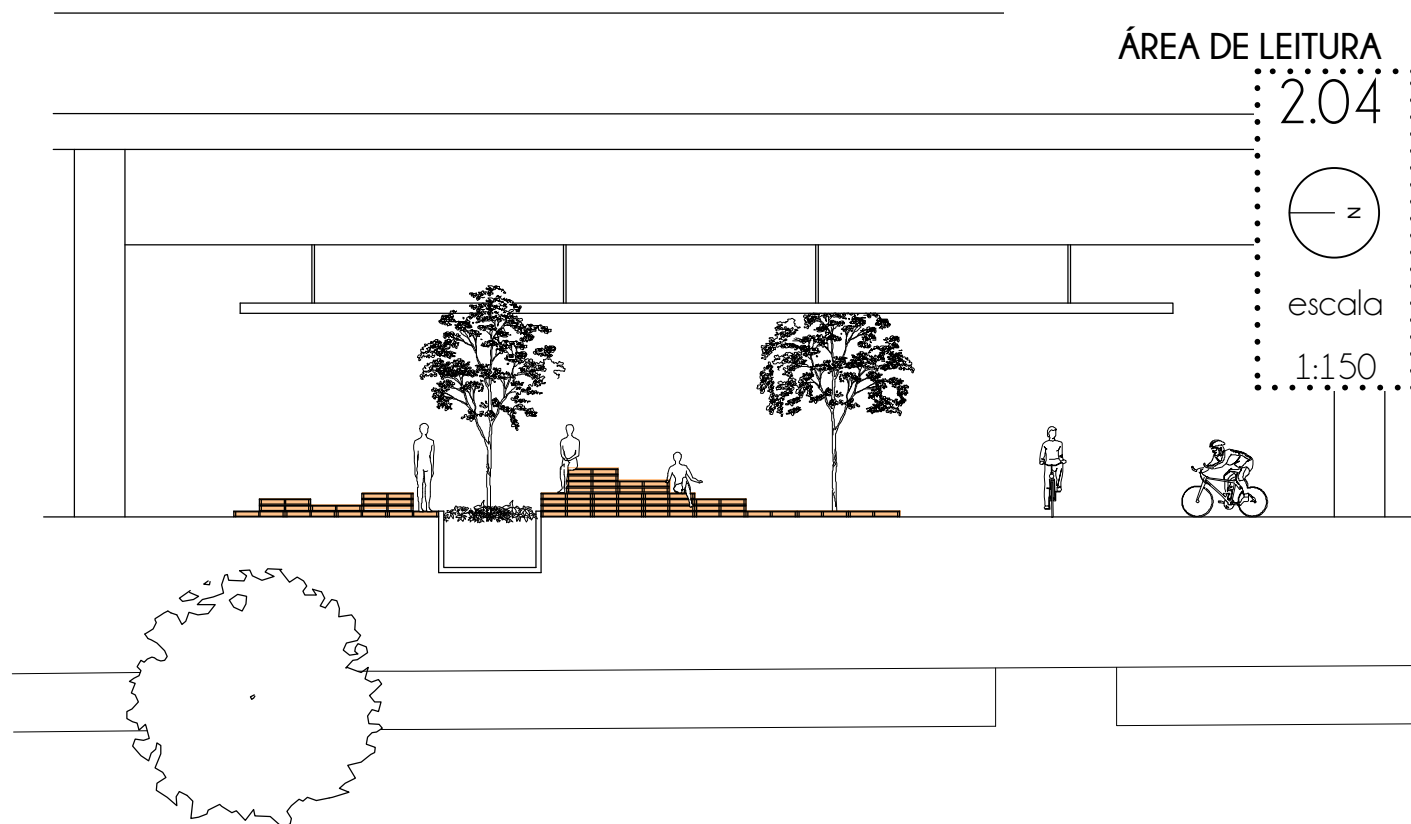
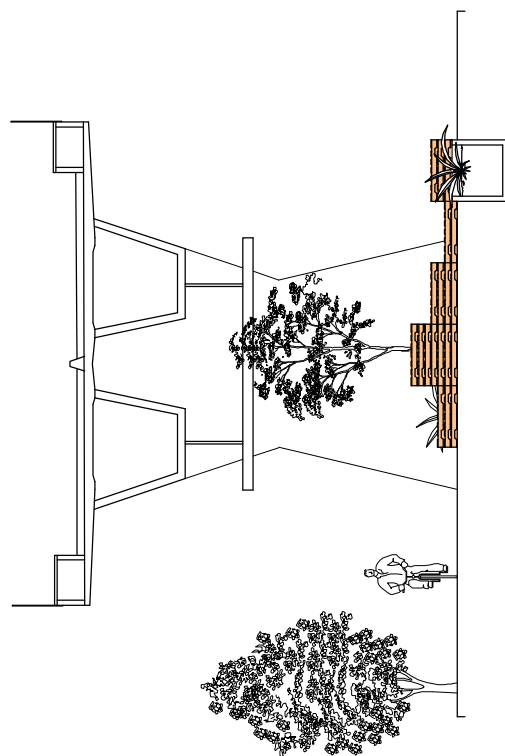


escala

1:150

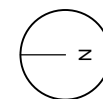


As dimensões do canteiro não eram suficientes para uma quadra de basquete correta, portanto, foram pensados em dois garrafões independentes para a prática do esporte. Da mesma forma que a quadra de futebol, uma tela protege a bola da avenida.



ÁREA DE LEITURA

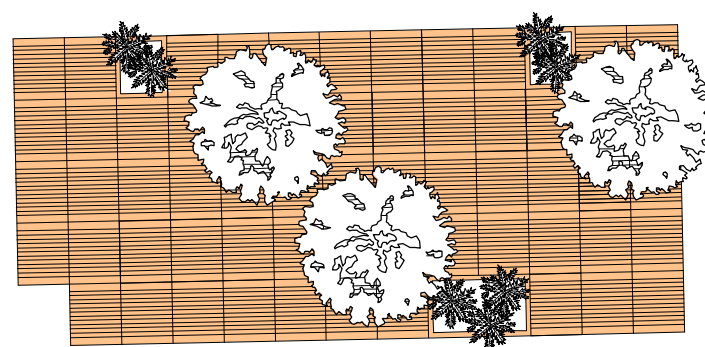
2.04



escala

1:150

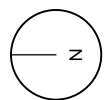
Como visto antes, há uma biblioteca próxima do baixio, no Parque da Juventude, portanto, propõem-se que um espaço para leitura e contemplação no baixio viaduto. Parecida com a base para dormir, o pallet pode ser empilhado e formar uma arquibancada que pode ser aproveitada de muitas maneiras e para diversos fins.w





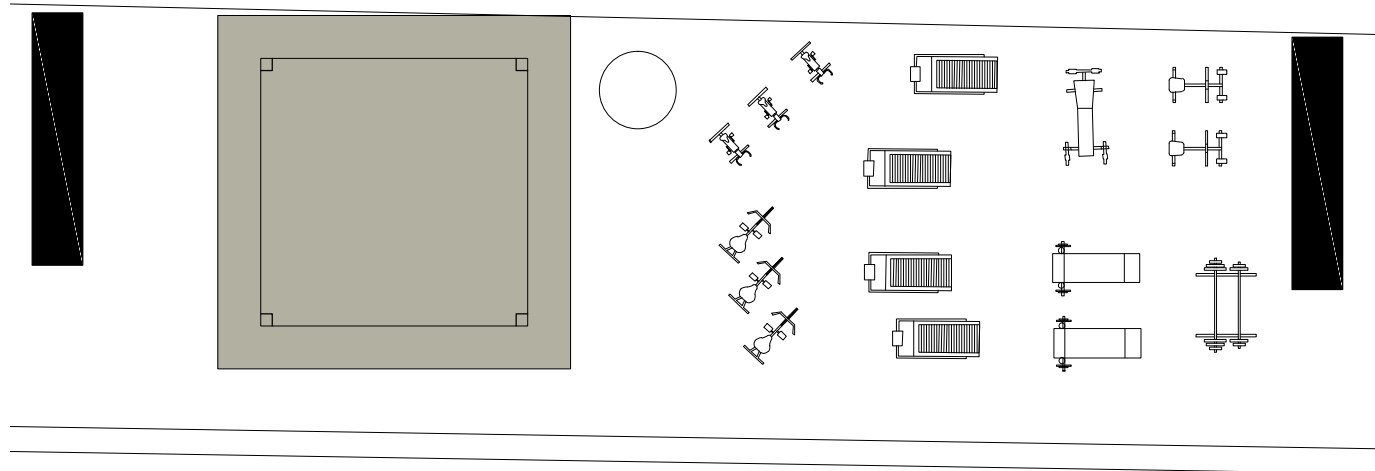
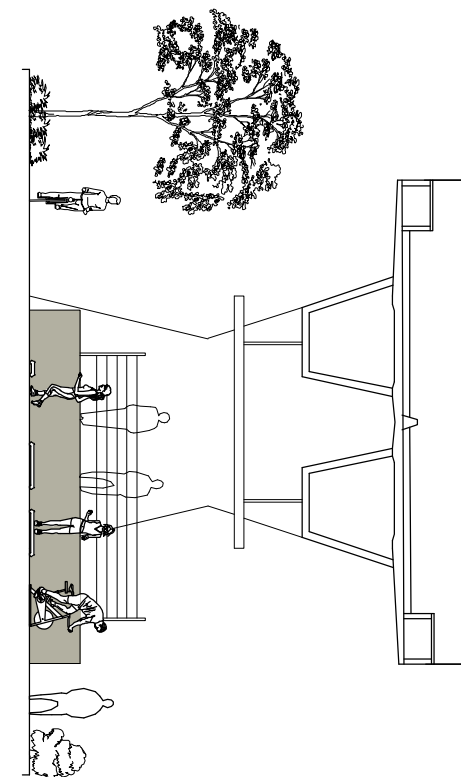
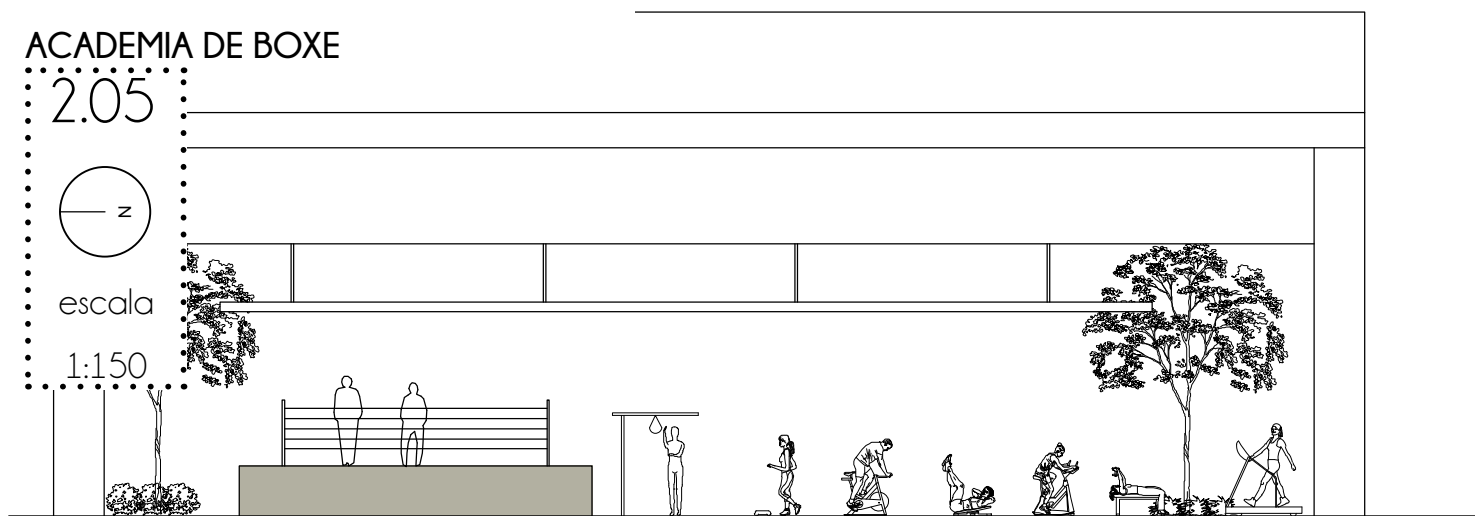
ACADEMIA DE BOXE

2.05



escala

1:150

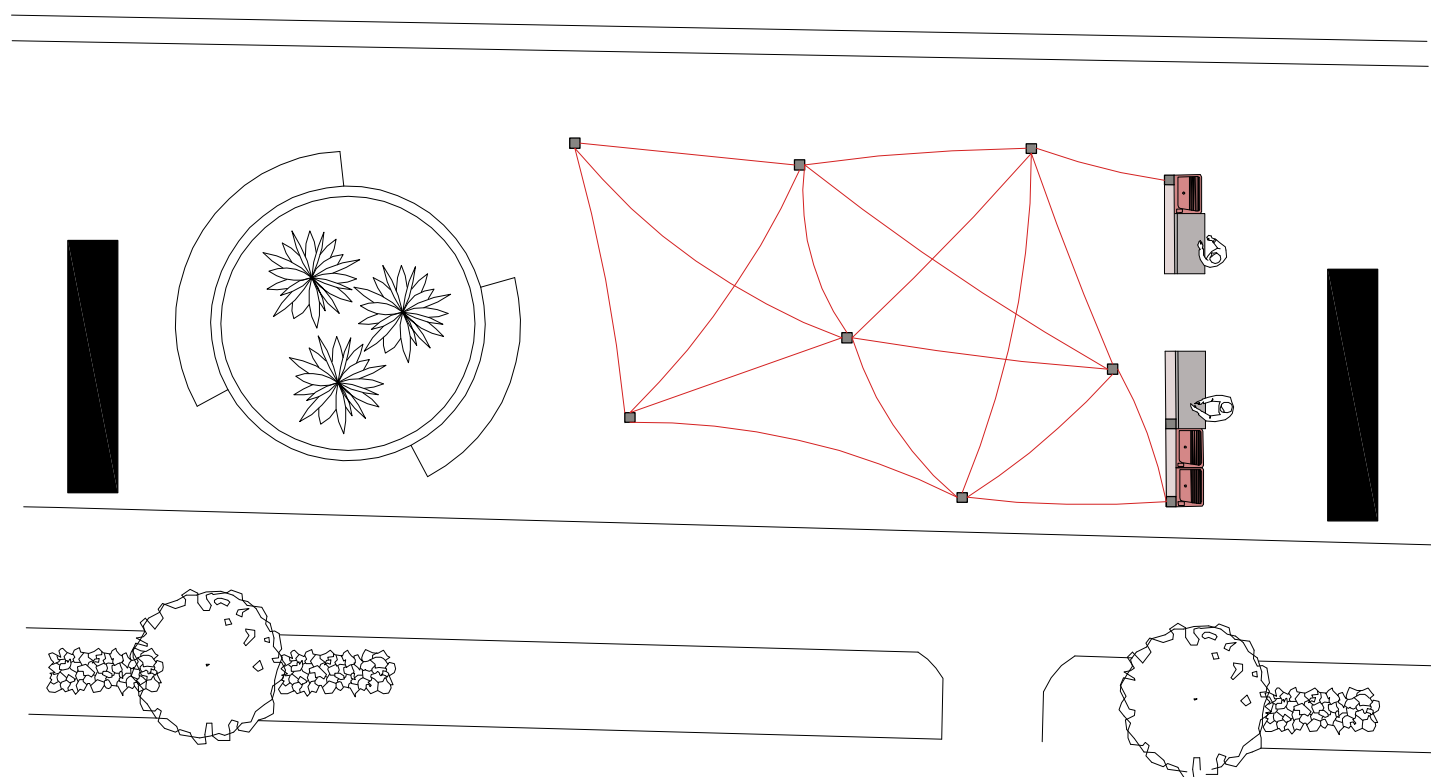
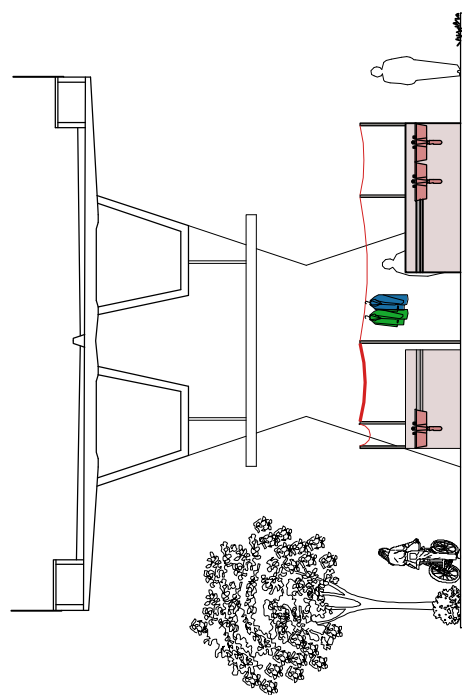
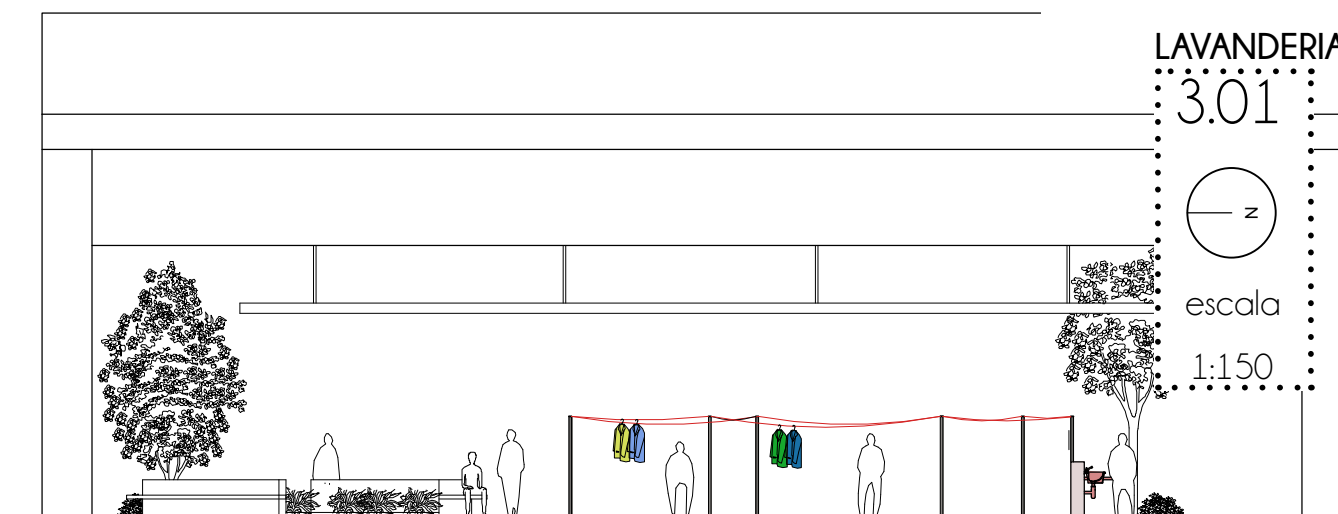


7 0





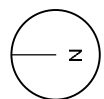
A proposta se resume a três tanques para lavar roupa com bancada de apoio, um muro baixo para a passagem da instalação hidráulica e diversos pilares para apoiar o varal onde os usuários poderão estender suas roupas recém lavadas.





ATENDIMENTOS EM GERAL

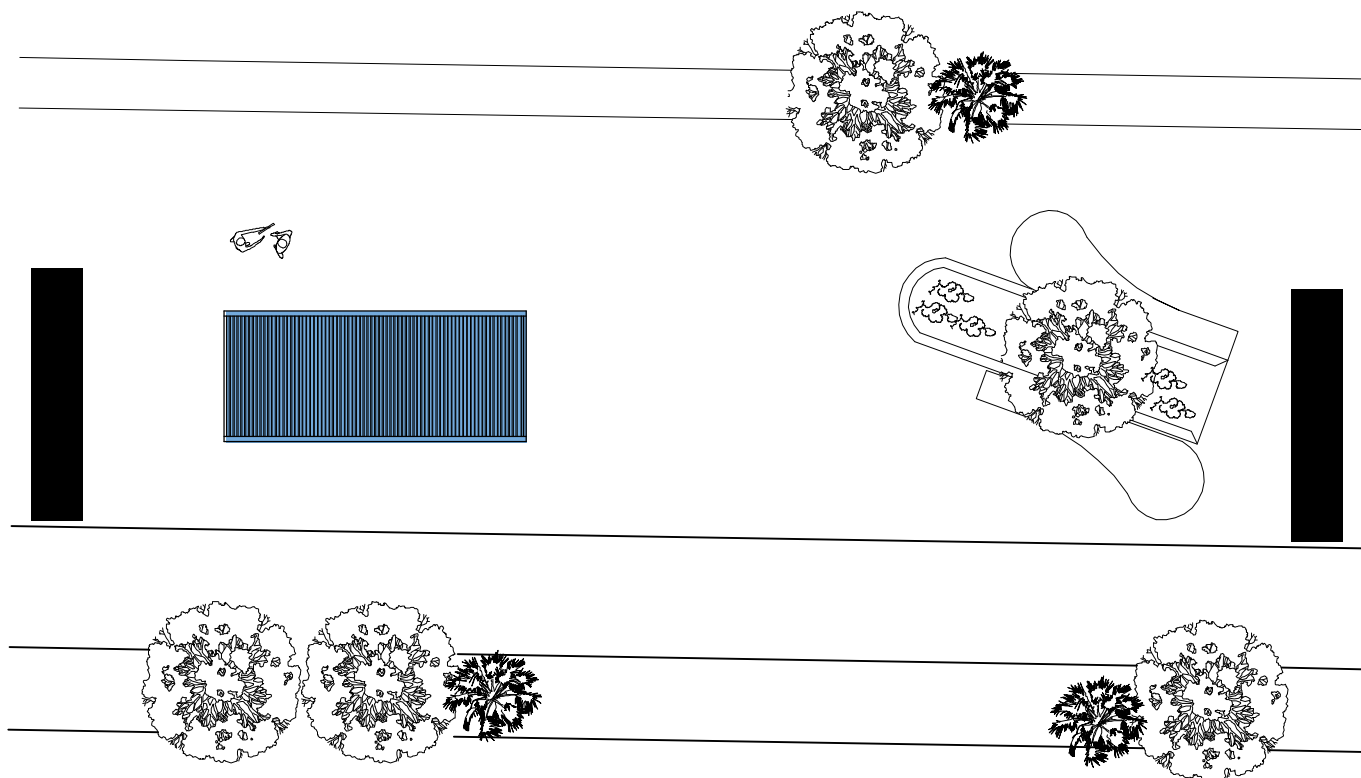
3.02

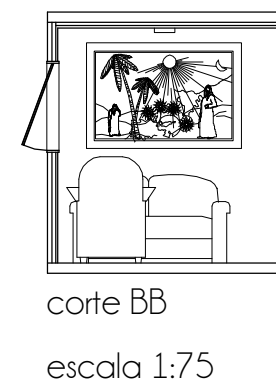
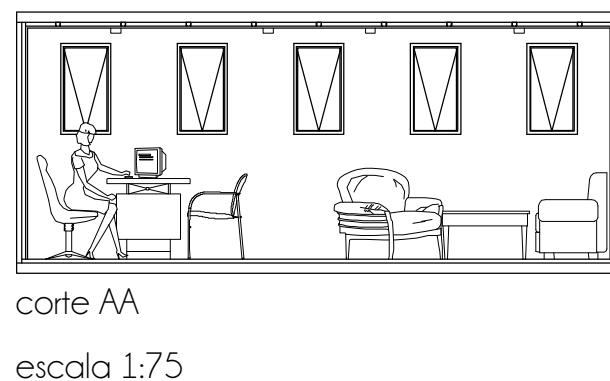
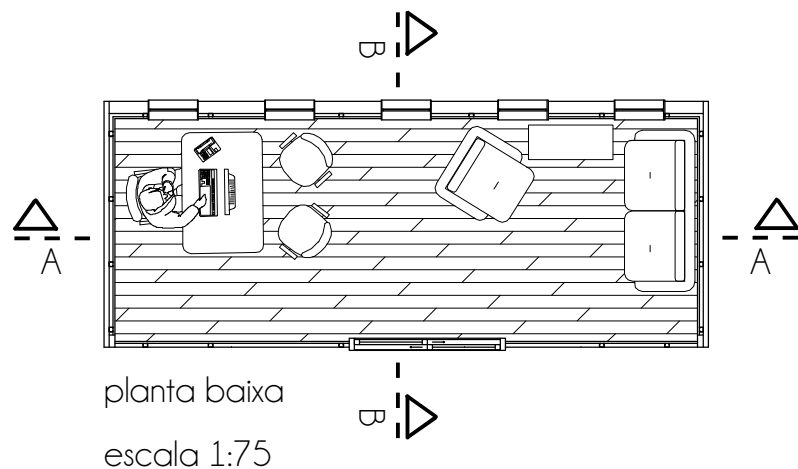


escala

1:150

Esse equipamento, na verdade, agrupa vários outros. De maneira a fornecer assistência social ao moradores de rua que tiverem interesse, era necessário implantar cabines de atendimento aos usuários, assim, um módulo padrão que pudesse ser utilizado para a maioria das necessidades foi elaborado.. O padrão apresentado a seguir é utilizado pelo atendimento Psicológico, Assistência Social, Atendimento à Mulher e depósito de materiais da fisioterapia.





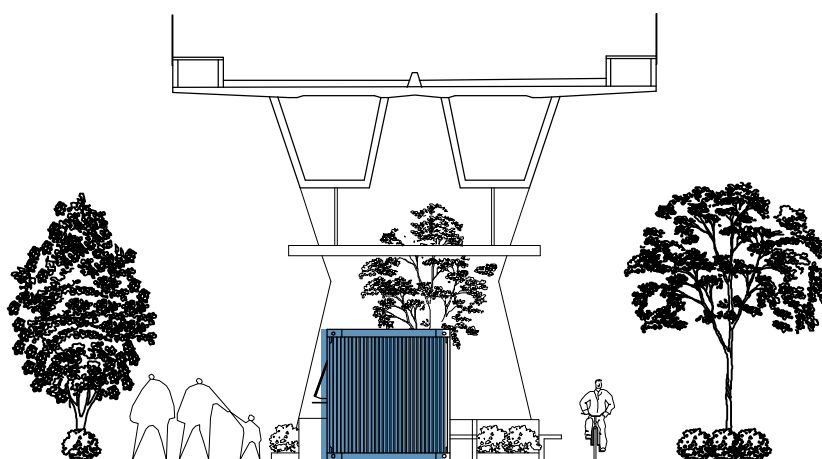
No caso da Assistência Social, o atendimento é voltado aos moradores de rua ou outros grupos de alta vulnerabilidade social que buscam retornar à sociedade formal, ou seja, consiste em um equipamento público que presta um serviço

parecido com o do Centro POP ou CREAS, contudo, este está localizado onde os seus usuários estão.

O atendimento psicológico também funciona como um equipamento de

saúde pública e é voltado, principalmente aos moradores de rua da região. Pretende-se que, nele, tanto os que querem sair das ruas como os que desejam permanecer encontrem apoio psicológico nesse equipamento.

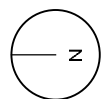
Por último, segundo a FIPE (2015), a situação de rua é pior para as mulheres, que são vítimas de violência, machismo e preconceitos. Portanto, foi proposto um equipamento de Atendimento à Mulher, onde ela pode encontrar apoio tanto para se reinserir na sociedade formal como lidar com a vida nas ruas.





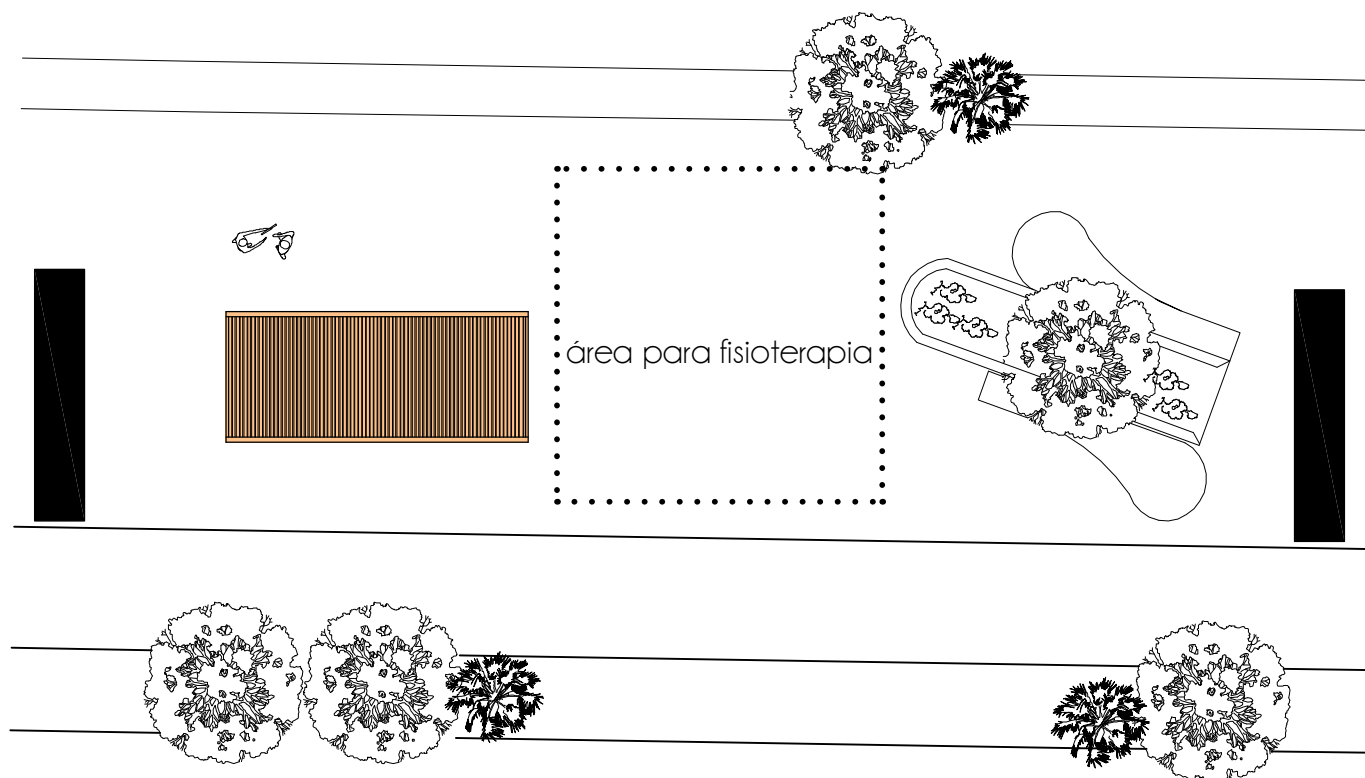
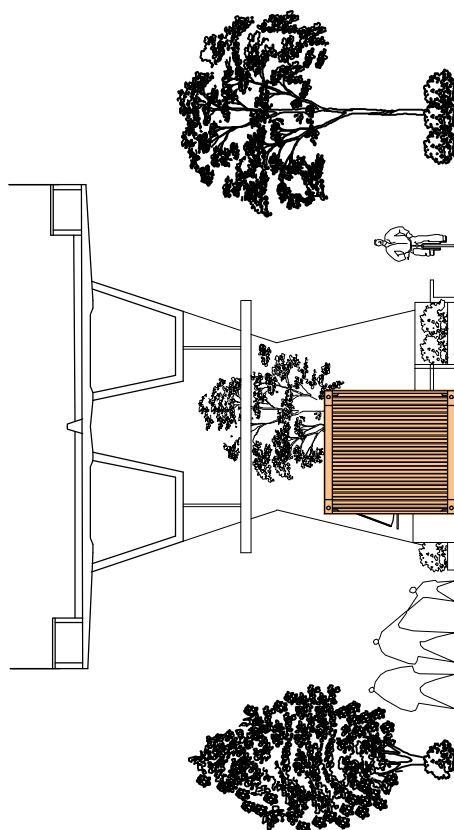
ATENDIMENTO MÉDICO

3.03



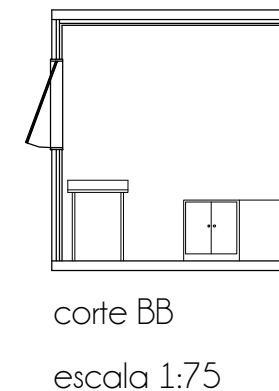
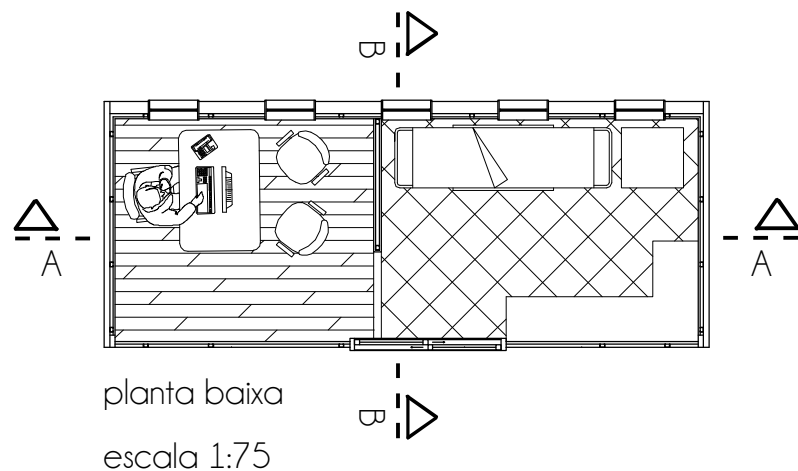
escala

1:150



7 4





O atendimento médico se resume simplesmente a uma consulta, uma vez que não é possível realizar atividades mais específicas do que isso. Pretende-se alcançar os moradores de rua da região, mas também outros grupos em alta vulnerabilidade social. A frequência dos moradores de rua em

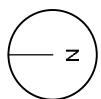
equipamentos de saúde ainda é muito baixa (FIPE, 2015), principalmente na parcela dos “não albergados”. Portanto esse equipamento visa a amplitude do atendimento, talvez o fato do consultório estar praticamente “dentro de casa”, faça o espaço ser mais convidativo.

Também foi proposta uma área de atividades de fisioterapia. Além de existir uma quantidade relativamente alta de moradores de rua idosos, um dos principais motivos da ida para a rua é uma limitação física e motora que impede o sujeito de trabalhar formalmente, para eles o atendimento seria essencial (FIPE, 2015).



CANIL

3.04

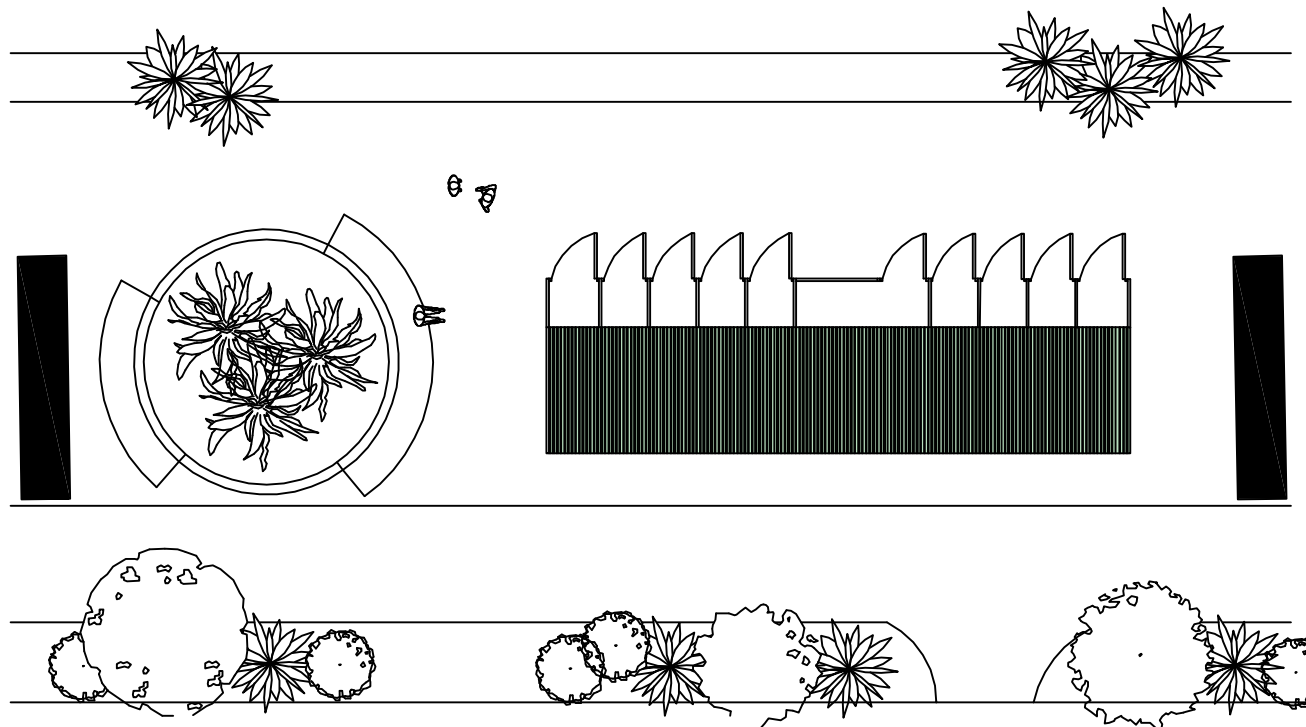
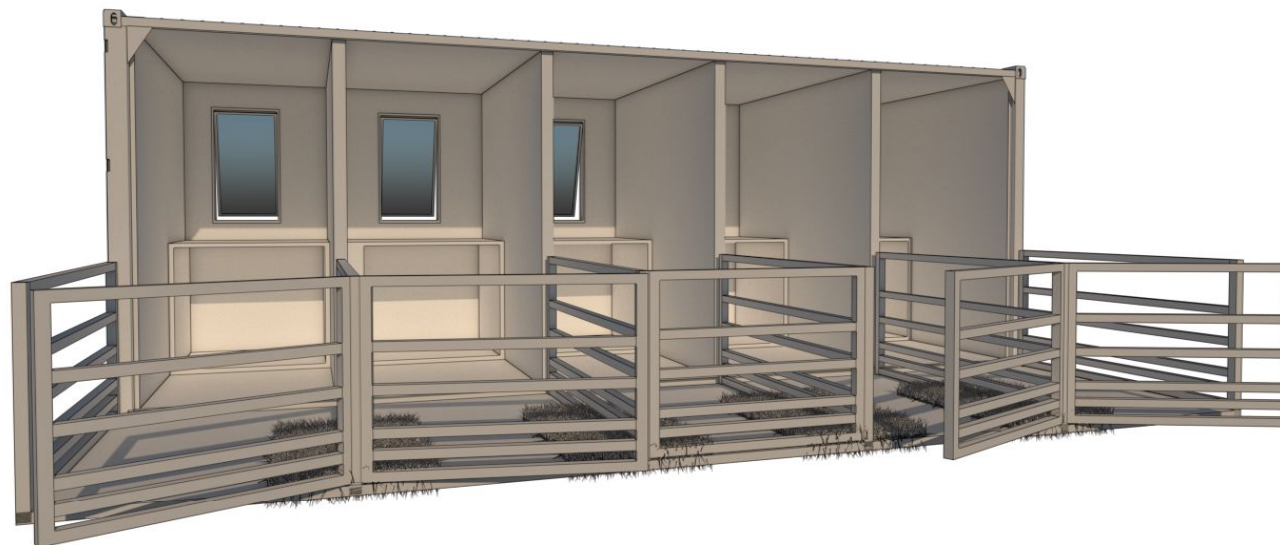


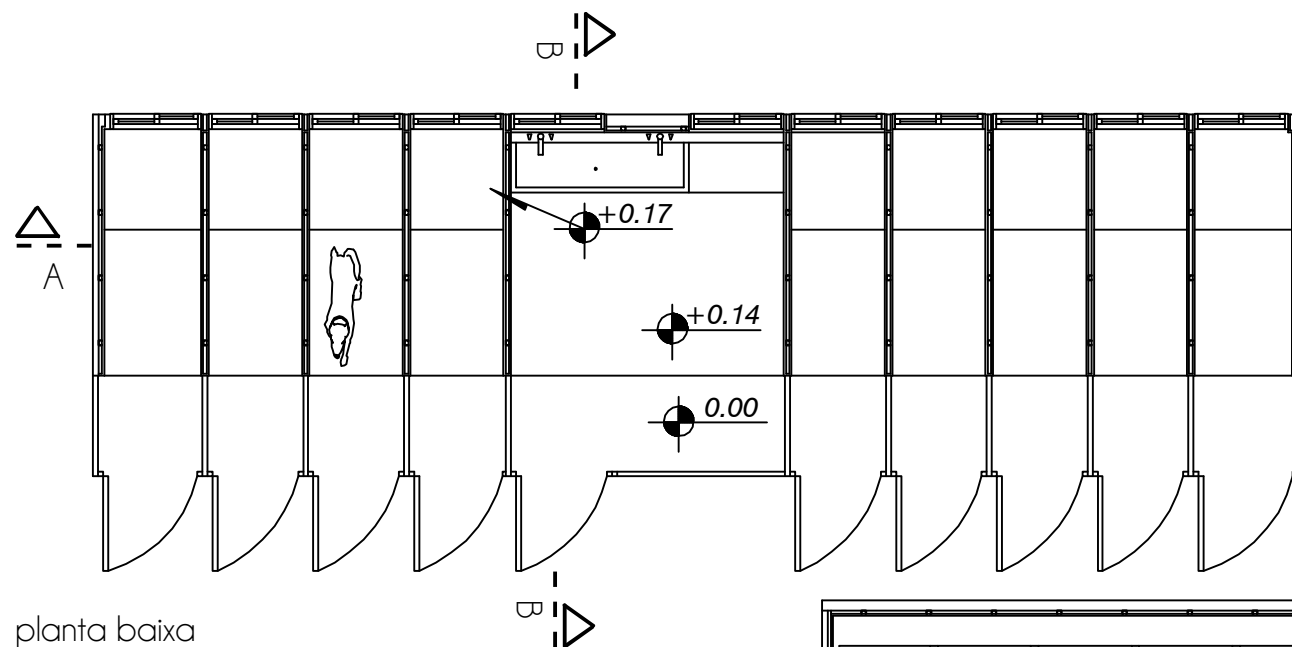
escala

1:150

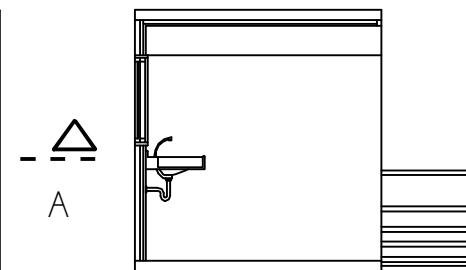
De maneira a tornar os locais de assistência social mais atrativos, foi pensado em um canil para abrigar o(s) animal(is) do morador de rua, visto que é muito comum a presença de bichos de estimação entre eles - principalmente cachorros.

Outro atrativo é o tanque com mangueira para que o usuário dê um banho em seu companheiro.



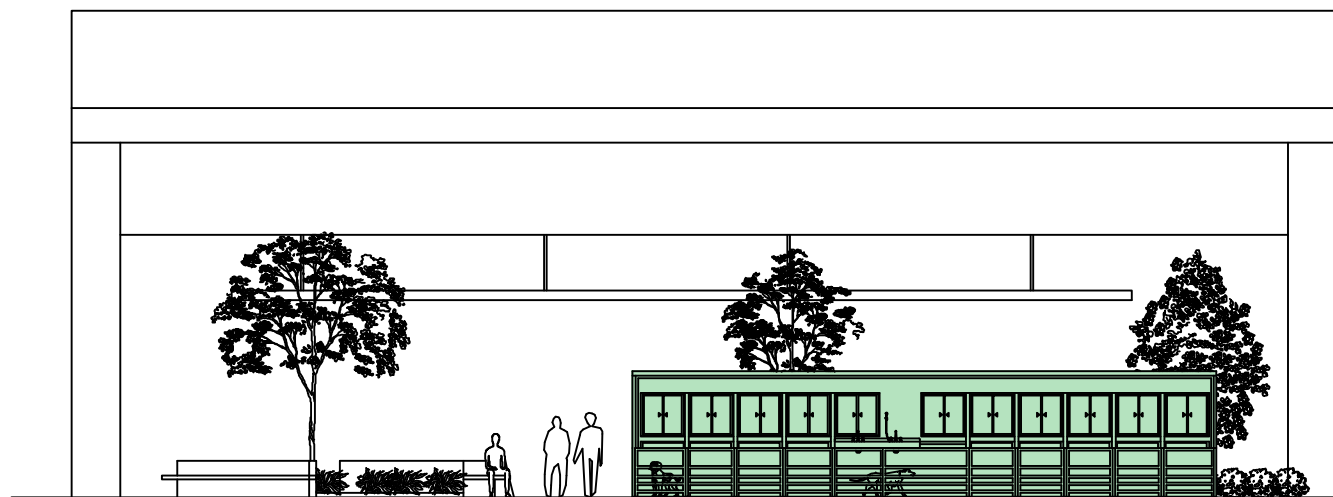
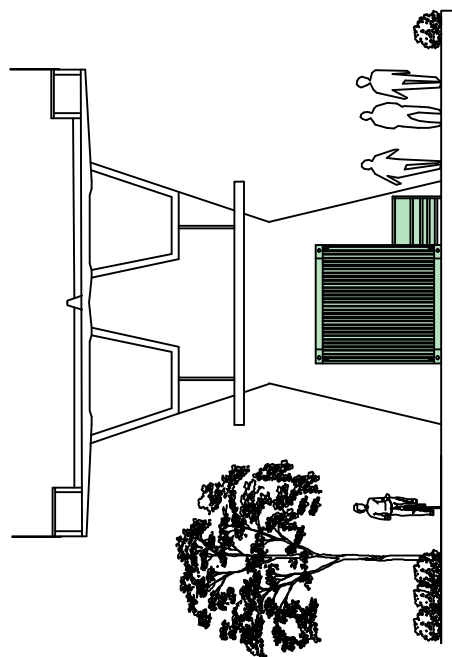
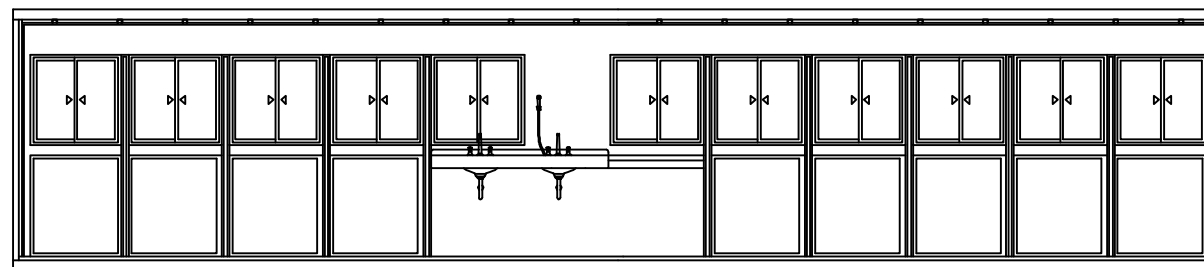


planta baixa
escala 1:75



corte BB
escala 1:75

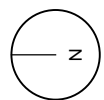
corte AA
escala 1:75





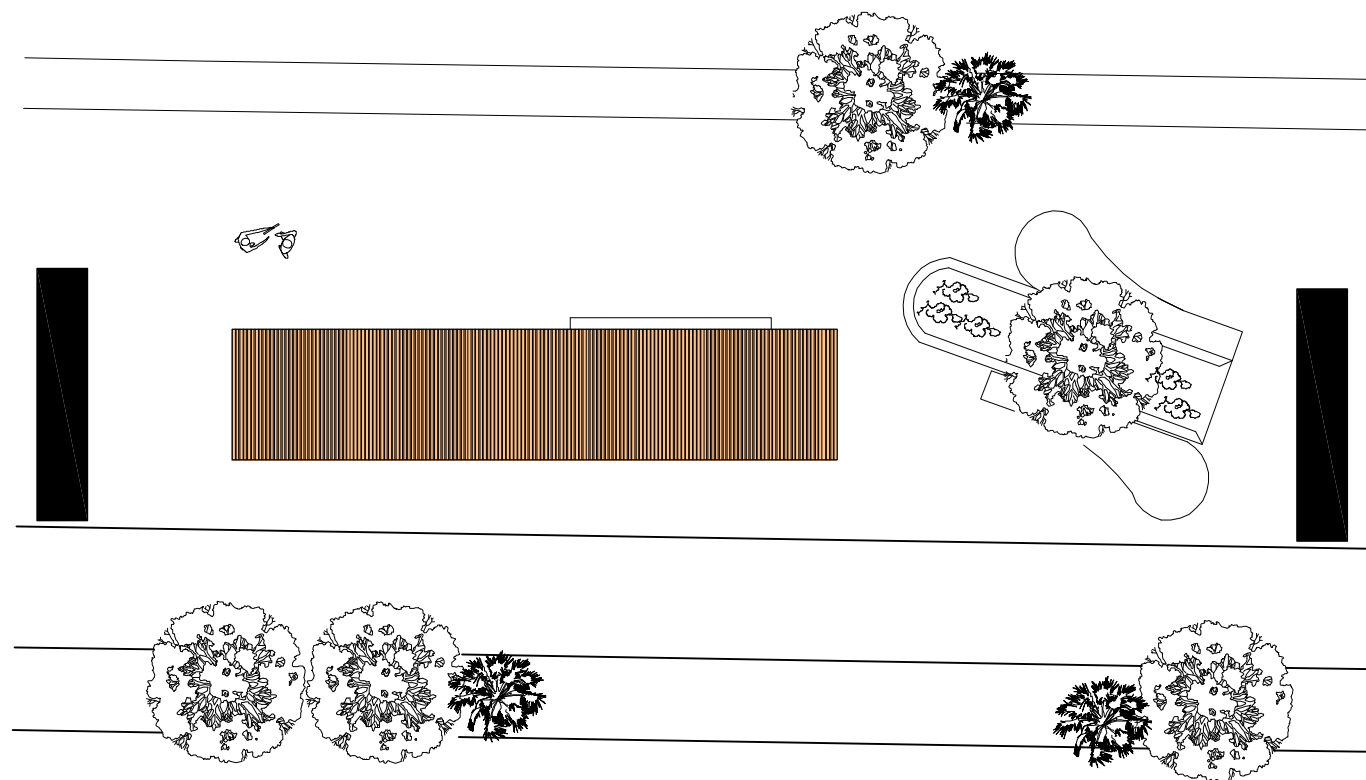
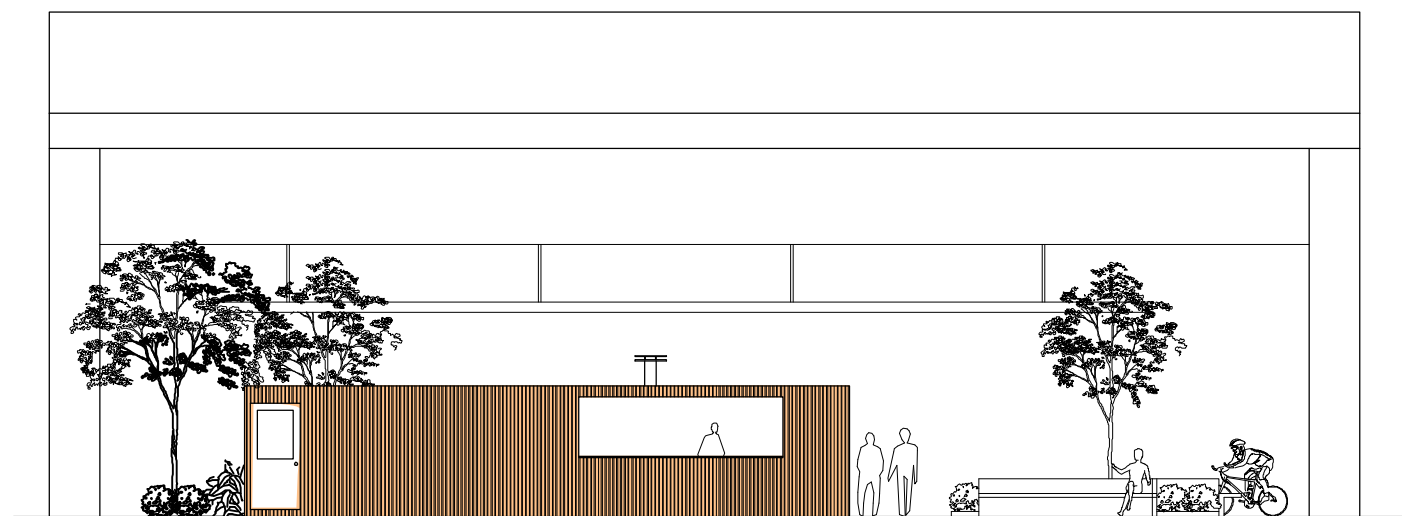
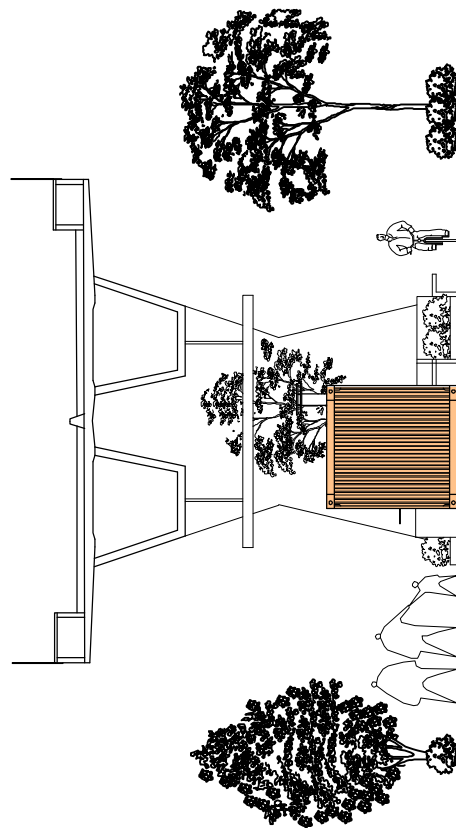
COZINHA

3.05

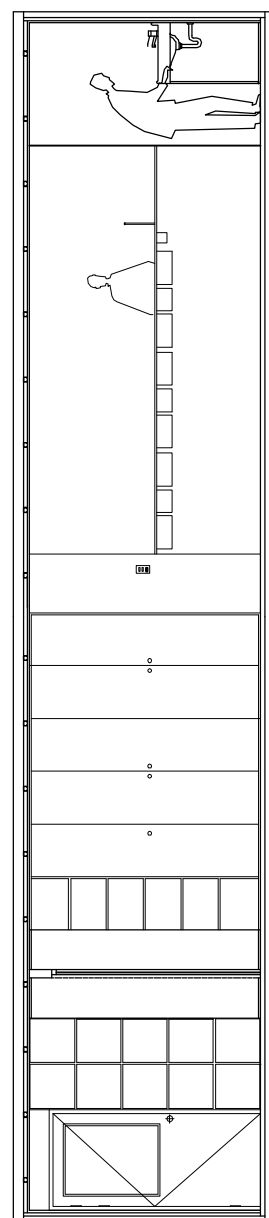
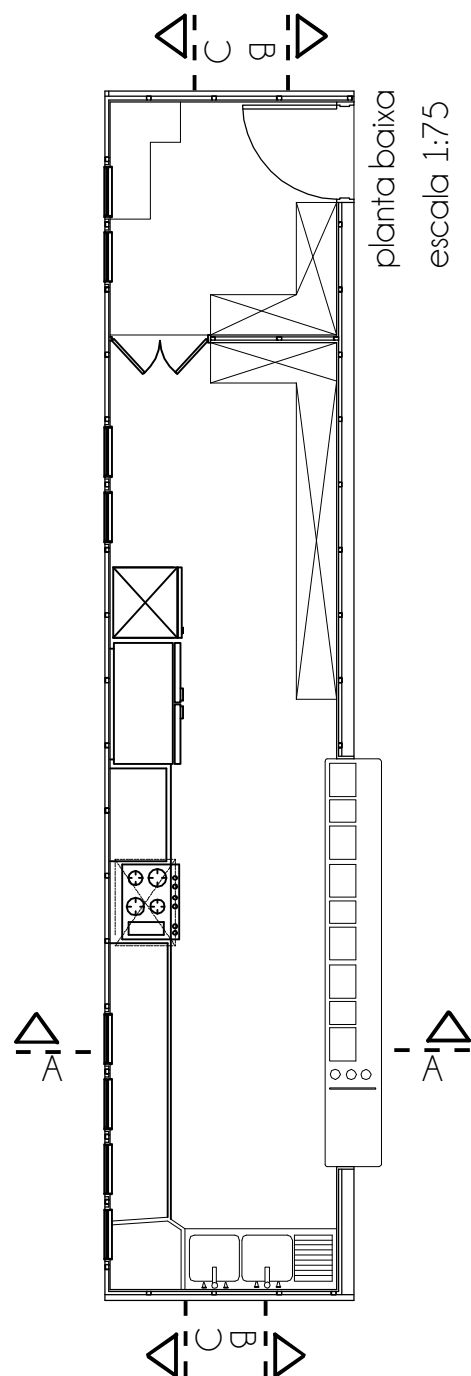


escala

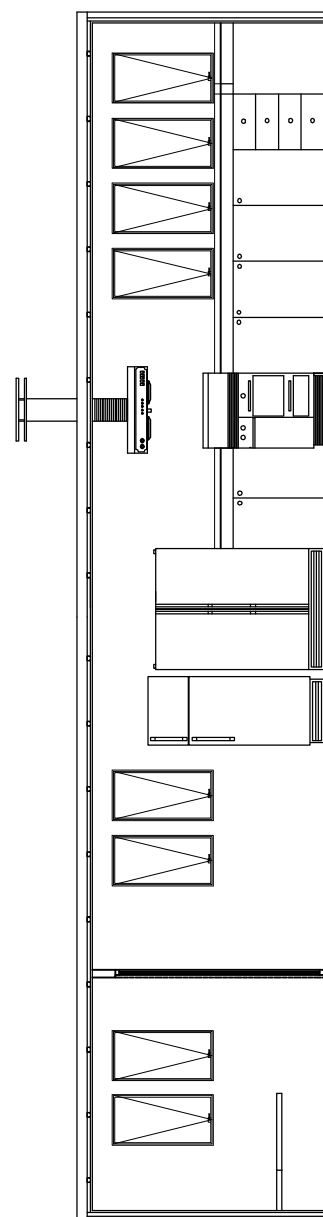
1:150



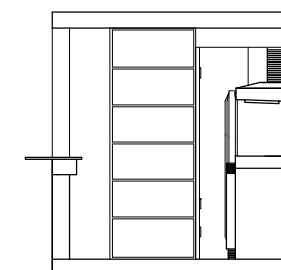
7 8



corte BB
escala 1:75



corte CC
escala 1:75



corte AA
escala 1:75

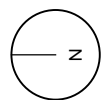
A cozinha foi projetada para servir como um restaurante popular, onde os moradores de rua que, muitas vezes conseguem comida pelas sobras dos restaurantes, pudessem almoçar e até jantar no local.

Tal como os outros equipamentos da região 3, esse deve ser um equipamento público, portanto, gerido e administrado pelo Estado, uma vez que este possui responsabilidades para com seus cidadãos, inclusive, e principalmente, os grupos mais necessitados.



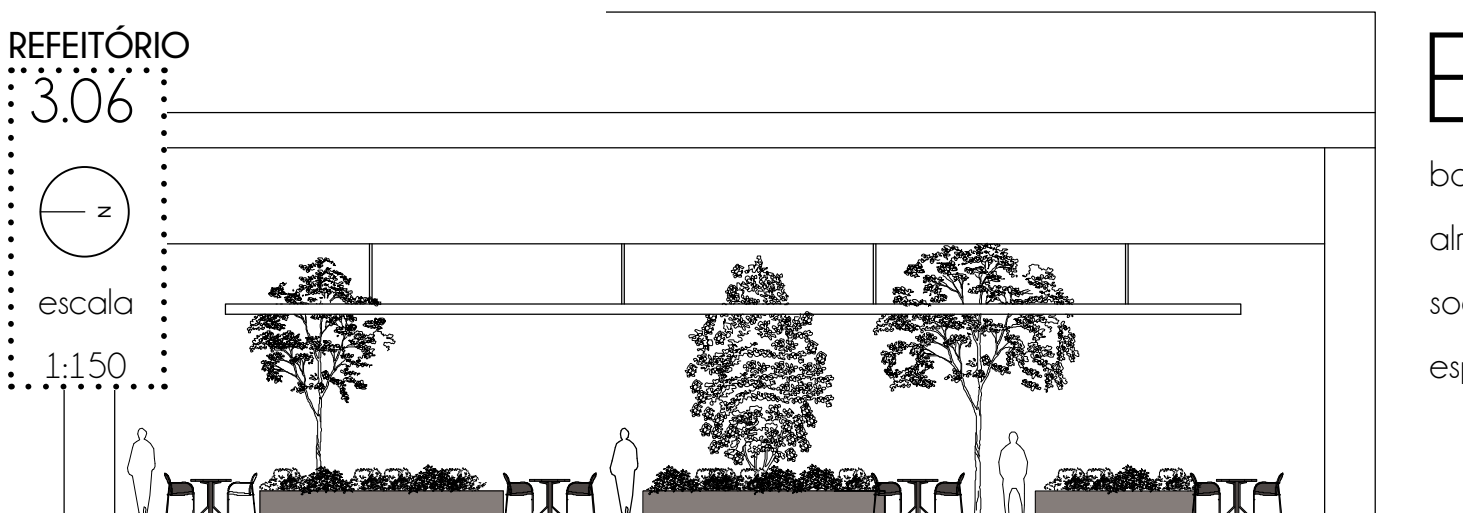
REFEITÓRIO

3.06

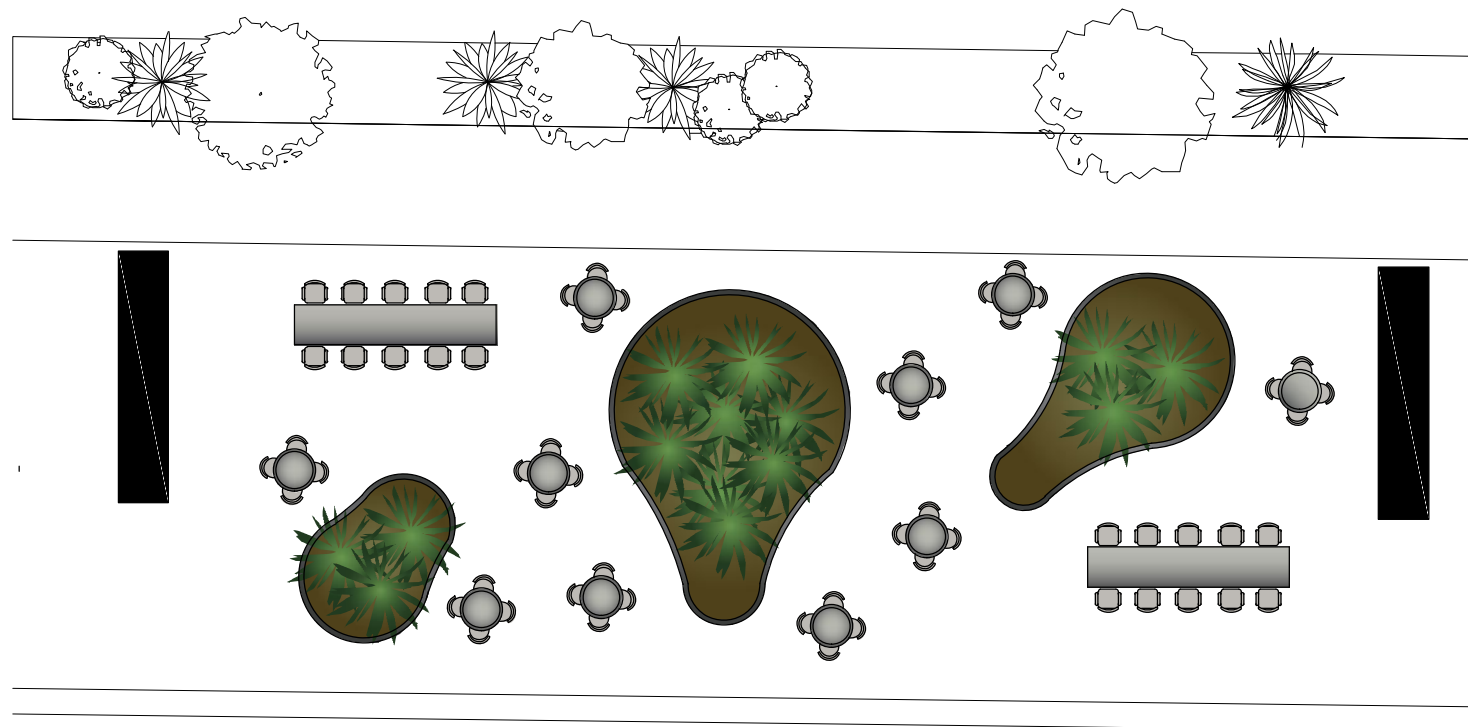
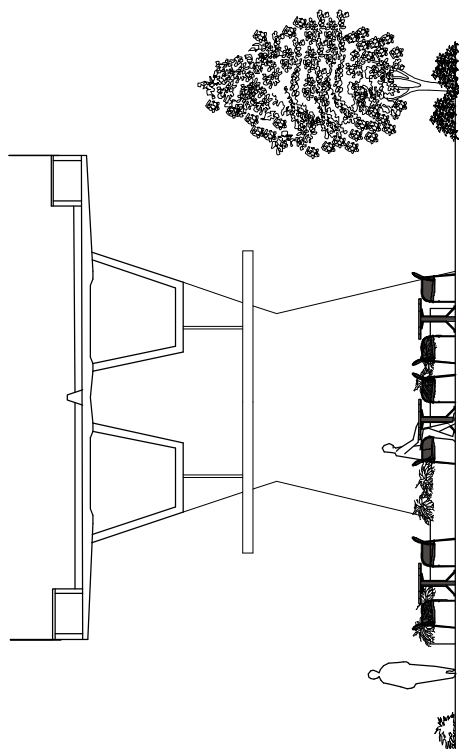


escala

1:150



Esse equipamento serve de apoio para a cozinha, seria onde os habitantes do baixo fariam suas refeições, incluindo os almoços e jantas fornecidos pela cozinha social que deverá ficar próxima desse espaço.

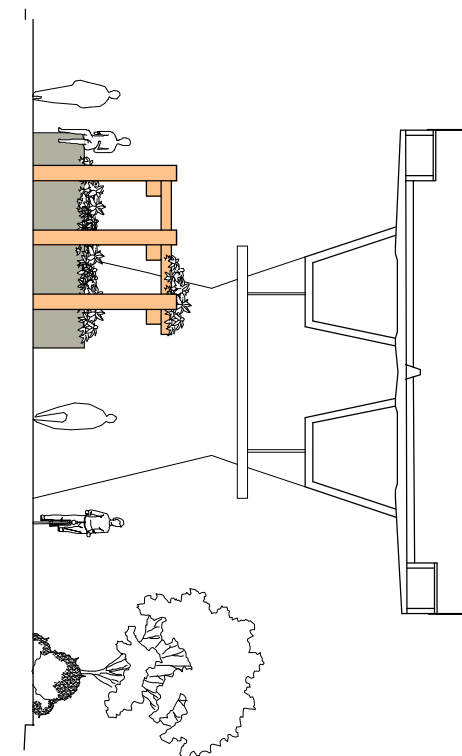
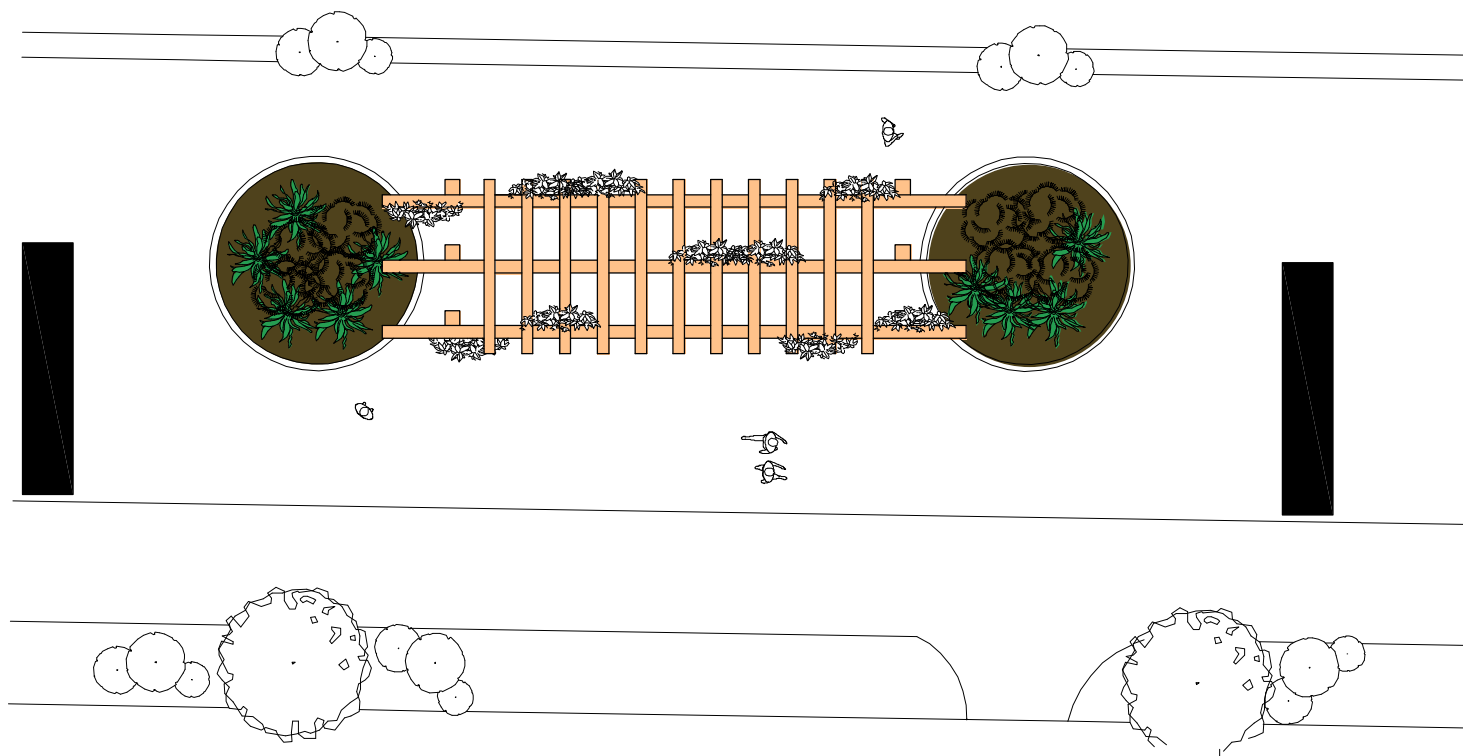
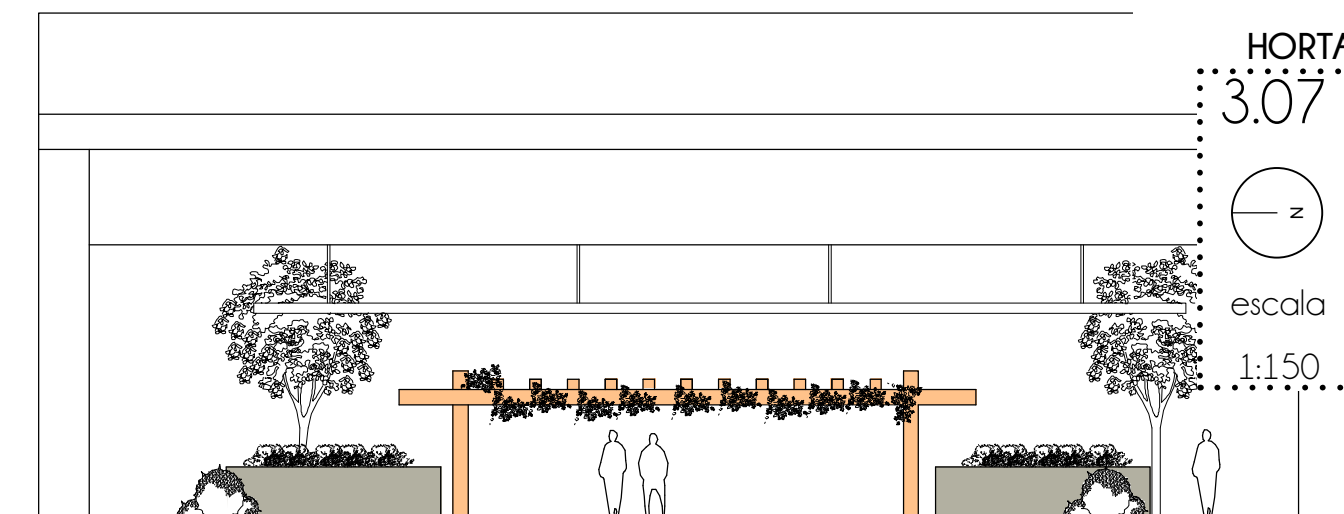


8 0





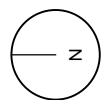
A horta é outro equipamento de apoio ao refeitório e à cozinha. Pretende-se que a cozinha utilize das ervas plantas nesses canteiros, e que os moradores de rua possa plantar seus próprios legumes e temperos.





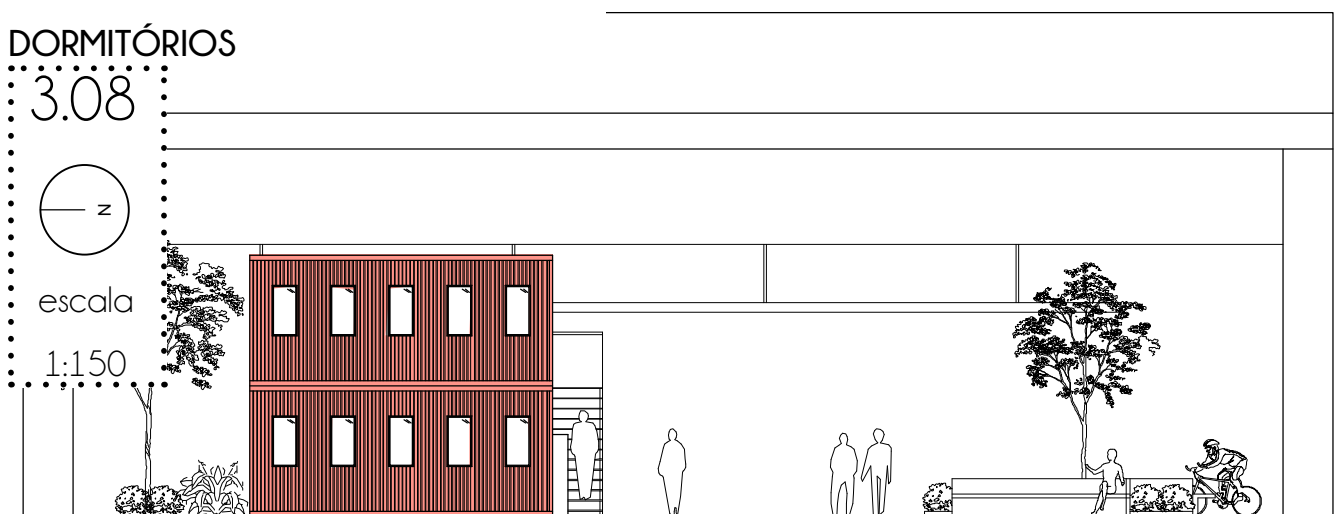
DORMITÓRIOS

3.08

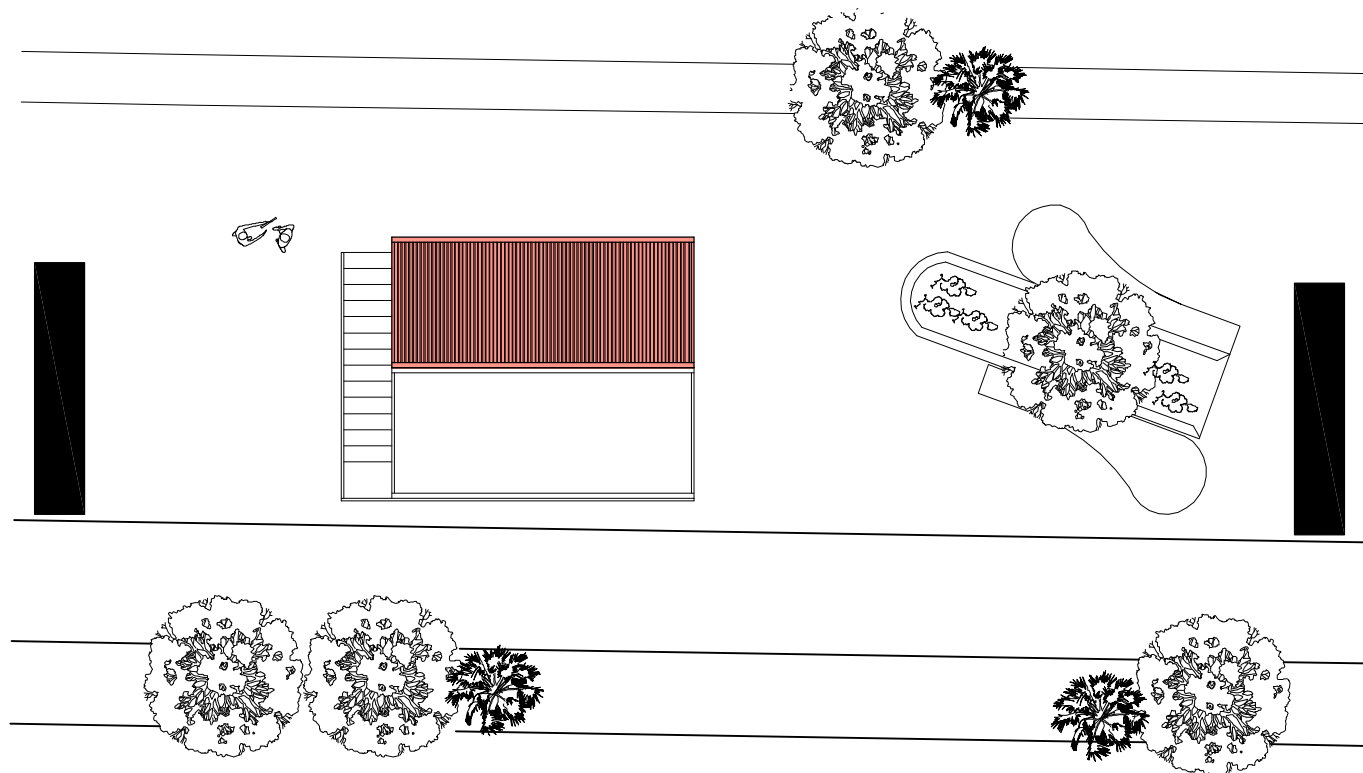
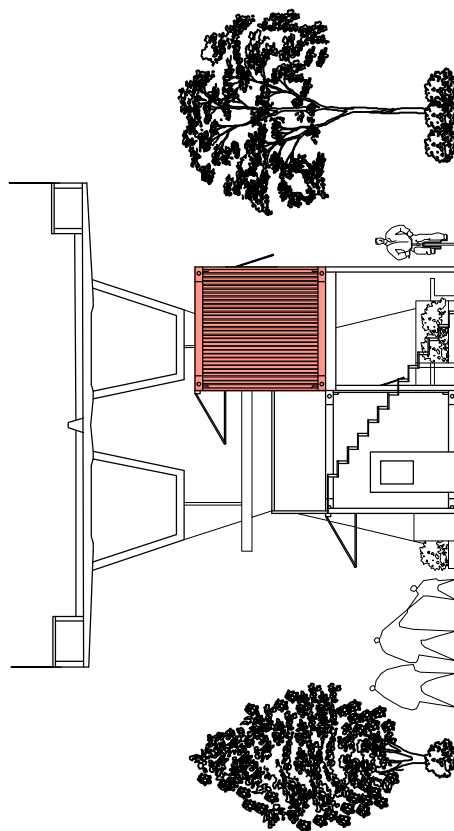


escala

1:150



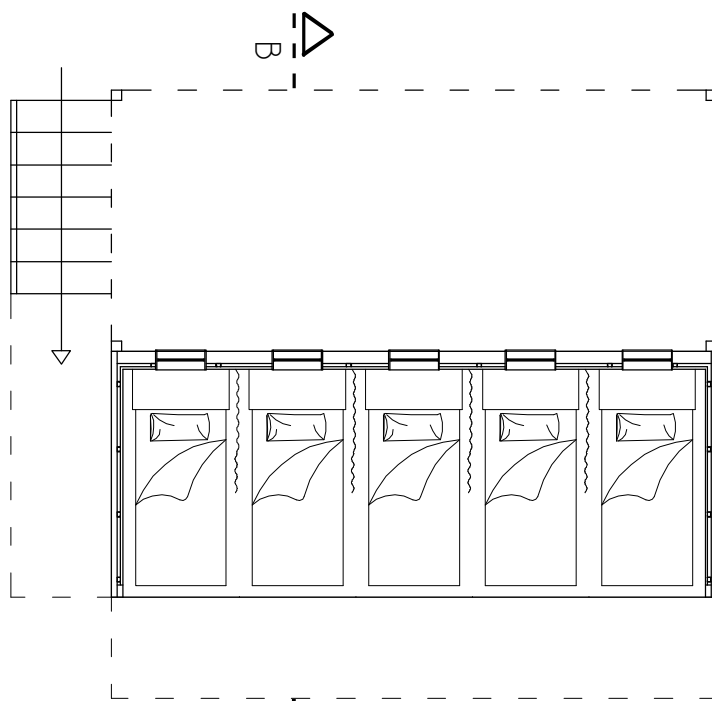
Os dormitórios serviriam como alternativa aos albergues, neles, os usuários teriam uma maior liberdade e privacidade. Cada um com sua cama, basta a cortina ser fechada ou aberta para decidir entre a integração ou privacidade do sono, permitindo que amigos e parentes fiquem juntos.





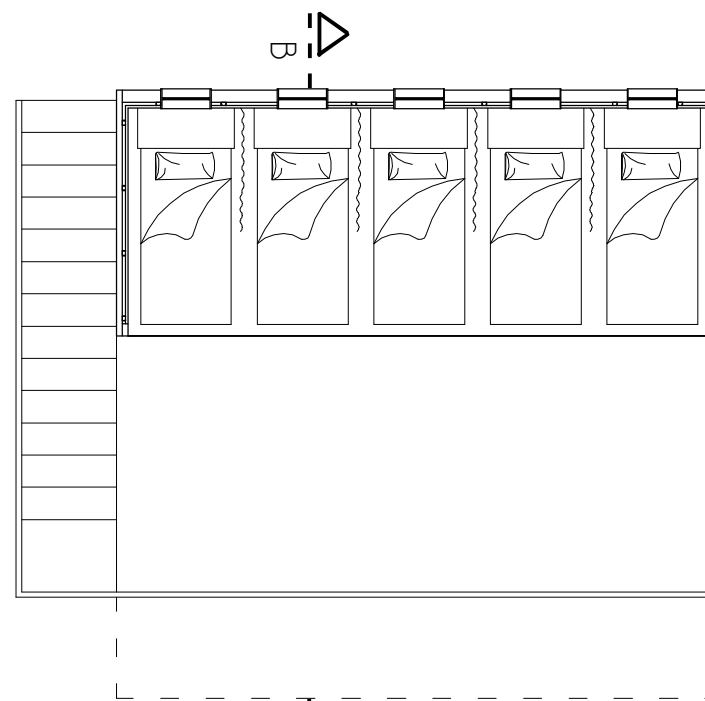
planta baixa
primeiro
pavimento
escala 1:75

A



planta baixa
segundo
pavimento
escala 1:75

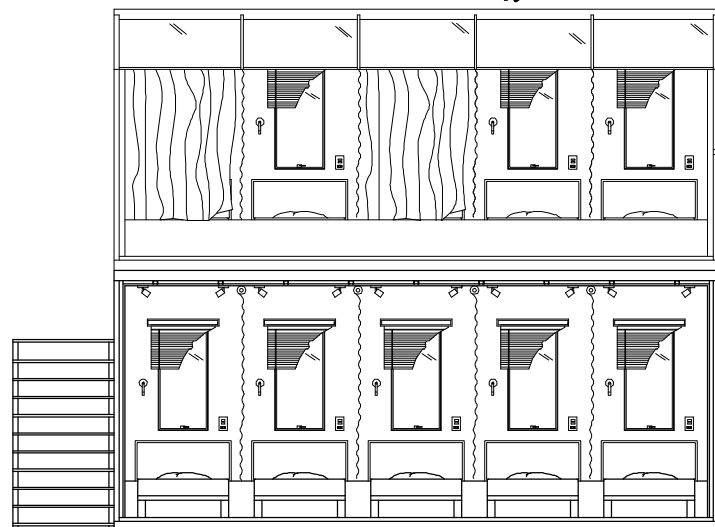
A



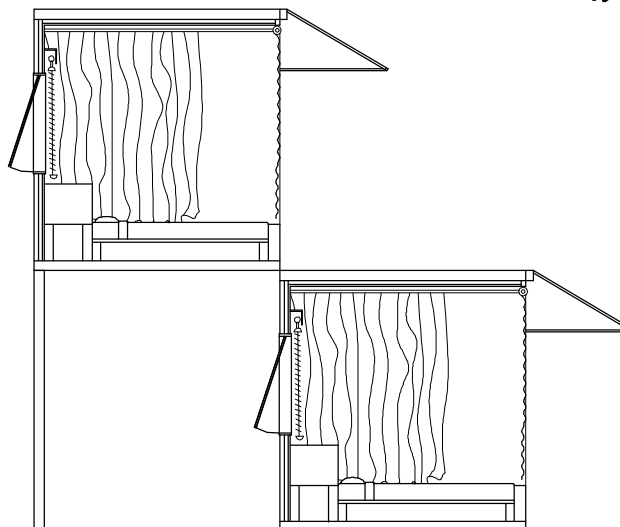
B

B

corte AA
escala 1:75



corte BB
escala 1:75

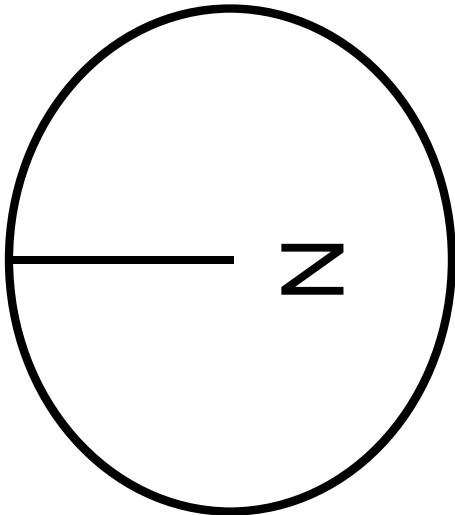


Também são utilizados os containers, o segundo pavimento é apoiado por uma estrutura metálica, abaixo dele é possível estacionar o carrinho dos catadores. Em cada módulo de dormir há um local para guardar os pertences, um gancho para pendurar objetos, a estrutura de madeira da cama, um colchão, travesseiro e lençóis. O toldo ajuda a proteger da chuva.

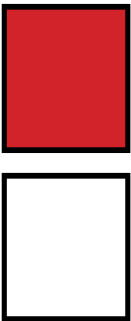




POSICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS NO BAIXIO.



ESCALA
1:1500



CICLOVIA

CANTEIRO



G.01: CANTEIRO (REPETIDO POR TODO O TRAJETO)

G.02: MÓDULO DE BANHEIRO

G.03: BANCOS E ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA

1.01: BASE PARA DORMIR

1.02: MÓDULO DE FEIRA

2.01: PISTA DE SKATE

2.02: QUADRA DE FUTEBOL

2.03: QUADRA DE BASQUETE

2.04: ESPAÇO PARA LEITURA

2.05: ACADEMIA DE BOXE E MUSCULAÇÃO

3.01: LAVANDERIA E VARAL

3.02.1: ATENDIMENTO À MOLHER

3.02.2: ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL

3.02.3: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

3.03.1: ATENDIMENTO DE SAÚDE MÉDICO E EXAMES (DST E AIDS)

3.03.2: ATENDIMENTO DE SAÚDE FISIOTERAPEUTA

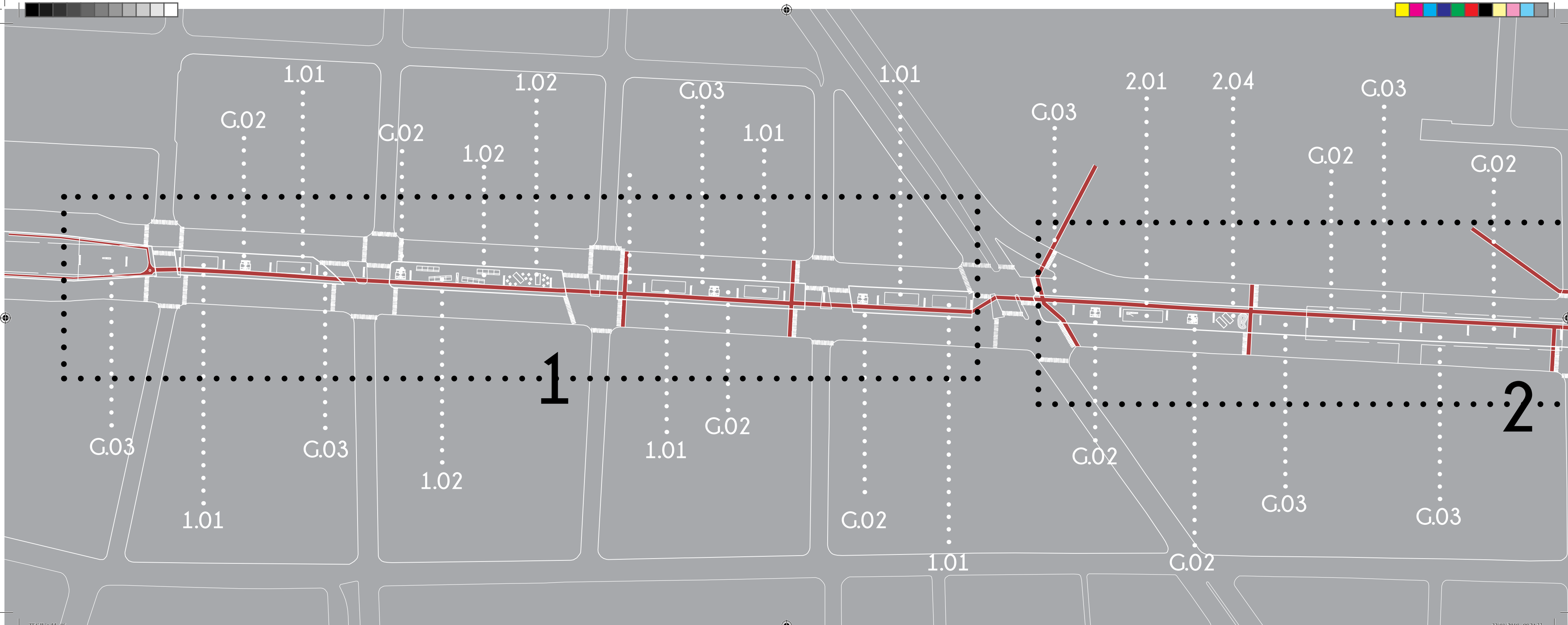
3.04: CANIL

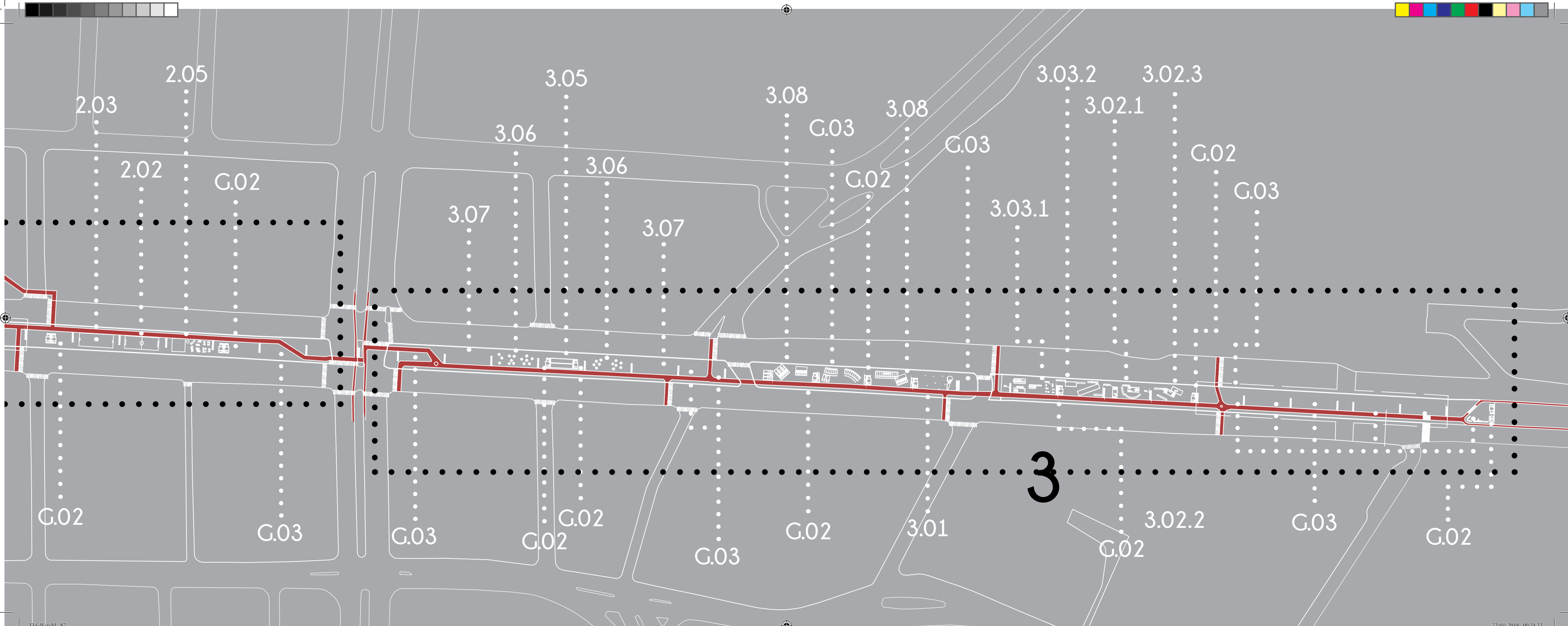
3.05: COZINHA

3.06: REFEITÓRIO

3.07: HORTA

3.08: DORMITÓRIOS







8

8





CONSIDERAÇÕES FINAIS



Segundo o que foi discutido a respeito da responsabilidade política e social da profissão, é papel também do arquiteto e urbanista incluir estes cidadãos no tecido urbano e considerar sua existência na hora de projetar os espaços da cidade. A questão ultrapassa simples solução de “dar casa” sem antes haver um papel intermediário, até porque parte da população, como vimos, prefere a rua e provavelmente não aceitaria a proposta. “São diferentes culturas e vivências que não podem ser confundidas. Ao se projetar, essas diversidades têm de ser contempladas” (QUINTÃO, 2012, p. 113).

No sentido contrário a essas conclusões, arquitetos participam do desenvolvimento das “arquiteturas (ou mobiliário) antimendigo” (FIGURA 15)

altamente presentes em cidades grandes como São Paulo. São intervenções sutis que podem passar despercebidas por maior parte da população, mas são cruciais no sentido em que impedem a ocupação de espaços pela população de rua. Intervenções desse tipo foram chamadas de “Unpleasant design” (SAVIC; SAVICIC, 2016).

Dessa forma, entende-se que para elaborar um projeto em um espaço degradado para um grupo marginalizado, o arquiteto deve ter em mente tudo o que foi discutido até então: o motivo desse espaço ser indesejado, as necessidades e vontades da população que receberá esse projeto e, principalmente, a responsabilidade política e social que o exercício da profissão carrega.

Na contramão da produção midiática de arquitetura contemporânea, o trabalho entendeu que além da preocupação com terreno (topografia), com o programa do cliente, com as condições naturais do lugar (insolação, ventos, etc.), os materiais, as técnicas construtivas, e outras premissas de extrema importância para a concepção de um bom projeto arquitetônico, existem as pré-existências do espaço que são tão importantes quanto as demais citadas. A existência do sítio, mais do que somente o terreno propriamente dito, é junção de tudo aquilo que está posto onde a intervenção será implantada e também tudo aquilo que ela vai afetar quando concretizada. Sua importância é iminente e precisa ser considerada, mais do que isso, o sítio deve ser respeitado para que surja um bom projeto de arquitetura e urbanismo.



De certa forma, essa busca pela preocupação do arquiteto com o sítio é altamente cabível nas discussões sobre os caminhos da arquitetura e urbanismo. Os profissionais da área não podem acreditar que seus projetos são verdades absolutas e, da mesma forma que não podem ignorar o canteiro de obras, não podem fingir que não existem usos e ocupações do espaço público.

Assim como Igor Guatelli (2008) comenta a respeito dos espaços “entre” e da liberdade de ações não premeditadas pelo arquiteto, a possibilidade de existir infinitas atividades no espaço depende de um projeto arquitetônico que não o limite, não o defina como isso ou aquilo, que seja apropriado pelas pessoas e não as induza. Somente assim o espaço

público poderá ser considerado como democrático.

O trabalho assume um desafio claramente complexo, porém necessário. Ser capaz de integrar o espaço urbano degradado à cidade sem que as pessoas do entorno sejam afetadas maleficamente. Não se trata de uma tarefa fácil e se demonstrou impossível na maior parte dos exemplos apresentados. Por outro lado, é necessário que o arquiteto tenha consciência de que toda sua atuação é política e capaz de transformar a sociedade através na alteração do espaço urbano e de seu papel no imaginário da cidade. Sem essa consciência, se espera que os arquitetos e urbanistas continuem limitando suas atuações a intervenções sem teor crítico, propagando a segregação e a

perpetuação dos mitos sobre as classes mais vulneráveis.

Não é possível afirmar que o projeto proposto seja exatamente aquilo que os moradores de rua, tanto os que desejam ser reinseridos como os que não desejam, necessitam e gostariam. Mesmo assim, um esforço foi feito para tentar entender suas demandas, mais do que isso, reconhecer que eles existem e que ocupam os espaços da cidade e, por isso, devem ser considerados quando uma alteração desses locais é realizada.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Victor Martins de. Baixios de viadutos como desafio urbanístico: uma leitura das “terras de ninguém” nos viadutos Alcântara Machado e do Glicério. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARANTES, Pedro Fiori. O GRAU ZERO DA ARQUITETURA NA ERA FINANCEIRA. *Novos Estudos*, São Paulo, p. 175-195, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a12n80.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema. *Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo, v. 9, p. 65-85, 1976.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: 34, 2000. 399 p.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS / PMSP – Secretaria de Assistência Social. *Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo*, 2015. São Paulo, 2015.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS / PMSP – Secretaria de Assistência Social. *PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA E RELATÓRIO TEMÁTICO DE IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DESTA POPULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: PRODUTO IX, RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA AMOSTRAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO*. São Paulo, 2015.





FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e SAS / PMSP – Secretaria de Assistência Social. Primeiro Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013/2014. Belo Horizonte, 2016. 92 p. + CD-Rom: il. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>. Acessado em: 05 ago. 2017.

GATTI, Simone. Espaços públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo, ed. ABCP, 2013.

GUATELLI, Igor. Condensadores Urbanos. Baixo Viaduto do Café: Academia Cora Garrido. São Paulo, Ed. Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2008

GUATELLI, Igor. Contaminações construtivas do espaço urbano: cultura urbana através da intertextualidade e do entre. *Arquitextos Vitruvius* 94, ano 08 mar. 2008. ISSN 1809-6298. [texto parcialmente resultante do trabalho: GUATELLI, Igor. O(s) lugar(es) do entre na arquitetura contemporânea: arquitetura e pós-estruturalismo francês. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2005]. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/155>>. Acesso em 29 nov. 2017.

GUATELLI, Igor. Uma re-existência na metrópole: Baixios do Viaduto. Entrevista com Igor Guatelli, feita por André Teruya Eichemberg. Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/09.035/3287?page=5>>. Acesso em 28 nov. 2017.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Centauro, 2011. Tradução de Rubens Eduardo Frias.



MENDONÇA, Eneida et al. Apropriação do espaço público: alguns conceitos. Estudos urbanos & Psicologia Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MORRIS, Willian. ProspectsofArchitecture in Civilization. (1881). In HopesandFears for Art. Nova York, Longmans, Green andCo., 1991.

QUINTAO, Paula. Morar na rua: há projeto possível?. 150f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. ATLAS SOCIOASSISTENCIAL DA CIDADE DE SÃO. São Paulo, 2015. 616 p.

SERPA, Angelo et al. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 21-37, mar. 2004.

SOUZA FILHO, Carlos. Os direitos invisíveis. XXI Encontro Anual da ANPOCS, 1997. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st05-2/5240-carlosfilho-os-direitos/file>>. Acessado em: 29 nov. 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GOÉS, Eda Maria. 2013. Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Unesp, 365 p.



TORRES, Yanne. Minhocão: entre o céu e o chão. Metamorfoses espaciais na metrópole paulistana. 2015. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/136143>>.

VIEIRA, Maria Antonieta (org.); ROSA, Cleisa (org.); BEZERRA, Eneida (org.) População de rua – quem é, como vive, como é vista. São Paulo: ed. Hucitec, 1994.





REFERÊNCIA DAS IMAGENS

FIGURA 1: Galeria de Arte Urbana de São Paulo <<http://redeemancipa.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Imagem.jpg>>

FIGURA 2: – Paris <<https://static1.squarespace.com/static/54c405b2e4b0e7ddd0c100c9/t/54c744f7e4b09ee1b22ed789/1422345465586/Paris.jpg?format=1500w>>

FIGURA 3: Walt Disney Concert Hall – Frank Gehry (2003) <<http://cheapboots4u.com/wp-content/uploads/2017/07/Appealing-Frank-Gehry-Structures-29-On-Online-with-Frank-Gehry-Structures.jpg>>

FIGURA 4: VICE <https://www.vice.com/pt_br/article/jpebyk/por-que-as-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sp-nao-querem-ir-para-os-abrigos>

FIGURA 5: Apresentação de Dança “Blow Up (Vol. 2)” 2015 <<https://www.terra.com.br/diversao/arte-e-cultura/danca/viaduto-e-cinema-antigo-viram-palco-para-danca-em-sao-paulo,8d12435b0cae0b20aa4b2fc514ed042as19qRCRD.html>>

FIGURA 6: TEC: “La Tierra que Habito” no Minhocão <https://abrilvejas.files.wordpress.com/2016/11/1098_028_rdionisio_8312021115-jpg.jpeg?quality=70&strip=info&w=1000>

FIGURA 7: Baixo Viaduto Bexiga <<https://observasp.files.wordpress.com/2016/05/baixo-viaduto-terreyro.jpg?w=662>>

FIGURA 8: Viaduto de Santa Teresa <http://bhaz.com.br/wp-content/uploads/2017/06/IMG_2408.jpg>

FIGURA 9: Grafite “MinhauSãoPaulo” <http://static.wixstatic.com/media/b5ecd8_23249fe306e829ccd9f06b729bd7393a.jpg_1024>

FIGURA 10: Proposta do escritório FGMF para o Minhocão, Fonte: archdaily, 2014

FIGURA 11: TORRES, Yanne. 2015

FIGURA 12: Proposta de Igor Guatelli, Fonte: Vitruvius

FIGURA 13, 14 e 15: Retratos sob o Minhocão, de Raquel Brust (2008) <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/efe/2013/10/21/artista-brasileira-ocupa-minhocao-em-sao-paulo-com-retrato-gigante.htm>>

FIGURA 16: Marcos Franchini – projeto para baixo em BH (2014) <http://mfranchini.com/portfolio_page/baixios-viadutos>





FIGURA 17: “Prize de la Bastille” – Jean-Pierre Houel (1735-1813) <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Prise_de_la_Bastille.jpg>

FIGURA 18: Cortesia de Leonardo Trad Pinheiro.

FIGURA 19: Do autor

FIGURA 20: Grafites dos artistas: Chevitz, Minhau, Zezão, e outros. Fonte: fotografia.folha.uol.com.br/galerias/4746-grafites

FIGURA 21, 22, 23 e 24: Do autor

FIGURA 25: Atlas Socioassistencial São Paulo, 2015. Editado pelo autor

FIGURA 26: Do autor

FIGURA 27: Avenida Cruzeiro do Sul <<https://desbravadoresdesampa.files.wordpress.com/2014/04/341.jpg>>

FIGURA 28: Google Maps editado pelo autor

FIGURA 29: Início das obras do metrô na Av. Cruzeiro do Sul, 1970. /INÍCIO DAS OBRAS NA AVENIDA CRUZEIRO DO SUL: http://ie.org.br/site/noticias/print/id_sessao/4/id_noticia/5175

FIGURA 30: Feira sob o baixio da avenida Cruzeiro do Sul. Fonte: jornalspnorte.com.br



9 8





todo o dia o Sol da manhã vêm e lhes
desafia

traz do sonho pro mundo, quem já não
queria

palafitas, trapiches, farrapos
filhos da mesma agonia

e a cidade
que tem braços abertos num cartão postal
com os punhos fechados na vida real
lhes nega oportunidades
mostra a face dura do mal

Herbert Vianna